

Boa Vista, Manaus - Cz\$ 52,00

cadernos do

terceiro mundo

Peixe: para alimentar quem?

Publicação mensal • Fevereiro 1987 • Esc 125 • Kz 80 • CV 80\$ • CZ\$ 40,00 • Ano X • Nº 98



EXÉRCITO

GUERRILHA

FILIPINAS

SERÁ POSSÍVEL A PAZ?

Angola, terra da liberdade.



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA

SAÍDAS
sábado: 09:00h
(hora de Angola)
domingo: 17:00h
(hora do Brasil)

RIO

CHEGADAS
sábado: 13:00h
(hora do Brasil)
2.^a feira: 05:00h
(hora de Angola)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

Aos Leitores

Depois de Marcos

O tema de capa desta edição é um esforço para analisar os últimos acontecimentos nas Filipinas, onde todas as facções lutam para ganhar espaços desde a queda de Ferdinando Marcos.

Após o frustrado golpe de estado encabeçado pelo ex-ministro da Defesa Juan Ponce-Enrile, *cadernos do terceiro mundo* enviou ao Sudeste Asiático Roberto Remo Bissio, editor do *Guia do Terceiro Mundo* e um dos nossos editores da redação do Rio de Janeiro.

Roberto Bissio passou um mês nas Filipinas entrevistando funcionários do governo, membros da oposição armada, sindicalistas e pessoas da rua. O nosso enviado foi convidado a visitar a região sul do país, Cordillera, para testemunhar a assinatura de um acordo de paz entre o governo e um grupo guerrilheiro. Para percorrer os 600km até o local do evento, Roberto Bissio, o único jornalista estrangeiro que presenciou a cerimônia, foi obrigado a cumprir uma dura jornada de oito horas de ônibus, quatro horas de jipe por estradas de terra e a atravessar rios em balsas.

Neste número, os leitores de *cadernos* vão encontrar o preço de capa aumentado substancialmente. Nós nos sentimos na obrigação de dar uma satisfação em relação a esse aumento ao público que tanto nos tem apoiado e incentivado a continuar com o nosso trabalho e nos mantermos fiéis à nossa linha editorial.

Começamos por assinalar que quando

foi decretado o Plano Cruzado em fevereiro de 1986 nós já estávamos na gráfica com a revista sendo impressa, com o preço de capa de Cz\$ 25,00.

Tivemos que mudar tudo, o congelamento começara a vigorar e o nosso último preço de capa era o que devia ser mantido. Assim sendo, voltamos aos Cz\$ 15,00 anteriores e o mantivemos até agora.

Com o descongelamento, os preços do papel, da impressão, dos serviços que são imprescindíveis para manter a qualidade de uma revista como a nossa, para assegurar a informação e a sua apresentação gráfica, também dispararam. Nem falar nos custos fixos, aluguéis, luz etc. Fazendo as contas, uma editora de porte médio como somos nós, estava sendo pressionada de tal forma pela inflação que novamente padecemos, e pelas suas dramáticas consequências, que só uma drástica revisão do preço de capa e das assinaturas, somada a uma administração severa das despesas podiam assegurar a continuidade do projeto.

Adotamos, pois, os novos preços na convicção de que, sendo uma forma de compartilhar com os nossos leitores as dificuldades que atravessamos – que todos, aliás, atravessamos, em planos diferentes – encontraríamos da parte de vocês compreensão e apoio, esse apoio que hoje mais do que nunca é vital para mantermos vivo esse projeto editorial pelo qual estamos lutando há mais de uma década.

cadernos do
terceiro mundo

third world

cuadernos del
tercer mundo

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Subeditores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho
Conselho Editorial Internacional: Neiva Moreira, Darcy Ribeiro, Henry Peace García, Juan Somavia

Redação Permanente: Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim, Raul Gonçalves (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REDACÇÃO CENTRAL (Rio de Janeiro):

Departamento Comercial: Maria Neiva, Depto. de Assinaturas e Promoção: Henrique Menezes, Inácio dos Santos
Endereço: Rua da Lapa, 180, 11º andar/ salas 1104-1107
Tel.: 222-5771/252-7440

Departamento de Arte: Sonia Freitas (editora), Miguel Efe, Pedro Toste, Reginaldo Caxias, Nadja Durand. **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Marco Antonio C. Santos, Elizabete Mesquita, Leila Maria C. Pinto, Isabel Falcão. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Digitadores:** Alvaro G. Rodrigues, Sérgio Luiz S. Schettino. **Composição:** Luiz Correia e Aldaci Maciel Pereira. **Revisão:** Clés Márcia Soares, Sandra Castello Branco.
Endereço: Rua da Glória, 122/105-106 - CEP 20.241 - Rio de Janeiro - Tel.: 222-1370/242-1957
Telex: (021) 33054 CTMB-BR

EDIÇÕES REGIONAIS

● Edição em Português:
Circulação em Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe

Diretor: Neiva Moreira
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clovis Sena (Brasília).
Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122/105-106 CEP: 20.241
Rio de Janeiro/Brasil/Tel.: 222-1370/242-1957/ Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Fotolito e impressão: Grafitti Gráfica e Editora - Rua Costa Lobo, 352 - CEP: 20.911 RJ.

Sucursal de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10/1º andar - Lisboa, 1.200
Tel.: 132-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

● Edição em Espanhol
Sucursal do Rio da Prata / Come Sul
Diretores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio
Administração: Hugo Cardoso. **Assinaturas:** Alicia Bidégaray A.C.U. S/A: Av. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Bernil y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela
Impressão: Rosgal S/A. Gral. Urquiza 3090 - Montevideo
Representante na Argentina: Ruben Montes de Oca
Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue, Dfaz Vélez 5125. Tel.: 9834191/4181. Standis Universitários, Eudeba, Rivadavia 1573. Tel.: 38-2913
Bancas: Julio C. Di Pietro, Bolivia 529, Tel.: 6112801 - Buenos Aires, Capital Federal
● Edição em Inglês (bimestral):
Editor: Carlos Castilho
Editor Adjunto: Roberto Raposo
Correspondência: Rua da Glória, 122/105-106 - CEP: 20.241 - Rio de Janeiro/Brasil

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandro Adoum/Eduardo Khalife (Ecuador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique).
Colaboradores: Abdul Nafey, Adrian Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Ainn Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Mariantoni, Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, António Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig. Edouard Bailly, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Gregorio Selsler, Gridvin Kunear, Guvin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Bottaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Monserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautin, Mauricio Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Marfinez, Pablo Marfinez, Peter Law, Phil Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravindran Casinader, Ricardo Souza, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotônio dos Santos, Víctor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIBATA (Tanzânia), WAPA (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ile-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Circulação em 70 países

Revista Mensal nº 98 - Fevereiro 1987 - Preço de capa: Cz\$ 40,00
N.ºs. atrasados: ao preço do último exemplar

Capa: Abaeté Propaganda

Slide capa: Roberto R. Bissio

A COMUNIDADE SE ORGANIZA

Gostaria de solicitar a **cadernos do terceiro mundo** que programasse um artigo sobre a participação da comunidade em diferentes experiências de gestão administrativa, a nível local, municipal, etc. Eu trabalho com comunidades carentes da periferia de Buenos Aires e seria importante para enriquecer a perspectiva de nossos projetos saber como a população de outros países do Terceiro Mundo se organizou para suprir as carências de um sistema que poucas vezes é pensado em função de seus interesses.

Ricardo E. Gandolfi - Buenos Aires - Argentina

EM BUSCA DE "THIRD WORLD"

Soube por um amigo que mora no México que **cadernos do terceiro mundo** voltou a aparecer em língua inglesa. Dejo fazer uma assinatura e também mostrar a revista a alguns alunos. Juntamente com o **Guia do Terceiro Mundo** ela tem sido sempre de grande utilidade na preparação de minhas aulas sobre geografia humana.

Paul Borghetti - Seattle - Washington - Estados Unidos

INFORMAÇÃO SOBRE A ORIGEM DA AIDS

Em um consultório médico



comecei a ler alguns artigos científicos sobre a Aids, sobre a qual tanto se escreve de forma sensacionalista e sem uma perspectiva mais responsável. Nas minhas investigações posteriores sobre o problema, que me interessou desde o início por ser noiva de um hemofílico, soube que há uma teoria que considera que a origem do vírus esteja em pesquisas dos norte-americanos para uma guerra química. Ou seja, uma doença terrível, inventada pelos cientistas que se deixam corromper e colocam sua experiência a serviço de loucos que expõem a Humanidade a uma nova peste, sem a menor sensibilidade. Sei que não é um tema que se encaixe bem dentro da perspectiva de **cadernos do terceiro mundo**, mas penso que a gravidade que está assumindo a Aids e a possibilidade de que esteja por trás o imperialismo tornam factível um estudo por parte de vocês deste problema.

Maria do Carmo Freitas Andrade – Olinda – PE – Brasil

N. do R.: Os editores de cadernos estão cogitando de uma possível matéria de capa sobre o assunto nas próximas edições.

APARTHEID

É difícil entender como em um território como o sul-africano, habitado por uma população
1987 – Fevereiro – nº 98

ção negra tão numerosa, um pequeno grupo de brancos pode impor condições tão cruéis e humilhantes. Não é possível que dirigentes políticos de muitos países guardem silêncio diante de um atentado tão grave contra a raça humana; esse silêncio significa cumplicidade com o regime fascista de Pretória.

Essa situação não pode ser justificada por nenhuma doutrina jurídica, como tentam fazer os racistas, pois todos os povos têm direito à soberania e à dignidade.

Causa-me profunda dor observar a falta de unidade das nações para lutar contra o racismo.

Desejo também expressar minhas felicitações pelo excelente trabalho de **cadernos do terceiro mundo**, em sua digna luta pela informação objetiva, o contrário dos métodos praticados pela imprensa aliada ao imperialismo.

Fraçisco Vidinha – Rio de Janeiro – Brasil

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Como assinante de **cadernos do terceiro mundo**, venho observando a relevante documentação fotográfica e ilustrativa apresentada por esta publicação.

A esse respeito, desejo manifestar meu interesse em adquirir fotografias, posters e fo-

lhetos de guias revolucionários, chefes de Estado ou de governo, personalidades notáveis no terreno da política internacional, etc.

Faz muito tempo que estou em busca desse material e como não quero estragar meus exemplares de **cadernos** solicito que me informem como posso obtê-lo.

Carlos Mendonça Ribeiro – São Paulo – Brasil

N. do R.: O leitor receberá resposta pelo correio.

NOVO LEITOR

Sou um estudante de Geografia, assinante novo de **cadernos do terceiro mundo**. Neste meu primeiro contato com a revista, quero congratulá-los pela matéria de capa referente à Reforma Agrária, publicada na edição de outubro.

Também fiquei sensibilizado com o poema "Homenagem a Machel" de Alvanisio Damasceno. Acho que se devia dedicar mais espaço na revista ao nosso tão vasto e heterogêneo Brasil: o sofrimento do camponês do nordeste; o desenvolvimento da Amazônia; a violência nas cidades e no campo, etc.

Finalmente quero dizer-lhes que estou empenhado em divulgar **cadernos**. Envio junto cupões de assinatura de vários novos leitores.

Delcimar Bueno da Silva – Uberlândia – Brasil

INTERCÂMBIO

- **Adriano Aparecido Anorac**
Av. Ultramarino, 582, ap.201 –
Lauzane – São Paulo
CEP: 02441 – Brasil
- **Fernando Dondeiro, "Nandy"**
B.N. Soares, Rua de Buco-Zau,
308 – C.P. 18618 – Vila Alice –
Luanda – Angola
- **Rubens M. de Andrade**
AV. dos Viajantes, 129
CEP: 37130 – Alfenas – MG –
Brasil
- **Muhaneno Gnoque Sacapita**
C.P. 140, FAPA-DAA – Negage
– Uige – Angola
- **José Albino da Silva**
Rua Princesa Izabel, 165 ap.61 –
Boa Vista
CEP: 50000 – Recife – PE –
Brasil
- **Augusto Vieira "Biltraith"**
C.P. 140, FAPA-DAA – Negage
– Uige – Angola
- **Edu S. de Albuquerque**
Rua Itati, 22, V. Santa Isabel –
Viamão – RS – CEP: 94400 –
Brasil
- **Isaac Txizaji "Fvidas"**
C.P. 140, FAPA-DAA – Negage
– Uige – Angola
- **Luiz Carlos Kepeler da Cunha**
Rua José Marcelino de
Figueiredo, 994 – C.P. 159 –
Viamão – RS – CEP:94400 –
Brasil
- **Mahomed Munir Hasham**
C.P. 4012 – Maputo –
Moçambique
- **Lídma Pereira Franco**
Av. Turmalina, 357 – Aclimação
– São Paulo – SP – CEP: 01531 –
Brasil
- **Augusto Manuel Evaristo**
C.P. 867 – Lubango – Angola
- **Luiz de Jesus Sampaio**
Rua Dona Florinha, 249 –
Pereque – Ilhabela – SP – CEP:
11630 – Brasil
- **René Angelo Sadi**
C.P. 3952 – Luanda – Angola
- **Eliane Pereira**
C.P. 629 – Teresina – Piauí –
CEP: 64000 – Brasil
- **Quitondi Serafim Domingos**
C.P. 10758 – Luanda – Angola
- **Luiz Claudio Maia de Menezes**
Rua Faustino Porto, 200 ap.1209
– Boa Viagem – Recife – PE –
CEP:51020 – Brasil
- **João Baptista Menezes Vidalia**
a/c de Domingos João – Centro
Nacional de Cultura – C.P. 733 –
Namibe – Angola
- **Carlos Alberto Santos de Oliveira**
C.P. 031 – Jacobina – Bahia –
CEP: 44700 – Brasil
- **Gabriel Hossy Victoriano**
C.P. 1399 – Benguela – Angola
- **Adriana Alves da Silva**
Rua Ana Leite de Figueiredo,
141 – Vila Lanínia – Rio Grande
da Serra – SP – CEP: 09450 –
Brasil
- **Miguel Mateus Bernardo Pedro**
C.P. 6558 – Luanda – Angola
- **Rogério W. Milhomem**
Av. Cel.Mário Andreatza, 123 –
Imperatriz – MA – CEP: 65900 –
Brasil
- **Domingos Ambrósio Manuel**
a/c de Michel – C.P. 6558 –
Luanda – Angola
- **Regina Helena Abuyaghi**
Rua Dias da Rocha, 75 ap.602 –
Copacabana – Rio de Janeiro –
RJ – CEP: 22051 – Brasil
- **Manuel Joaquim Mapusseco**
a/c de Michel – C.P.6558 –
Luanda – Angola
- **Orivaldo Fzor Carvalho**
Rua Angelo Magioni, 364 – Rio
Branço – Caxias do Sul – RS –
CEP: 95095 – Brasil
- **Alberto Mutende**
C.P. 632 – Sofala-Beira –
Moçambique
- **João de Oliveira**
Rua Jacira Artacho, 117 –
Cangalza – São Paulo – SP –
CEP: 03716 – Brasil
- **Fragoso Chingu**
Liga de Amizade – C.P. 995 –
Benguela – Angola
- **Mozar Alves**
C.P. 2380 – Belo Horizonte –
MG – CEP: 30000 – Brasil
- **Faustino António**
Igreja Evangélica de Emanuel –
Bairro da Nossa Senhora da
Graça – Zona F – Sector nº 6 –
C.P. 1737 – Benguela – Angola
- **Manoel Gomes da Silva Neto**
C.P. 3601 – RJ – CEP: 20001 –
Brasil
- **Marcos Francisco Sousa**
Rua 10 – Bairro Benfica – C.P.
1440 – Benguela – Angola
- **Jesonaldo Barbosa da Silva**
Estrada da Gávea, 14 – Gávea –
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
- **Domingos Bembe Capitango**
"Mam-Pitas"
a/c de Avelino Quimbinga
Benga – Rua Nigola Kiluaga –
C.P. 344 – Luanda – Angola
- **Dimas Pinto Vieira**
C.P. 62 – Campo Grande – ES –
CEP:29154 – Brasil
- **Marco Paulo Delfino Jeremias**
Rua Eça de Queirós – 29 – 4º
andar – C.P. 5228 – Luanda –
Angola
- **Anita Silva Ramos**
Rua Messias da Silva Ramos nº
174 – Vila Figueiredo – Rio
Grande da Serra – SP – CEP:
09450 – Brasil
- **Tito Fernando**
C.P. 485 – Benguela – Angola
- **Arlindo Pio do Amaral Gurgel**
I.P.U.O.C. – A2 – Isla Juventud
– Cuba
- **Márcio António Araujo**
Av. Afonso Pena, 388 – Belo
Horizonte – MG – CEP: 30310 –
Brasil

- 2 Cartas _____
6 Panorama Tricontinental _____
15 Editorial – Reagan: um mar de lama, *Neiva Moreira* _____
Matéria de capa – Filipinas: será possível a paz?,
Roberto Remo Bissio, enviado especial _____

- 20 A paz torna a fecundar o arroz
29 Reflexões sobre um golpe de estado que não aconteceu,
Francisco Nemenzo
33 Nasce uma nação em Cordillera
37 Angeles é um inferno

América Latina _____

- 47 Colômbia: Mudanças de retórica ou reais?,
Guillermo Segovia
Pobreza: um desafio para o governo

África _____

- 53 Angola: “Relações diplomáticas com EUA sem condições prévias”,
entrevista com o presidente José Eduardo dos Santos

Oriente Médio _____

- 56 Os “Sowetos” de Israel, *Essma Ben Hamida*

Economia _____

- 63 Opep: À procura do equilíbrio, *Pablo Piacentini*

Minorias _____

- 67 No centro da controvérsia, *Héctor Ramos*

Cultura _____

- 73 As cores da África, *Guiomar Belo Marques*
76 Livros do 3º Mundo

Comunicação _____

- 78 Narcotráfico, tema de risco, *Luis Pásaro*
82 A CIA e os meios de informação, *Raul Gonçalves*
85 Notas

Especial: Pesca _____

- 88 Redes cheias e estômagos vazios, *Bill Hinchberger*
92 Em busca de uma vida decente, *John Kurien*
96 Humor, *Miguel Marfán* _____



Virgilio Barco: novo estilo de governo



Refugiados palestinos: um status provisório vigente desde 1948



A Opep lança nova política de preços

EQUADOR:

A frágil democracia

□ Uma nova rebelião militar – desta vez incluiu o sequestro do presidente da República e seu ministro da Defesa, Medardo Salazar Navas – colocou em evidência a instabilidade política e institucional existente no Equador. O próprio governo presidido pelo conservador León Febres Cordero contribuiu para criar um clima de arbitrariedade e violência que debilita progressivamente a jovem e frágil democracia equatoriana.



Soldados impedem a entrada na base aérea de Taura

Durante uma cerimônia de condecoração de militares, a 17 de janeiro passado, na base aérea de Taura, a 40 quilômetros de Guayaquil, o presidente e a sua comitiva foram surpreendidos pela ação do chamado "Movimento de Oficiais e do Pessoal da Força Aérea Equatoriana". Os militares rebeldes exigiam a liberdade do general Frank Vargas Pazzos

e o compromisso de que não seriam castigados pela ação.

Frank Vargas Pazzos, general reformado da força aérea, comandou duas rebeliões militares em 1986, através das quais provocou a renúncia do ministro da Defesa e do comandante-em-chefe do exército. Posteriormente, o Congresso concedeu uma anistia aos militares rebeldes, mas o presidente Febres Cordero e seus chefes militares se negaram a cumpri-la, mantendo preso Vargas Pazzos.

Depois de permanecer detido por onze horas, o presidente equatoriano

tores.

Febres Cordero justificou sua atitude dizendo que queria "evitar um derramamento de sangue" e afirmou aos jornalistas que "a democracia equatoriana triunfou".

A maioria opositora do Congresso, formada pelos partidos de centro-esquerda e de esquerda, acusou o presidente Febres Cordero de "abuso de poder" e o responsabilizou pela reação militar, por ter se negado a cumprir a lei de anistia votada no ano passado.

As sucessivas insubordinações militares não só demonstraram a relação precária do presidente com as forças armadas, como também que a corrupção e o tráfico de influências alcançam as mais altas esferas do governo. Ao mesmo tempo, Febres Cordero contribuiu para criar um clima artificial de violência política para manter o apoio institucional dos comandos militares.

A violência política estimulada pelo governo serve de cobertura para a crescente repressão aos movimentos sociais, que manifestam seu mal-estar com a política econômica oficial. Comprometida com um "plano de estabilização" negociado com o Fundo Monetário Internacional, essa política implica uma redução drástica dos gastos públicos, agravada pela redução das exportações de petróleo.

Panorama Tricontinental

LÍBANO

Iminente colapso econômico

□ Pela primeira vez em 11 anos, alastra-se sobre esta nação em guerra o espectro da fome generalizada. A economia libanesa está falindo e o governo aparentemente não está em condições de evitá-lo.

A inflação galopante, as baixas reservas de divisas e o colapso da libra libanesa fazem temer que o governo possa entrar em crise em cerca de dois meses, segundo declarou o ministro das Finanças, Camille Chamoun.

“Prevejo um período de mais dois meses (de solvência). Depois disso não estaremos em condições de financiar o exército libanês e o povo passará fome”, afirmou Chamoun, ex-presidente e um dos políticos locais mais influentes.

A economia libanesa permaneceu firme durante os primeiros 10 anos de guerra, mas 1986 marcou uma drástica mudança. A inflação alcançou mais de 300% e a moeda local – que equivalia nesse ano a 18 unidades por dólar norte-americano – desvalorizou-se para menos de 100 no início de janeiro, sem que haja indícios de que vá estabilizar-se.

Além disso, o salário mínimo diminuiu de 650 dólares por mês em 1982 para 40 dólares em 1986, enquanto a renda per capita caiu em cerca de 60% nesse mesmo período.

As escassas reservas estrangeiras do Líbano se situam em torno de 500 milhões de dólares, o que dá para sustentar a situação sem chegar a uma condição catastrófica até este mês de fevereiro. A escassez de gasolina é outro dos graves problemas do país

Bernard Fattal, dono da Corporação Fattal Libanesa e um dos empresários mais influentes, não vislumbra um fim do caos econômico. “Perdeu-se a confiança no governo nos últimos dois anos. Antes, pelo menos havia esperanças, mas agora ninguém acredita que a guerra terminará”, afirmou.

“Durante 1984, todo mundo investia dinheiro aqui – os iranianos, os iraquianos, os sauditas, os palestinos, todos. Não havia governo e portanto também não havia impostos. O Líbano se transformou em um enorme porto livre, o Hong Kong do Oriente Médio”, explicou. As importações e exportações chegaram a tornar-se o ofício de uma nova e rica “classe da guerra, que se aproveitou da falta de uma autoridade central enquanto a guerra



Beirute: economia falida

fazia estragos”, disse.

Mas o poder do dólar acabou com a capacidade do Líbano de importar bens do exterior, especialmente da Europa e dos Estados Unidos, para sua barata exportação para o mundo árabe.

A comunidade empresarial percebeu demasiado tarde que os lucros obtidos das importações sem impostos arruinaram a base industrial do país, num momento em que o trabalho é barato e o mercado exportador está maduro. Atualmente o Líbano deve importar 90% de todos os bens para o consumidor e a maioria dos alimentos.

Nesse contexto dramático, enquanto não se restaura a autoridade do governo central, a assistência estrangeira e o capital privado libanês continuarão esperando a salvo, fora das conflituosas fronteiras do país.

A. Vesterman e D. Frame

terceiro mundo – 7

CHADE:

Rumo à internacionalização do conflito?

□ O problema do Chade foi abordado nas conversações que o secretário de Estado norte-americano George Shultz manteve em Lagos (Nigéria) com o chanceler Bolaji Akinyemi, em meados de janeiro. Shultz, que realizava na Nigéria a quarta escala de sua viagem por seis nações do continente africano, afirmou nessa oportunidade que "os Estados Unidos acompanham atentamente os acontecimentos no Chade e apóiam a retirada de todas as tropas estrangeiras" desse país do Sahel.

Desde 1984 a administração Reagan tem prestado cada vez mais atenção à situação no Chade, a cujo go-

verno forneceu, em 1986, material bélico no valor de 30 milhões de dólares, assessores militares e 16 milhões de dólares em ajuda. Em dezembro anunciou-se em Washington que os Estados Unidos enviarão outros 15 milhões de dólares em assistência militar ao Chade "para ajudar a repelir as tropas líbias".

A longa guerra civil nesse país se agravou no final do ano passado. As tropas do presidente deposto Gukuni Ueddei, que até esse momento eram aliadas do regime de Trípoli e combatiam o governo pró-francês e pró-norte-americano de Hissène Habré, mudaram de lado. Ueddei, que fora derubado em 1982 por Habré, seu ministro da Defesa, residia a partir dessa data em Trípoli e dali comandava a resistência que contava com o apoio do coronel Kadhafi. A Líbia tem antigas

reivindicações territoriais no norte do Chade, na faixa de Uzu. Desde 1983 a região está controlada por suas tropas e as de Ueddei. O governo de Habré só controla de fato a metade sul do país.

Em novembro, fontes ocidentais informaram que Ueddei havia tido um desentendimento com as autoridades líbias e que estava preso e ferido em Trípoli. Essa versão não pôde ser confirmada, mas Ueddei objetivamente mudou de posição como se deduz dos fatos posteriores.

Poucos dias depois do suposto incidente com Ueddei, a França realizou uma incursão com aviões *Transall* e apoio logístico norte-americano no território controlado por suas tropas, ao norte do Chade, para fornecer-lhes víveres, munições e gasolina. Esse apoio era inconcebível poucas semanas antes. A intervenção francesa foi autorizada pessoalmente pelo presidente Mitterrand e o primeiro-ministro Jacques Chirac.

A França tem grandes interesses econômicos e estratégicos no Chade, um país rico em minerais, e está envolvida na guerra desde 1968, sempre intervindo a favor de Habré. Em dezembro, Chirac confirmou que um contingente de soldados franceses e quatro aviões de guerra *Jaguar* estão prontos para entrar em ação se a



A guerra civil no Chade se agravou no final do ano passado

Panorama Tricontinental

evolução dos acontecimentos assim o exigir.

Habré aproveitou a oportunidade que lhe ofereceu o apoio das tropas de Ueddei que antes o combatiam e lançou uma ofensiva contra os contingentes líbios no norte. Essa ofensiva poderia obrigar a França a entrar mais abertamente no conflito, como reconheceram em janeiro passado fontes da chancelaria francesa em Paris. Em 1986 a França concedeu ao Chade uma ajuda substancial de 20 milhões de dólares (o orçamento nacional é de 80 milhões, dos quais dois terços

são utilizados na compra de armas).

O Quai d'Orsay considera que a ofensiva de Habré pode obrigar o governo líbio a lançar-se com mais força na batalha pelo controle do norte do Chade, o que por sua vez levaria a França a participar mais diretamente nos combates.

Por sua vez o governo de Trípoli, em um comunicado emitido a 23 de dezembro, acusa os Estados Unidos e a França de estarem preparando o terreno para internacionalizar o conflito interno no Chade com o contínuo apoio dado a Habré através de armas sofisticadas e com a intensificação de sua presença militar naquele país. O comunicado assinala que "a Líbia não tem relação com os conflitos no Chade nem está envolvida neles", mas que "não permanecerá indiferente diante da escalada da agressão norte-americana e francesa uma vez que a situação se tornou uma ameaça para sua fronteira sul e põe diretamente em risco a sua estabilidade interna".

ZÂMBIA:

Revoltas populares

As revoltas registradas no maior centro mineiro da Zâmbia forçaram o governo a rever a sua decisão de suprimir os subsídios



Revés na recuperação econômica

à farinha de milho e podem determinar um revés para o programa de recuperação econômica.

Violentas manifestações de protesto explodiram em meados de dezembro passado na região mineira nordestina de cobre provocando a pior devastação vista na ex-colônia britânica. Quinze pessoas morreram e as perdas e prejuízos durante os três dias de violência são calculados em 90 milhões de dólares.

A Zâmbia é um dos poucos países africanos que goza de uma certa estabilidade política, mas a matança que resultou dessa revolta abalou o governo. "Estamos horrorizados com o que aconteceu. É o pior tipo de vandalismo que já vimos em nossa curta história como nação independente", disse o presidente Kenneth Kaun-

Líbia: Nova capital

O governo líbio decidiu transferir a capital do país para a cidade de Al Jofor, situada a 650km ao sul de Trípoli. Em discurso pronunciado no dia de Ano Novo, o coronel Muammar Khadafi justificou a medida com a necessidade de descentralizar a administração e descongestionar a atual capital.

Para os observadores locais, a medida visa a colocar os principais centros de decisão numa área mais protegida do que Trípoli, que já foi alvo de bombardeios norte-americanos.

da em uma declaração pelo rádio a toda a nação.

O preço da farinha de milho aumentou de 37,80 kwachas (três dólares) a bolsa de 50 quilos para 82 kwachas (sete dólares), afetando seriamente os já baixos rendimentos dos trabalhadores. A renda anual *per capita* era de 580 dólares em 1985, segundo o relatório do Banco Mundial. A decisão de aumentar o preço da farinha de milho faz parte do programa de austeridade imposto à Zâmbia pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como condição para a concessão de um crédito de 200 milhões de dólares para os próximos dois anos. Outras medidas incluíram a redução de empregos no setor estatal, cortes drásticos nos gastos públicos e uma maior participação do setor privado na economia do país.

Kaunda admitiu que as condições eram muito duras e que a situação tinha se tornado "desesperadora" para os grupos de baixa renda cujo poder de compra foi "reduzido a zero".

Advertiu, contudo, que rever a decisão sobre os aumentos de preços do alimento básico significava que o governo teria que encontrar os recursos para subsidiá-lo.

"Tenho que pedir que cada zambiano pense no golpe que sofreu a nação. As consequências disso se re-

fletirão na falta de desenvolvimento econômico ou de crescimento", disse Kaunda.

Mas o secretário geral do Partido do Governo Unido Nacional pela Independência, Grey Zulu, atacou o FMI por impor duras condições ao país. Zulu disse que o órgão com sede em Washington provoca rebeliões políticas nos países em desenvolvimento "criando enorme miséria e sofrimentos" na Zâmbia. O atual enfoque sobre a dívida externa por parte do FMI causa confusão



Kaunda: situação desesperadora

entre os países devedores, acrescentou Zulu, que exortou a uma revisão dessas políticas.

Os líderes sindicais da Zâmbia, por seu lado, assinalaram que o aumento de preços dos alimentos tinha reduzido o nível de vida ao ponto da "inanição".

A situação se agravou com a introdução do sistema

de cotação de divisas internacionais que provocou uma desvalorização drástica do kwacha, a moeda zambiana (atualmente a cotação é de 12 kwachas por dólar norte-americano).

A nova situação monetária foi elogiada pelos grandes grupos empresariais do país que explicam que qualquer pessoa que se adapte às condições do Comitê de Divisas do Banco Central pode ter acesso à pequena quantidade de moeda disponível.

Antes dessas revoltas, o FMI e outras agências de empréstimos mostravam-se satisfeitas com as reformas econômicas introduzidas na Zâmbia e prometeram refinar a dívida do país que atualmente atinge 4,5 bilhões¹ de dólares.

Fred Chela

¹ Um bilhão = mil milhões

INDIA-CHINA:

Disputa fronteiriça

□ A oitava rodada de negociações entre a China e a Índia para discutir os litígios fronteiriços nas regiões próximas ao Tibete deverá ser realizada em Nova Déli, mas a data ainda não foi determinada. No final de dezembro, o primeiro-ministro indiano Rajiv Gandhi, afir-

Panorama Tricontinental

mou que "está descartada qualquer concessão territorial à China" e que a Índia "está capacitada para defender a inviolabilidade de suas fronteiras".

Essa afirmação era uma resposta aos dirigentes chineses, que na véspera haviam reiterado suas reivindicações sobre grandes extensões no leste, no território do recém-criado estado indiano de Arunachal Pradesh. Em julho de 1986, a China enviou uma pequena patrulha militar a essa região e esses soldados permanecem ali, entrincheirados em alguma parte do território.

Nos meios diplomáticos não se considera provável que o litígio possa levar a conflitos armados entre os dois países, mas se reconhece que a decisão da Índia de transformar Arunachal Pra-

desh em um estado autônomo contribuiu para agravar a situação.

As autoridades militares indianas da região consideraram que a disputa "não representa nenhum perigo sério" para a paz regional, mas informaram que "o exército tomou todas as precauções necessárias".

O governo de Nova Déli rechaçou sistematicamente todas as reivindicações chinesas, alegando que sua posição se baseia na linha McMahon, traçada em 1913-14 durante a Conferência de Simla, entre representantes do Tibete, China e da então Índia britânica. O objetivo principal dessa conferência era definir os limites do Tibete, a natureza do controle chinês sobre o Tibete interior "sem ferir a integridade do Tibete como entidade

geográfica e política" e a autonomia que deviam gozar os habitantes do Tibete exterior, a região adjacente à Índia.

Um plano que levava em conta esses critérios foi apresentado pelo então secretário do Departamento da Índia, Henry McMahon. Mas os antecedentes históricos mostram que a China nunca aceitou esse plano, afirmando que só reconheceria "uma limitada autonomia tibetana em uma área mais ou menos definida, um pouco maior do que a área atual do país, que ficaria nas vizinhanças de Lhasa".

A situação ficou crítica em 1962, quando a China invadiu o território da Índia, no nordeste, desencadeando uma guerra. Depois do cessar-fogo as tropas chinesas se retiraram. A partir daí, os

Tunísia: Conjuntura econômica difícil

Quando o primeiro-ministro Rachid Sfar apresentou ao Parlamento o projeto de orçamento para 1987 enfatizou que a dívida externa foi equivalente a quase 60% do Produto Nacional Bruto (PNB) de

1986, cujo serviço absorveu mais de 27% das receitas tunisianas em divisas estrangeiras. A balança comercial tampouco mostrou um desempenho favorável: registrou um déficit de aproximadamente 764 milhões de dólares, tornando premente a necessidade de fluxos financeiros externos.

Durante todo o ano de 1986, a atividade econômica foi muito pobre. O próprio ministro do Planeja-

mento e Finanças, Ismail Khelil, reconheceu, numa conferência de imprensa, que o PNB cresceu apenas 1%. O turismo e o petróleo, os dois setores que trazem um maior volume de divisas ao país, tiveram um mal desempenho. No caso do turismo, as tensões no Mediterrâneo fizeram cair as receitas em 2%. Quanto ao petróleo, as receitas passaram de 794 milhões de dólares em 1985 para 377 milhões em 1986.

dirigentes de Beijing (Pequim) propuseram-se a renunciar às suas reivindicações no leste se fossem aceitas as suas reivindicações no oeste, onde também ocupam uma vasta porção da área da cadeia de montanhas de Aksai Chin (Himalaias Ocidentais).

A sétima rodada de negociações sobre o território em disputa foi realizada em julho de 1986, pouco depois da incursão de tropas chinesas na área. Mesmo tendo Beijing sugerido que poderia vir a aceitar a linha McMahon em troca de concessões no oeste, a posição atual parece distante disso. Contudo, fontes diplomáticas indianas acreditam que as diferenças podem ser superadas se ambas as partes sentarem-se à mesa de negociações mais uma vez.

URUGUAI:

Plebiscito contra impunidade

□ A Frente Ampla do Uruguai, a central sindical PIT-CNT, o Movimento de Libertação Nacional (Tupamaros) e o Comitê de Familiares de Presos e Desaparecidos iniciaram em janeiro a coleta de assinaturas para promover um plebiscito pela derrogação da lei que anistiou os militares que violaram direitos

12 - terceiro mundo

humanos. Essa lei -- que foi chamada "ponto final" em alguns meios de comunicação, por sua semelhança com a que fora votada nesses mesmos dias na Argentina -- foi aprovada pelo Parlamento no final de dezembro passado em meio a uma grave crise política.

A convocação de um dos militares acusados do assassinato do senador Zelmar Michelini e do deputado Héctor Gutiérrez Ruiz, o tenente-coronel José Nino Gavazzo, para depor a 22 de dezembro diante de um juiz de instrução criminal, precipitou a crise.

Porta-vozes do situacionista Partido Colorado difundiram a versão de que Gavazzo -- que também foi convocado pela justiça argentina -- não atenderia à convocação por ordem dos comandos militares. Isso implicaria uma "ofensa" e uma "humilhação" para o presidente Sanguinetti.

Embora representantes de todos os partidos concordassem em que não havia condições para um golpe de Estado, a ameaça foi suficiente para fazer o Partido Nacional (Blanco) mudar suas posições anteriores. Os "blancos" apresentaram um novo projeto de lei, igual na essência ao do presidente Sanguinetti, mas que delega ao Poder Executivo a decisão sobre cada caso a ser estudado para distinguir se



Sanguinetti: árbitro da situação

o crime foi cometido por "ordens superiores" (e nesse caso isento de sanções) ou por iniciativa pessoal (nesse caso se trataria de um crime comum e passaria para a justiça ordinária).

Em sessões que foram verdadeiras maratonas e que se alongaram por todo o fim de semana anterior ao Natal (Gavazzo deveria comparecer na segunda-feira de manhã), o projeto do Partido Nacional foi aprovado em meio a manifestações de protesto.

Perdoados os militares, a única sanção foi dirigida ao senador "frenteamplista" José Germán Araújo. Acusado de ser o mentor intelectual das agressões sofridas pelos parlamentares que votaram a lei, os quais ele qualificou de "covardes" e "cúmplices dos torturadores", José Germán Araújo foi destituído do seu cargo.

Panorama Tricontinental

AMÉRICA LATINA:

Reativação da Coppal

Pela primeira vez em quatro anos, reuniu-se em dezembro passado no Panamá a Conferência Permanente de Partidos Políticos Latino-Americanos. Convocada pelo país anfitrião, a reunião foi presidida pelo chefe do Partido Revolucionário Democrático do Panamá, Rómulo Bentancur Escobar.

Entre os numerosos participantes e convidados de 17 países, destacou-se a presença do deputado argentino Marcelo Sturin, secretário geral do Partido Radical, que compareceu representando o presidente do seu país, Raúl Alfonsín, em sua condição de presidente do Foro Democrático da América Latina, criado há poucos meses em Buenos Aires.

Os diferentes partidos políticos presentes no Panamá concordaram em ressaltar que a importância do encontro residiu não tanto nas resoluções adotadas, mas na reativação da Coppal, em um momento muito particular da vida centro-americana.

A resolução mais significativa foi a de enviar uma delegação a Honduras, Nicarágua e Washington para

contribuir para a solução pacífica do conflito centro-americano. A Conferência declarou as datas de 21 e 22 de fevereiro deste ano como dias da Jornada Continental contra a Agressão e pela Paz na América Central. Por proposta da delegação peruana, a Conferência voltará a reunir-se durante esses dias em Lima.

Com relação à situação centro-americana, a Conferência também manifestou o seu apoio às gestões de paz dos grupos de Contadora e de Apoio como "a alternativa válida para solucionar a crise" na região.

Outros pontos tratados foram: 1) a luta solidária da América Latina frente à crise econômica e a dívida externa; 2) defesa e desenvolvimento da independência, soberania e democracia das nações latino-americanas e caribenhas; 3) apoio ativo à solução política negociada da crise centro-americana e 4) estrutura e funcionamento da Coppal.



Conferência da Coppal, México

Cuba: Medidas de austeridade

Fontes do governo cubano garantiram que o plano de austeridade anunciado em dezembro não afetará a maior parte da população do país. Ele será acompanhado de uma maior oferta de eletrodomésticos e permitirá um maior acesso a bens duráveis.

As medidas – anunciadas a 26 de dezembro por Fidel Castro – prevêem ajustes na distribuição de açúcar, leite, arroz e carne, e estabelecem aumentos nas tarifas de eletricidade, transportes e gasolina. Porta-vozes do governo tranquilizaram a população informando que os ajustes no regime de distribuição de leite não afetará a cota estabelecida para as crianças e famílias.

GUATEMALA:

Restabelecimento de relações com a Grã-Bretanha

O governo do presidente Vínicio Cerezo anunciou no final de dezembro o reatamento das relações diplomáticas de seu país com o Grã-Bretanha, que estavam rompidas há 23 anos. A ruptura ocorreu durante o

governo do coronel Enrique Peralta Azurdia, devido à controvérsia sobre o território de Belize, que a Guatemala reclama como seu desde o século passado e ao qual a Grã-Bretanha concedeu a independência em 1981.

Os primeiros passos para o reatamento de relações foram dados por Cerezo em agosto do ano passado, ao restabelecer as relações consulares.

A normalização das relações diplomáticas não implica, contudo, segundo anunciou o governo, uma renúncia da Guatemala a suas reivindicações sobre o território de Belize. Embora os passos

dados para reatar relações com o Reino Unido tenham sido dados pela Guatemala no quadro de uma abertura internacional e como uma forma de levar os britânicos à mesa de conversações sobre Belize, os fatos conhecidos revelam outros aspectos.

Comenta-se em círculos políticos locais que o interesse maior é dos ingleses, porque de outra forma sua relação com a América Central (como parte da aproximação da Comunidade Econômica Européia) ficaria dificultada. Nas próximas semanas, representantes da CEE se reunirão na Guatemala com delegados da re-

gião para dar continuidade aos programas de cooperação iniciados em 1984.

Apesar dos esforços diplomáticos do governo Cerezo, as negociações em torno de Belize poderão esbarrar em dificuldades. Depois de cinco anos de concedida a independência a esse território, as perspectivas de anulação desse ato parecem ser muito limitadas.

Mas o que na realidade parece estar acontecendo é que, nos bastidores, Cerezo estaria se mostrando disposto a abrir mão de uma improvável devolução de Belize em troca de uma saída para o Atlântico para a Guatemala.

Tanzânia: Convocado congresso do partido do governo

O partido de governo da Tanzânia, Chama Cha Mapinduzi (CCM), convocou todos os seus membros para um congresso – o primeiro desde a sua fundação – que será realizado em outubro deste ano.

Em declarações dadas ao *Daily News* de Dar-es-Salaam, o secretário geral do CCM, Rashidi Kawawa, disse que a executiva nacional do partido escolherá os temas que serão alvo de debate. O objetivo do congresso é "permitir que todos os membros do partido, trabalhadores e camponeses, tomem parte das decisões básicas que orientem a nossa nação", disse Kawawa. O ano de 1987 foi declarado "ano da conferência nacional do partido".

O Chama Cha Mapindu-

zi foi fundado em 5 de fevereiro de 1977, pela fusão numa única organização do Mainland Party, a Tatum-Tanganyika African Union e o Partido de Zanzibar, Afro-Shirazi. A 5 de fevereiro último, se realizaram as comemorações pelo 1º aniversário do CCM, que coincidiu com os 20 anos de Declaração de Arusha, o documento-guia da orientação socialista seguida pelo país, com ênfase na independência econômica. Recorde-se que a Tanzânia nasceu como nação independente em 1961.

Reagan: um mar de lama

Neiva Moreira

Os norte-americanos tem toda a razão de estarem decepcionados com o presidente Reagan. Uma pesquisa do "Los Angeles Times" revelou que 86% não crêem na sua explicação, de que não trocou armas para o Irã por reféns em poder dos xiitas do Líbano.

Segundo o instituto de pesquisas Gallup, a queda de credibilidade de Reagan é a maior nos registros de popularidade dos presidentes norte-americanos.

Mas está na lógica das coisas que assim o seja. Ao candidatar-se à presidência, Ronald Reagan o fez em nome da restauração de princípios e valores caros à sociedade norte-americana, sobretudo dos seus segmentos mais conservadores e tradicionais: a defesa dos bons costumes, a moralidade pública, o primado da iniciativa privada sobre o estatismo, a redução da carga tributária, o combate à inflação e o equilíbrio das contas públicas. No plano internacional, a defesa do "mundo livre" e o resguardo dos "legítimos" interesses norte-americanos.

Mas essa não foi a linha do seu governo. Para qualquer observador isento seria fácil resumir em duas as grandes prioridades de Reagan: o fortalecimento do capitalismo no plano interno e o hegemonismo no mundo. A maioria dos norte-americanos não o entendia assim. Não sabia o que se passava na Casa Branca. A verdade é que Reagan não tem se afastado um milímetro dessa linha, em nada diferente da de Richard Nixon. Nem mesmo os métodos mudaram. O *Watergate* de Nixon em nada difere do *Irãgate* e do *Contragate* de Ronald Reagan.

A única diferença está em que Nixon, apanhado com a mão na massa, admitiu suas responsabilidades renunciando.

Reagan se escuda em novas mentiras para negar as práticas delituosas que implantou na Casa Branca e não dá mostras de querer renunciar.

O respeitável líder democrata Thomas O'Neill, ex-presidente da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, falando sobre a responsabilidade do presidente no desvio do dinheiro da venda de armas ao Irã para os "contras" da Nicarágua, declarou peremptoriamente: "Penso que esse desvio de dinheiro foi uma decisão pessoal do sr. Reagan".

O presidente nega seu envolvimento nessa violação criminosa da lei internacional mas não modifica a sua orientação. Leva ao Conselho de Segurança, para substituir o almirante Poindexter, metido no *complot* das armas, outro membro dessa corporação de conspiradores contra a estabilidade de governos constitucionais e progressistas, o sr. Frank Carlucci que, do Brasil e Uruguai, a Portugal e Líbano do Sul, foi sempre um agente sabotador a serviço da direita. O lado positivo do *Irãgate*, como seu antecessor no tempo de Nixon, é que está trazendo à tona toda a sujeira de um governo que, com uma retórica de defesa da ética e da democracia, vem tentando impor ao mundo o domínio norte-americano e, internamente, é o mais reacionário da história do país.

Hoje está comprovado que o dinheiro do negócio das armas não se destinou apenas à contra-revolução na Nicarágua. Foi também para a caixa dos rebeldes direitistas afegãos

Editorial

e dos fantoches da Unita teleguiados da África do Sul, em Angola, segundo denúncia publicada no *The New York Times*. Por agora é o que se revelou. Mas há indícios de que a CIA e o próprio Conselho de Segurança estiveram por trás de muitos outros movimentos contra-revolucionários e terroristas espalhados pelo mundo. A intervenção do governo de Israel – admitida pelo ex-primeiro-ministro Shimon Peres – nesses negócios sujos já era prevista. Tem sido a sua norma. O que mais escandaliza é a participação da Arábia Saudita. Em que medida o traficante de armas Adnan Kashoggi agiu por conta própria num governo tão fechado e de decisões centralizadas como o saudita? Há outras indicações de que, enquanto cooperava em alguns campos com o Iraque, ao nível da comunidade dos países do Golfo, a Arábia Saudita fazia o jogo norte-americano – o que não seria uma novidade – em relação ao Irã. As últimas revelações da imprensa norte-americana sobre a posição de Reagan na guerra Irã-Iraque são estarrecedoras e comprovam o grau de crueldade – para não usar outro termo – da sua política. Já se sabia que a Casa Branca procurava insinuar-se nos dois lados. A venda de armas ao Irã é, sem dúvida, uma tomada de posição. Agora se sabe que a “ajuda” ao Iraque era, como assinalou o vice-primeiro-ministro iraquiano Taha Yassin Ramadan mais uma “adaga enfiada nas costas do seu país” que uma colaboração real. Quinze mil soldados iraquianos foram mortos como resultado de informações militares “intencionalmente errôneas” que o Pentágono, fingindo de amigo, fazia chegar ao estado-maior do exército do Iraque.

16 – terceiro mundo

Essa deve ser uma parte da história. Não seria estranho se, amanhã, se descobrisse que, através de manobras ou artimanhas desse tipo, o governo de Reagan estava estimulando a intransigência de Komeini. Aqui mesmo no Brasil, o exemplo recente da fuga da Polícia Federal de Brasília de quatro mercenários norte-americanos presos em um navio com contrabando de armas a caminho da África revela que a CIA não descansa. Os quatro eram membros de um “comando” acusado de integrar um grupo que tentava desestabilizar o governo progressista de Gana. Há indícios de que o destino estava mais ao sul: Angola. Qualquer que fosse o país destinatário do carregamento de armas era indistigável a cumplicidade da CIA, inclusive na fuga dos mercenários que, segundo a própria Polícia Federal brasileira, contou com apoio de funcionários da embaixada dos Estados Unidos em Brasília. E as ações da CIA não são atos isolados, mas peças de uma política de Estado. Se comprova pois, que há um centro de conspiração, sabotagem, terrorismo e tráfico de armas incrustado na administração Reagan. O *Irãgate* e o *Contragate* são a ponta do iceberg. O pior pode estar por vir, se é que se vai levar até o fim as investigações em curso. O impacto dessas revelações tem sido enorme no mundo e, também, internamente nos Estados Unidos. O povo norte-americano começa a entender que seu governo soçobra em um mar de lama e nada tem a ver com a apregoada defesa das suas tradições e dos valores morais, e sim que se orienta na direção oposta e abriga em seu seio tipos perigosos que deviam estar na cadeia e não na Casa Branca.

cadernos do

terceiro mundo

Sempre é tempo de presentear os amigos. "Cadernos" é uma boa opção.

Seus amigos merecem uma visão correta do mundo. Eles vão gostar de ler e assinar a nossa "diferença".

Apresente "cadernos" e ganhe seu brinde.



Quanto mais assinaturas, menor o preço unitário e ... com brinde!

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURA CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	430,00	430,00	1 Livro de nossa escolha
2	415,00	830,00	2 Livros de nossa escolha
3	395,00	1.185,00	1 Disco de "Radamés Gnatalli"
4	385,00	1.540,00	1 Assinatura de "Cadernos"
5	375,00	1.875,00	1 Guia do Terceiro Mundo mais um livro

Cupons no Verso

CUPONS DA PROMOÇÃO

Preencha os cupons desta página. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor correspondente aos pedidos, de acordo com a tabela no verso, e envie em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer somente um pedido individual utilize apenas um cupom. Não deixe de preencher o cupom do brinde.

CUPOM DO BRINDE ◦ REMETENTE

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$.
em () cheque(s) nominal(is) ou () vale postal-ag.central em nome da
Editora Terceiro Mundo Ltda. Aguardo, portanto, o brinde a que tenho
direito.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos".
() Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Tel:
Estou remetendo, junto com este cupom e de acordo com a tabela
no verso da página, o valor correspondente por () cheque nomi-
nal ou () vale postal-ag. central.

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos".
() Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Tel:
Estou remetendo, junto com este cupom e de acordo com a tabela
no verso da página, o valor correspondente por () cheque nomi-
nal ou () vale postal-ag. central.

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos".
() Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Tel:
Estou remetendo, junto com este cupom e de acordo com a tabela
no verso da página, o valor correspondente por () cheque nomi-
nal ou () vale postal-ag. central.

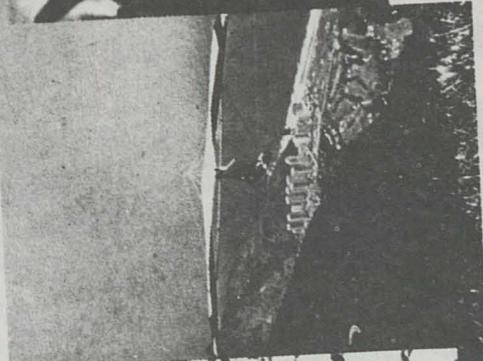
() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos".
() Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Tel:
Estou remetendo, junto com este cupom e de acordo com a tabela
no verso da página, o valor correspondente por () cheque nomi-
nal ou () vale postal-ag. central.

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos".
() Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Tel:
Estou remetendo, junto com este cupom e de acordo com a tabela
no verso da página, o valor correspondente por () cheque nomi-
nal ou () vale postal-ag. central.

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial - Rua da Lapa, 180 -
sala 1105 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021 - Tel.: (021) 252-7440.

SOLTE-SE NO RIO

Divirta-se nessa cidade
alegre e bonita.



SENIOR

RIOTUR

Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A.
Rua da Assembleia, 10, 9º andar, Tel. 297.7117

Telex. (021) 21940 ETUR-BR - CEP 20010 - Rio de Janeiro - Brasil



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A paz torna a fecundar o arroz

Roberto Remo Bissio, *Enviado Especial*



Os bastidores do processo de negociação entre o governo e a guerrilha demonstram que silenciar as armas não é o mais difícil, mas que a conquista de uma convivência permanente entre as forças armadas e os diferentes movimentos de libertação, possível somente dentro de um regime realmente democrático e de inspiração social, é a tarefa mais árdua. Nesse contexto difícil e desafiador, a imagem aparentemente frágil da presidente Corazón Aquino surge como a única força capaz de equilibrar os diferentes setores

O clima é quente em Manabo e o sol cai a pino. A jornada é longa e pouco a pouco os homens se aproximam, sentam-se, depositam suas armas no chão, esboçam um sorriso...

Dois dias atrás poderiam ter morrido. Hoje eles acabarão contando histórias de suas famílias que, este ano, eles visitarão no Natal.

Em Manabo, um povoado sem calçamento nem telefone na província de Abra, na região de Cordillera, 600 quilômetros ao norte de Manila, o soldado e o guerrilheiro que se sentam para compartilhar a sombra e a água de um cantil debaixo da única árvore da escola local, estão fazendo a história das Filipinas.

A cena é registrada por dois jornalistas que chegaram pelos seus próprios meios (oito horas de ônibus, quatro de jipe por estradas de terra, atravessando rios em balças) para chegar antes da comitiva oficial e cobrir as negociações de paz entre o governo e o Exército Popular de Libertação de Cordillera (CPLA). Enquanto aguardam, um deles faz "reportagem-ficção". "Suponhamos que estes dois se peguem numa discussão política. Se insultam, brigam. Soa um disparo. Confusão. Ninguém sabe o que está acontecendo nem como começou. O oficial responsável informa pelo rádio. O helicóptero que transporta os ministros retorna à capital. A paz não é ratificada. A direita eleva o tom de suas críticas a Cory Aquino acusando-a de demasiada branda com os comunistas. A presidente é desmoralizada e o general Ramos toma o poder nas Filipinas. O presidente Reagan diz que isso demonstra a ingenuidade daqueles que acreditam numa saída negociada em El Salvador ou Guatemala e decreta a invasão da Nicarágua..."

Mas o que está acontecendo naquele momento é totalmente diferente. O coronel León Badival, comandante estadual das Forças Armadas Filipinas, está discutindo os detalhes do programa com o padre Conrado Balweg, sacerdote católico que mudou o terço pelo fuzil há mais de uma década e comanda atualmente o CPLA. Vem em companhia de um major, oriundo de uma cidade próxima, que prendera

há alguns anos atrás a mulher de Balweg. Depois da reunião almoçaram juntos. Não se soube sobre o que conversaram, mas o major saiu dizendo: "Sou o homem mais feliz do mundo".

Em Cordillera, onde as 35 tribos que apóiam o CPLA reúnem cerca de um milhão de pessoas, a guerra estava custando uma média de cinco vítimas diárias, quase todas civis, nos primeiros nove meses de 1986.

Sholl Sawadal corta o mato do pátio de sua casa, que me chamara a atenção por ser uma das poucas de Manabo totalmente construídas no estilo tradicional, com madeira e bambu, sem vidro nem cimento: "Nós esperamos que Cory entenda e que tenhamos paz", diz. "Há muito tempo não reunimos a família no dia de Natal".

Sholl conheceu ontem o padre Balweg, quando ele se reuniu com o povo e "nos respondeu a 28 perguntas".

– O que foi que o senhor lhe perguntou?

– O que ele fará se Cory não concordar com a autonomia.

– O que foi que ele respondeu?

– Que voltará para as montanhas.

"Para lutar de novo contra o exército?", perguntaram-lhe. "Se o exército não luta com a gente, por que teríamos de responder-lhe?", disse-nos.

Roberto Remo



Manabo, província de Abra: casa tradicional

Matéria de Capa

Era uma guerra de todo o povo

Para Victor Delgado, dirigente de uma das tribos *igorots* de Cordillera, a opção pelo armistício não apresenta problemas teóricos: “Se posso escolher entre a guerra e a paz, eu escolho a paz. Na paz a gente envelhece, morre em casa e constrói o seu próprio paraíso”.

“Foram muitos anos de guerra e séculos de abuso contra nosso povo”, explica o sacerdote católico Patrick “Pat” Guyguyon, pároco de Manabo. “Nunca se respeitou nosso direito à terra, à cultura e à autodeterminação. Mais de 80% das florestas de Cordillera foram declaradas de interesse público pela ditadura de Ferdinando Marcos e entregues a companhias estrangeiras. Uma só empresa, em Abra, recebeu 200 mil hectares de terras que eram comunais. A represa hidrelétrica sobre o rio Chico (que não ia beneficiar a região e sim as grandes cidades) e a processadora de polpa de papel (responsável pela derrubada indiscriminada das florestas comunais) são as instigadoras da luta armada em Cordillera”.

“Não era apenas o Novo Exército do Povo (NEP) que lutava contra o governo”, continua o

padre Pat. “Era todo o povo. Em 1986 tivemos o milagre da revolução em Manila. Então a Cordillera Bodong (congresso das tribos) disse ao NEP: Obrigado, agora vamos lutar separados”.

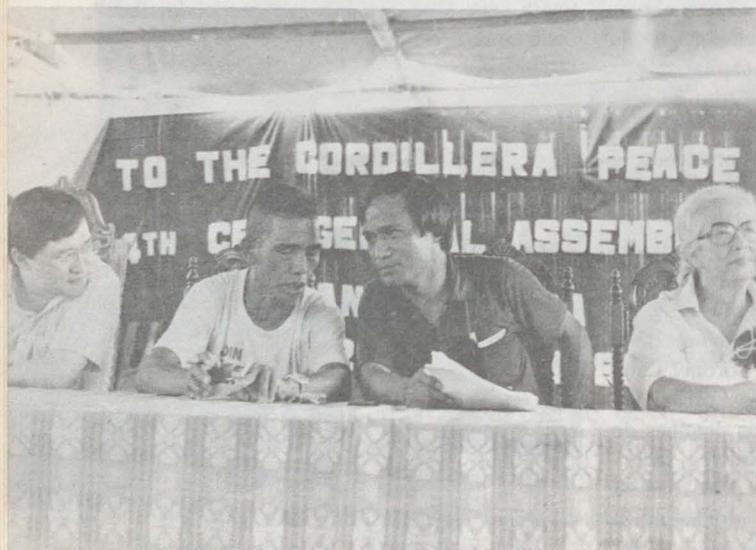
Essa decisão provocou uma cisão no exército guerrilheiro. O padre Balweg, que é originário de Cordillera, resolveu atender à decisão de suas bases e as forças sob seu comando se transformaram no Exército Popular de Libertação de Cordillera.

A 13 de setembro de 1986 foi assinado o armistício em Cordillera. Esse primeiro acordo entre o governo e o Exército Popular de Libertação de Cordillera foi seguido por um cessar-fogo semelhante entre Manila e os combatentes moros (islâmicos) do sul do país.

Agora trata-se de consolidar o armistício com uma solução permanente. O país olha para Cordillera à espera de um sinal sobre o seu futuro e o povo de Manabo olha para o céu de onde está descendo o helicóptero presidencial à espera de respostas para o seu sonho de paz.

Com o estilo dinâmico e simpático dos tempos em que era apresentador de televisão, o assessor e cunhado de Cory, Butz Aquino, salta do aparelho antes que suas hélices parem e mostra o exemplar do dia do jornal *Malaya* que exibe em grande manchete “Cancelado o projeto do rio Chico”. Antes de dizer uma palavra já se havia rompido o gelo. O povo festeja e enquanto os ministros e generais negociam privadamente com os comandantes guerrilheiros e as autoridades da recém-proclamada nação cordillerana (ver artigo nesta edição), no pátio da escola de Manabo a festa começa.

Vi oficiais do exército dançando com guerrilheiras uma dança de quadrilhas parecida com o *gato* uruguaio (mas ao



Padre Balweg (dir.) com representantes do governo filipino

som de gongos), enquanto soldados e guerrilheiros posavam juntos diante das câmaras da imprensa ou de seus companheiros

Cory joga duro

Em Cordillera, ao norte do arquipélago, e na região muçulmana de Mindanao, o cessar-fogo poderá transformar-se em um acordo permanente de paz pela via da autonomia regional. O Exército de Libertação de Cordillera exige ser reconhecido como "força de segurança" (uma espécie de polícia militarizada) do governo autônomo a ser instalado. Uma fórmula que, embora implique muitas concessões de ambas as partes, não apresenta dificuldades insuperáveis para nenhuma delas. Nem para o exército, tão zeloso nas Filipinas como em todo o mundo da sua condição de monopolizador da violência legal.

No diálogo entre o governo e o Novo Exército do Povo, ao contrário, as dificuldades são muito maiores. O Partido Comunista das Filipinas, que orienta o NEP, é o maior do sudeste asiático, não depende de nenhum apoio externo, tem uma sólida base camponesa, não se alinha internacionalmente com Moscou nem com Pequim e não tem uma área limitada de operações, como as organizações mouras ou cordilleranas. Calcula-se que o seu exército guerrilheiro tem mais de 20 mil quadros armados (diante de mais de cem mil efetivos nas forças armadas) e, se aprenderam algo da história, é que não aceitarão de maneira nenhuma entregar as suas armas.

Por seu lado, a decisão de Corazón Aquino de negociar a paz quase lhe custou o cargo, contrariando a opinião explícita do então ministro da Defesa Juan Ponce-Enrile, do vice-presidente Laurel e os "conselhos" dos Estados Unidos sobre a "traição inata" dos comunistas.

Com o apoio do general Fidel Ramos, comandante-em-chefe do exército, Aquino derrotou o golpe de novembro, demitiu o ministro de Defesa e intimou simultaneamente o NEP a firmar um cessar-fogo imediato "ou enfrentar as consequências".

Robert Remo



Soldados e guerrilheiros conversam em Manabo

Noite de paz

A 10 de dezembro, dia internacional dos Direitos Humanos, as cantoras populares Rebecca Demotilio Abraham e Carina Constantino-David lançam uma música sobre a paz: "Os campos de arroz desabrocham ao braço do camponês. É hora de voltar à terra". A guerra terminou. Esse é o sentimento generalizado, embora tecnicamente o que haja é um cessar-fogo de 60 dias (prorrogável automaticamente) enquanto se negocia a paz.

Nos primeiros dias de dezembro, em uma mansão luxuosa de Manila iluminada por luzes de Natal, intelectuais de esquerda reúnem pela primeira vez em um ambiente informal os representantes de ambas as partes, com a esperança de contribuir para o clima de confiança mútua.

O que o NEP exige em suas negociações com o governo, para transformar em permanente o armistício inicialmente firmado por 60 dias?

"Em primeiro lugar", responde Saturnino Ocampo, principal negociador dos rebeldes, "o desmantelamento das estruturas repressivas do

terceiro mundo - 23

Matéria de Capa

exército. Segundo, reforma agrária e, terceiro, retirada das bases militares norte-americanas do país".

O Partido Comunista e sua organização de massas, a Frente Democrática Nacional (FDN), propõem a criação de um governo de coalizão, do qual participariam, ainda que sem ser maioria.

O governo limita suas propostas a algo parecido com o modelo colombiano: os guerrilheiros poderão incorporar-se ao sistema político e participar de eleições. Não seriam feitas objeções se as armas forem escondidas em algum lugar, mas qualquer reconhecimento da existência legal de dois exércitos será evitado.

"A reforma agrária e a eliminação das bases são compromissos de Cory", lembra Teophisto "Tito" Guingona, chefe da equipe negociadora do governo diante do NEP. "Mas a política nacional não estará na mesa de negociações".

Como tantos outros membros da equipe de governo, Tito Guingona foi perseguido sob a ditadura de Marcos e dividiu celas de prisão com seus hoje interlocutores do NEP. Mas a posição que ocupa o obriga a ser cauteloso.

As forças armadas respeitarão o cessar-fogo?

— Os militares seguirão a comandante-em-chefe Corazón Aquino.

E se fracassarem as conversações?

— O exército nos mostrou que tem alternativas...

Para derrotar o NEP?

— Bem, para iniciar uma grande ofensiva...

"Parecem sinceros"

Guingona tem que convencer os militares de que está defendendo com tenacidade os inte-

24 — terceiro mundo



Teophisto "Tito" Guingona: negociador do governo

resses do Estado e os guerrilheiros, que o governo de Corazón tem controle efetivo sobre o exército e que este fará seus compromissos que a presidente assumir.

Desde que foi desmantelada a tentativa golpista do ex-ministro de Defesa Juan Ponce-Enrile, em novembro, os membros do gabinete

se referem ao exército como as Novas Forças Armadas, que seriam profissionais e apolíticas.

Como exemplo da nova situação, cita-se a redução do orçamento de Defesa de 12% para 9% do total de gastos, aprovada antes do início do armistício. "Tito" Guingona considera que a paz ajudará o atual comportamento "profissionalista" das forças armadas. Boa vontade e sentido comum permitiriam lançar luz sobre as "áreas obscuras" do acordo de cessar-fogo, onde as diferenças de interpretação podem ser a faísca que reative a guerra.

Ocampo garante que não serão os revolucionários que boicotarão a paz. O semanário *Veritas*, que segue a corrente majoritária da igreja católica (progressista mas não radical, na linha do cardeal Sin, apoio político vital e inspirador espiritual da presidente), acredita que os negociadores guerrilheiros "são sinceros e têm um compromisso profundo e pessoal" com a busca de uma paz duradoura. Não é para menos. O armistício representou para Tony Zumel a possibilidade de reencontrar-se com sua mãe, de 84 anos, a quem não via desde 1965. Saturnino Ocampo saiu da prisão e agora participa da equipe negociadora com sua esposa Carolina "Bobbie" Malay, que ressurgiu da clandestinidade. Sua filha adolescente ajuda nas finanças do FDN vendendo buttons¹ nas reuniões do movimento. O mais velho é ativista do Comitê de Familiares de Presos Políticos. Neste Natal a

família pôde, por fim, cear unida.

Ocampo acredita que o principal obstáculo para uma paz duradoura nas Filipinas é a intervenção norte-americana na política do país. Propõe unir suas forças às do governo para enfrentar o imperialismo, mas resiste a avalizar a tese de que o exército mudou profundamente. Na sua opinião, essa mudança ainda tem que ser produzida e o caminho para conseguir isso é um amplo acordo de paz, que permita a incorporação às forças armadas dos quadros do NEP.

Mesmo antes que isso seja conseguido, os comunistas estão dispostos a integrar-se à política legal e à luta parlamentar, já que "foi Marcos quem nos ilegalizou. Não passamos para a clandestinidade porque queríamos, mas porque nos obrigaram. Porém, antes de qualquer acordo é preciso revogar as leis repressivas, libertar os presos políticos e darem-nos garantias". Estão preocupados com a experiência da Colômbia, onde os dirigentes revolucionários foram caçados como coelhos quando começaram a abandonar a segurança da selva para emergir para a vida pública na selva urbana".

O general Fidel Ramos reconheceu que as forças armadas não podem derrotar militarmente os rebeldes, mas não há dúvida de que, mesmo sem ganhar a guerra, podem prolongá-la indefinidamente.

"A lógica do conflito de baixa intensidade não é ganhar a guerra, mas sim ganhar com a guerra", explica-nos um membro da equipe de assessores da presidente. "Por isso Cory fez da paz sua meta principal. É a condição da democracia".

A guerra por outros meios

O embaixador norte-americano Stephen Bosworth não compartilha desse otimismo. "A minha bola de cristal está nublada sobre este assunto" da paz, disse aos correspondentes estrangeiros em Manila, dois dias antes do início formal do cessar-fogo. Bosworth afirmou ainda que o combate à luta armada é um "aspecto primário" no fluxo de ajuda norte-americana ao

país e que em sua opinião a melhor defesa contra o comunismo é "um governo com credibilidade, uma economia forte e militares profissionais". O precedente do armistício é em todos os aspectos negativo para a embaixada dos Estados Unidos, já que vai contra a sistemática recusa norte-americana de qualquer solução similar em El Salvador e Guatemala. Para o exército está claro que a paz não é o oposto à guerra, mas apenas a continuação desta por outros meios. Em vez de pólvora, o que se faz detonar é a guerra psicológica, e o cenário preferido para isso são as páginas dos jornais e os boatos de rua.

Mas os guerrilheiros movimentam-se como



Presença dos EUA: principal obstáculo à paz

peixes dentro d'água na imprensa e perante as câmaras de TV, principalmente se os deixarem expressar-se em *tagalo* (a língua da maioria e a única que os pobres dominam de verdade) em vez do inglês, o idioma da política parlamentar tradicional.

"As áreas obscuras" a que se refere Guingona exigem boa vontade para serem seguidas corretamente e para que os limites sejam observados com precisão. Tecnicamente os guerrilheiros são bandidos foragidos e ser comunista ainda é um delito nas Filipinas. Com exceção daqueles que foram expressamente anistiados por Aquino, nenhum marxista-leninista poderia andar livremente pelas ruas. Para que Zumel e

Matéria de Capa

Ocampo pudessem descer da montanha e participar das negociações foi-lhes concedido um salvo-conduto especial.

O armistício prevê o fim de todos os "atos hostis", mas não estabelece uma linha de demarcação das tropas no terreno. Dois dias antes da entrada em vigor do cessar-fogo, o coronel Honesto Isleta, porta-voz das forças armadas, anunciou que o exército continuará patrulhando "todo o país" (incluindo as zonas controladas pelo NEP) e que de acordo com a lei vigente no país deve desarmar "qualquer pessoa que carregue armas sem a necessária licença". Obviamente, os guerrilheiros não têm licença de porte de arma e Ocampo foi taxativo ao assinalar que qualquer tentativa de desarmar um quadro do NEP encontraria resistência e seria considerado um "ato hostil". Segundo o acordo, tanto as patrulhas do exército como do NEP, devem levar bandeiras para indicar que não têm intenções hostis, e se o objetivo das forças armadas for perseguir criminosos, os guerrilheiros prestarão toda a colaboração para o desempenho da missão. Na opinião dos porta-vozes da Frente Nacional Democrática, a atitude de Isleta buscaria apenas boicotar o armistício.

"Não haverá mais porta-vozes militares", prometeu María Diokno, da comissão negociadora governamental. "Tudo que diga respeito à negociação será anunciado pela Comissão de Armistício", nomeada por acordo de ambas as partes.

Mas no dia seguinte, o próprio general Ramos insistiu no tema das patrulhas, dando apoio à posição de Isleta. A guerra de palavras continuava e a trégua talvez não começasse a 10 de dezembro. Os porta-vozes da guerrilha resolveram não contestar mais e esperar para ver o que aconteceria no terreno. Os dias 10 e 11, passaram sem que se tivessem registrado incidentes.

A 12 de dezembro a Frente Nacional Democrática organiza uma manifestação num povoado do interior. Uma centena de guerrilheiros comparecem armados. Desta vez é o exército quem protesta. A comissão de armistício resolve

que a guerrilha não poderá, no futuro, fazer ostentação das suas armas em centros populacionais. A área obscura diminui, mas não é eliminada. Haverá que decidir o que é um "centro populacional", pois o exército poderá valer-se dessa resolução para impedir o trânsito dos guerrilheiros por qualquer povoado.

Palavra de honra

O espantoso não é que as diferentes interpretações existam, ou que as partes tentem tirar para si proveito delas, mas que a paz sobreviva. Publicamente, ninguém quer aparecer como contrário à paz, mas os interesses em jogo são muitos, a começar pelos do próprio exército, cujo papel na sociedade filipina será inevitavelmente reduzido se a paz se consolidar.

Existem, além disso, as forças de difícil controle, como os exércitos privados dos latifundiários, as forças militares leais a Enrile ou os delinquentes que se fazem passar por guerrilheiros para cobrar "impostos revolucionários".

Guingona e Ocampo estão de acordo em estabelecer um clima de boa vontade e comprometem-se em que nenhum incidente interromperá o processo de negociação ou o armistício, salvo por expressa decisão em contrário ao mais alto nível. "Os que violarem o acordo serão punidos", promete Ocampo.

E o exército?

– Castigará seus infratores, assegura Diokno.

Com 30 flexões?

– Não. Com punições proporcionais à infração e que sejam consideradas satisfatórias pela Comissão Supervisora do Armistício. Palavra de honra.

Primeiro as instituições

Depor as armas não foi fácil, mas mais difícil ainda promete ser a negociação de uma paz duradoura. A revolução de fevereiro foi uma revolução do centro, da classe média escandalizada com o assassinato de Ninoy Aquino ao retornar do exílio em 1984 e com a fraude que pre-

Filipinas

tendeu roubar a vitória eleitoral de sua viúva, Corazón. Mas os que resistiram durante anos à ditadura foram os guerrilheiros na montanha, que conheciam o regime o bastante para prever corretamente que as eleições seriam fraudulentas, mas menosprezaram a capacidade do povo de defender sua decisão. O NEP, que havia apelado ao boicote às eleições, não tinha autoridade moral para convocar para a defesa do seu resultado e ficou alheio às mobilizações que derrubaram a ditadura contra a qual tanto havia lutado.

Do seu ponto de vista é óbvia a proposta de formar um governo de coalizão que reúna as duas vertentes da longa luta pela democracia. Mas para a direita militar e civil, e inclusive para a maioria dos liberais no governo, essa idéia é despropositada. Que participem de eleições se querem chegar ao poder. O peixe tem que sair da água e lutar pela sua sobrevivência no asfalto.

O governo anuncia que as negociações se limitarão a discutir a paz, ou seja, como administrar no futuro as armas, sem outras considerações políticas ou programáticas. Cory não se sustentaria muito no cargo se aparecesse "capitulando" diante dos comunistas, comenta-se abertamente em Manila.

Por outro lado, por mais boa vontade que tenham os revolucionários, ninguém poderá convencê-los a entregar as armas ou transformar os seus quadros em suboficiais das forças armadas sem garantias de que estas terão como função defender a democracia e as conquistas populares em vez de conspirar contra elas. O mais provável parece ser, então, que as negociações se prolonguem por meses, enquanto as boas intenções dos discursos são postas à prova e o governo tem tempo de demonstrar como levará a cabo as suas promessas de reforma agrária, democratização e política externa soberana, todas elas reclamadas pela guerrilha como pré-requisitos para a paz.

O problema é que a política filipina se orientou mais para o caminho da institucionalização do que para o das reformas. A nova

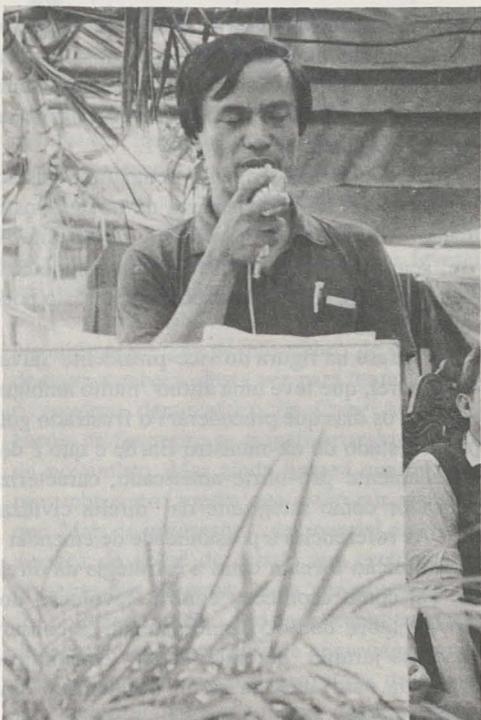
1987 - Fevereiro - nº 98

Constituição será submetida a referendo neste mês de fevereiro e em maio haverá eleições parlamentares.

Uma ampla Coalizão para a Aprovação da Constituição (CCA) organiza a campanha pelo "sim" no plebiscito, iniciada no início de dezembro com um ato público no Parque Rizal, no centro de Manila. Ali, onde centenas de milhares de manifestantes se concentravam para exigir a queda de Marcos, os assistentes do ato pró-Constituição não chegam a dez mil e em sua maioria são funcionários de Metro Manila, um conglomerado da capital com mais de cinco milhões de habitantes.

Um dirigente juvenil exalta as virtudes da nova Constituição, que a tornam a mais avançada da história das Filipinas: o Estado se vê obrigado a promover a justiça social, garante-se a igualdade de direitos da mulher, facilitam-se os procedimentos de expropriação que tornarão

Roberto Remo



Conrado Balweg: de padre a comandante do CPLA

Acordo divide a Frente Moura

□ Após três dias de conversações, a 4 de janeiro passado o líder da Frente Nacional de Libertação Moura (FNLM), Nur Misuari, e uma representação do governo de Corazón Aquino chegaram a um acordo sobre a "autonomia completa" para as áreas muçulmanas do país. O encontro realizou-se sob os auspícios da Organização da Conferência Islâmica, na sua sede central de Jeddah, na Arábia Saudita.

Apresentado pelos membros do FNLM como "uma vitória para cristãos e muçul-

manos", o acordo foi, apesar disso, questionado pelos outros grupos armados da região. Tanto o Partido Bangsa Mouro Islâmico (BMIP) como a Frente de Libertação Independentista Moura (MILF), que em 1977 romperam com o FNLM, se negaram a aprovar o acordo por terem sido excluídos das negociações.

Os mouros resistiram durante séculos à colonização espanhola, depois à dominação norte-americana e finalmente ao regime de Ferdinando Marcos. O governo de Corazón Aquino escolheu a elaboração da nova Constituição como o marco de negociação com as forças guerrilheiras, mas enfrenta as aspirações independentistas dos grupos mouros que consideram insuficiente o *status* de autonomia regional.

possível a reforma agrária, declara-se o país livre de armas nucleares, exige-se uma maioria especial do futuro Senado para ratificar uma eventual prorrogação da permanência das bases norte-americanas depois de 1991.

Fala depois um dirigente democrata-cristão: "Duas coisas são importantes na nova Constituição. Primeiro, que haverá um Parlamento livre; segundo que se estabelece um mandato de seis anos para Cory e Laurel. Todo o resto pode ser emendado..."

A ênfase na figura do vice-presidente Salvador Laurel, que teve uma atitude muito ambígua durante os dias que precederam o frustrado golpe de Estado do ex-ministro Enrile e que é declaradamente pró-norte-americano, caracteriza o orador como integrante da "direita civilizada". As referências à possibilidade de emendar a Constituição tornam clara a estratégia da direita. Tal como aconteceu com a Revolução dos Cravos (abril de 1975), em Portugal, os conservadores jurarão defender uma Constituição avançada para atacá-la assim que tenham uma oportunidade.

O voto pelo "não" só foi defendido pelos 28 - terceiro mundo

"leais" ao deposto presidente Marcos e está destinado a um estrondoso fracasso. A pouca importância das forças do "não" explicaria inclusive, na opinião dos analistas, a apatia popular com relação ao referendo, cujo resultado é previsível. Enquanto Cory se esforça por obter do plebiscito um resultado expressivo de apoio à sua gestão, as forças que a apóiam têm os olhos voltados para as eleições parlamentares, onde ajustarão as suas contas internas.

A esquerda marxista vacila entre o "sim crítico" anunciado pelo Partido ng Bayan (Partido do Povo) e a abstenção ou inclusive o voto contra, como possível resposta se se confirmarem os seus temores de "direitização" do gabinete.

A esquerda marxista-leninista conta com um exército popular maduro, uma organização operária (Kilusang Mayo Uno, Movimento Primeiro de Maio) que mobilizou centenas de milhares de pessoas no funeral de seu dirigente Rolando Olalia - assassinado a 12 de novembro por um esquadrão da morte - e um partido legal que já tem experiência nas sutilezas da política urbana. A estrutura agrária do latifúndio tradicional, unida ao surgimento no campo de plan-

tações transnacionais de produtos exportáveis, geram um clima de tensão no campo e de pressão demográfica nas cidades já cheias de favelas. A queda do preço do açúcar e outros produtos básicos exportados pelas Filipinas e o custo do refinanciamento da dívida externa empobrecem a maioria dos 50 milhões de filipinos e criam um clima de urgência à sua reivindicação de reformas.

A direita filipina está dividida entre os leais ao antigo regime, fortalecidos agora pelo retorno de Juan Ponce-Enrile às suas fileiras e os políticos conservadores que apóiam o governo Aquino. O interesse dos Estados Unidos em manter sua presença militar nas Filipinas, o apego dos latifundiários a seus privilégios, a resistência do exército a redefinir o seu papel e o temor das ditaduras e democracias tuteladas dos demais países da região de que se propague o exemplo filipino, são fatores que podem pôr um freio à experiência de democracia das Filipinas, se encontrarem uma liderança comum.

Entre os dois lados, políticos como "Butz" Aquino se propõem a "construir a força do centro". Não da classe média, que na sua opinião constitui apenas 9% da população (calcula-se que a classe alta seria menos de 1%), mas a "força do meio", da maioria silenciosa, que deseja tranquilidade e moderação, com a bênção da influente hierarquia católica.

Essa "força do meio", capaz de evitar a colisão fragmentadora das outras duas, seria inexpressiva sem a figura carismática de Corazón Aquino, que emociona, sensibiliza, comove e move o país.

Ao iniciar a primeira reunião ministerial depois de firmado o armistício e conjurado o golpe de Enrile, Cory pediu a Jovy Balonga, da Comissão Presidencial por um Bom Governo (encarregada de combater a corrupção) que fizesse uma oração no gabinete. "Deus todo-poderoso - disse Balonga - te agradecemos pelo dom da vida. Permite-nos servir a Ti, a nosso país e a nossos compatriotas, especialmente os fracos, os pobres e os despojados". Pouco se pode acrescentar ao unânime "Amém" dos filipinos. **R.B.●**



Corazón Aquino e o novo ministro de Defesa

Reflexões sobre um golpe de estado que não aconteceu

A presidente filipina Corazón Aquino escapou por pouco de um golpe de estado em novembro sob o nome de código "Deus Salve a Rainha". Mas não foi Deus quem salvou a rainha. Quem a salvou foi o general Fidel Ramos, chefe da mesma organização militar à qual pertenciam os conspiradores.

Depois de já terem provado o poder e a publicidade, é pouco provável que os militares aceitem agora ficar nos quartéis. Em fevereiro de 1986, estes soldados politizados contribuíram para enterrar politicamente Ferdinando Marcos. Na última semana de novembro de levantaram de novo a cabeça, desta vez para tentar derrubar o governo democrático de Cory Aquino. Os heróis de fevereiro se transformaram nos vilões de novembro. Mas ainda haverá muitos outros novembros nos meses que estão por vir. Desde que Marcos implantou a lei marcial em 1972, a ameaça de golpe de estado tem estado sempre presente nas Filipinas. Uma vez que o exército foi politizado, já não pode ser despolitizado. Por debaixo de sua aparência de engrenagem mecânica, o exército é uma instituição de homens: tem memória que não pode ser apagada como se faz com os computadores. O princípio da su-

Matéria de Capa

premação cívica pode estar escrito em todas as páginas da Constituição filipina, mas isto não impedirá que os militares tentem apoderar-se do poder; além do mais, um golpe de estado é, por definição, uma forma extra-constitucional de depor um poder.

A revolução de fevereiro

Aquilo que é hoje conhecido como a revolução do poder popular, que derrubou Marcos em fevereiro de 1986, foi uma insurreição incompleta e um golpe de estado frustrado. O país estava à beira de uma insurreição logo depois



Fevereiro de 1986: a queda de Ferdinando Marcos

que foi desmascarada a fraude eleitoral a favor de Marcos nas eleições de fevereiro. O apelo de Cory à "desobediência civil ativa e pacífica" preparou o terreno. Mas o processo estava apenas começando e ganhou força quando, repentinamente, o ministro da Defesa Juan Ponce-Enrile e o general Ramos organizaram o motim de 22 de fevereiro.

Em suas primeiras declarações, Enrile deu a entender que o motim havia sido uma resposta espontânea às ordens de Marcos de mandar prendê-lo. Sabe-se agora que ele não foi tão espontâneo assim. Os soldados do Movimento pró-Reforma das Forças Armadas (RAM), as-

essorados e incitados por Enrile, planejaram o golpe contra Marcos. Seus planos estavam prontos em setembro de 1985 e a ação deveria acontecer no Natal ou Fim do Ano, mas foi suspensa quando Marcos, de surpresa, convocou eleições.

Enrile e seus homens do RAM desenterraram seus planos golpistas imediatamente a seguir depois das eleições, mas foram descobertos pelo general Ver, então comandante-em-chefe do exército, antes de poderem levá-los à prática. Em 21 de fevereiro, a força de choque do RAM, que tinha como missão capturar Marcos e sua família, foi presa, o que causou pânico em Enrile e em seus homens do RAM que se entrencharam no quartel de Campo Aguinaldo, a 22 de fevereiro, pois perceberam que uma demora podia lhes ser fatal.

Desta forma, o plano de golpe foi substituído por um motim sem planejamento. Entre ambos existe uma distância bastante grande. Um golpe de estado é uma estratégia ofensiva, enquanto que o motim é defensivo. Assim, o objetivo de tomar o palácio presidencial de Malacañang deu lugar à idéia suicida de se defenderem nos Campos Crame e Aguinaldo. Mesmo com a adesão, no último momento, do general Ramos, os revoltosos não tinham força suficiente para fazer frente à esmagadora superioridade das forças oficialistas de Manila.

Foi então que o poder popular se transformou num elemento decisivo. Milhares de cidadãos desarmados cercaram as forças revoltosas, estabelecendo aquilo que na gíria militar é conhecido como uma "defesa em profundidade". Isto significa manter o inimigo à distância enquanto não se pode destruí-lo. Geralmente, uma defesa em profundidade é feita a cabo com fogo de artilharia, mas na medida em que os revoltosos careciam deste meio, contaram com um mar de gente para manter os oficialistas a uma distância prudente.

A presença popular contribuiu também em grande parte para desmoralizar as forças oficialistas e para levar um grande número delas a desertar, até que o equilíbrio de forças se incli-



Reuter

A presença do povo desmoralizou o situacionismo e inclinou a balança a favor de Corazón Aquino

nou decisivamente contra Marcos ao meio-dia de 24 de fevereiro. Por outro lado, a presença das pessoas impediu que os revoltosos chegassem a dar um golpe quando se alterou o equilíbrio de forças. Se Enrile tivesse dirigido suas tropas a Malacañang para tomar o poder, o povo que o protegia teria se transformado em seu verdugo. Ele não estava ali por amor a Enrile mas para fazer cumprir a vitória eleitoral de Corazón Aquino.

O fracasso do golpe forçou ainda Enrile a baixar suas pretensões. Se seus planos de golpe tivessem tido êxito, ele teria instalado uma junta cívico-militar da qual seria o homem forte. Sua segunda opção era um governo de coalizão integrado por ele mesmo, Ramos, o vice-presidente eleito Salvador "Doy" Laurel e Corazón Aquino como membros. A proclamação de Cory como presidente era apenas uma terceira opção. Mas os acontecimentos se desenvolveram de tal forma que o poder popular surgiu como fator decisivo, e Enrile foi obrigado a aceitar a última opção: proclamar Cory e Doy.

Naquela ocasião, Enrile nunca mencionou sua idéia de um governo de coalizão. Se o tivesse feito teria sido linchado. Enrile fingiu apoiar Cory na sua condição de presidente devidamente eleita. Somente em novembro começou

a falar de um governo de coalizão, reclamando para si os mesmos direitos de Corazón Aquino para formar o gabinete.

Se houve um acordo prévio, este caiu no esquecimento e Corazón Aquino começou a governar como uma presidente plena, em vez de se comportar como uma marionete de Enrile. Nomeou ministros que não eram da simpatia de Enrile. Ignorou suas recomendações para o gabinete e mais uma vez não levou em conta seu conselho de manter a Constituição de 1973. Enrile acumulou um tal ressentimento que suas idéias de golpe voltaram à tona, mas desta vez contra uma presidente popular.

Em outras palavras, enquanto o povo tenta terminar a incompleta revolução democrática, Enrile e seus homens do RAM queriam seu golpe incompleto.

As possibilidades de golpe

O plano de Enrile estava condenado desde o início porque seus homens do RAM não passavam de grandes charlatães. Os jornalistas, tanto nacionais como estrangeiros, que se amontoavam em torno do edifício do Ministério de Defesa, recebiam diariamente uma abundante dose de "informações confidenciais" sobre co-



O general Ramos: fator decisivo

mò os bravos soldados transformariam a presidente numa mera figura decorativa, e como, caso permanecesse obstinada, a afastariam do trono.

Mas estes conspiradores cometeram um grande erro ao subestimar a garra de Cory. Acreditaram que as táticas de guerra psicológica aprendidas com seus mentores norte-americanos em Fort Bragg, pressionariam suficientemente a presidente até que ela cedesse às exigências de Enrile. O mais importante foi a exigência de um regresso à Constituição de 1973 e voltar a convocar o Parlamento dissolvido. Cory teria se transformado em uma refém de um punhado de deputados favoráveis a Enrile, já que seus seguidores constituíam uma pequena minoria. Teria ficado com tão pouco poder como a rainha da Inglaterra.

Os homens do RAM também foram culpados daquilo que na gíria do golpe de estado é conhecido como "sobre-recrutamento". Um dos conspiradores revelou os detalhes do "Projeto Deus Salve a Rainha" ao general Ramos e à presidente Aquino. Esse fato eliminou o elemento surpresa.

O numeroso grupo de segurança de Enrile, sob as ordens do coronel Gregorio "Gringo" Honasan, somado à Unidade Antiterrorista do coronel Red Kapunan, viu-se reforçado pelas tropas da Região 2 (especialmente Cagayan e

32 - terceiro mundo

Isabela) e um batalhão proveniente de Tarlac. Isto poderia ter sido suficiente se seu inimigo fosse apenas a guarda de segurança presidencial. Mas essa força teria sido esmagada pelo COM do general Montano, o SAF do general de Villa e o PAC do general Rodolfo Canieso, leais ao general Ramos. Os golpistas também subestimaram Ramos. Quando souberam que o comandante-em-chefe se opunha ao golpe, pensaram que Ramos daria mais importância à unidade das forças armadas. Acreditaram que poderiam conquistá-lo para sua causa, ou pelo menos mantê-lo numa posição neutra. Ignoraram a oposição ativa de Ramos até a manhã de domingo.

Enrile esteve muito próximo de conquistar o poder. Além do Grupo de Segurança Presidencial do coronel Voltaire Gazmin, Cory contava com muito poucas unidades de combate.

O general Ramos converteu-se assim no fator decisivo. Se Ramos tivesse se unido a Enrile, o governo de Cory teria sucumbido tão rapidamente como a ditadura de Marcos, que estava em total decomposição. E mesmo que Ramos tivesse decidido não participar dos acontecimentos, só sua neutralidade teria permitido que as forças do RAM vencessem os defensores de Malacañang.

Certamente que o RAM tinha planejado como enfrentar a mobilização popular. A presidente Aquino não havia cumprido sua promessa de organizar o apoio espontâneo que recebera em fevereiro, em conselhos populares de base comunitária. Não havia, naquele momento, forma de dar uma resposta rápida e decisiva que abortasse o golpe de estado. Teria sido muito difícil repetir a mobilização de fevereiro, talvez mesmo impossível tendo em conta que os homens do RAM não são tão estúpidos como o general Ver e que tinham aprendido com os erros deste. Se as forças armadas tivessem estado unidas, ou se os homens do RAM estivessem prontos e os demais permanecessem neutros, poderiam ter capturado Malacañang em uma hora ou menos, apresentando a operação ao povo como um fato consumado.

As organizações sociais democráticas que alimentaram as massas em fevereiro, parecem ter-se deteriorado à medida que seus dirigentes se dedicam atualmente ao trabalho burocrático e à política de corredores. Suas organizações de massas demonstraram escasso poder de mobilização. Nas últimas manifestações o recrutamento de participantes aconteceu quase exclusivamente dentro do sistema tradicional de *hacot* (com a participação de funcionários públicos). Tal sistema de mobilização pode ser bom para encontros e espetáculos, mas não para deter um golpe.

Não é hora de ser complacente. O simples fato de Enrile ter sido afastado não significa que a democracia esteja a salvo. É fundamental que haja uma renovação completa nos comandos militares, não para despolitizá-los (o que, é impossível, como já dissemos), mas para embuí-los de um compromisso com a política democrática. A presidente Aquino, partindo da estaca zero, deverá ir além da reforma de seu gabinete; tem que mudar o aparelho democrático para que o povo possa ter a mesma confiança em seus subordinados como tem nela.

Por último, tem que proporcionar uma estrutura ao poder popular que facilite a mobilização, não somente para impedir golpes futuros, mas também para defender-se contra a corrupção, a ineficácia e a insensibilidade dos burocratas. A não ser que sejam conduzidas mudanças radicais nas forças armadas, no governo e no conjunto da sociedade, a ameaça de golpe de estado estará sempre presente. Na medida em que seu carisma diminui, enquanto que o entusiasmo popular se converte em cinismo, pode aparecer um outro homem que se proclame destinado a tirar a República da beira do caos. ●

Francisco Nemenzo*

* Professor de Ciências Políticas na Universidade de Filipinas e presidente da Bisig (palavra que significa "braço" e por extensão trabalho), e que é a sigla de Bukluran sa Ikauunlad ng Sosyalistang Isip en Gawa (União para o Avanço do Pensamento e Prática Socialista).



Roberto Remo

Assistentes do "Congresso da Paz" em Manabo

Nasce uma nação em Cordillera

De baixo de um teto improvisado com varas de bambu para se proteger do sol a pino, a 3 de dezembro de 1986 os delegados de 35 tribos filipinas, com mais de um milhão de membros, proclamaram no pátio de uma escola da aldeia de Manabo, província de Abra, o nascimento da nação cordillerana no seio da República Filipina.

O "Congresso da Paz", assistido por cerca de 500 representantes, aprovou um documento que vincula suas tribos a um grande "Bodong" (pacto) e reclama do governo de Manila seu reconhecimento como região autônoma. Alguns delegados são mulheres. Muitos são velhos, membros dos conselhos de anciãos de suas tribos. Eles são protegidos pelos jovens armados do Exército Popular de Libertação de Cordillera (CPLA), que de acordo com o determinado pelo Congresso deverá converter-se em "força de segurança" da região.

Cordillera é o nome dado à zona montanhosa do norte do país, de longa tradição guerrilheira contra o colonialismo espanhol e norte-americano, porém historicamente relegada e marginalizada dos benefícios do "desenvolvimento". Contra duas obras desse "desenvolvimento" (uma fábrica de papel que devastava os bosques comunais e uma hidrelétrica que os sepultaria sob as águas, ambas para benefício das cidades e não dos cordilleranos) o povo se ergueu em armas. O padre Conrado Balweg pendurou seu rosário para empunhar um fuzil e conduzir seu povo. Transformou-se em um dos comandantes

Matéria de Capa



Balweg: "O marxismo é um instrumento de análise que tentamos aplicar"

legendários do Novo Exército do Povo (NEP) – um verdadeiro herói popular, na expressão de Butz Aquino – e manteve-se leal às suas bases em abril de 1986, quando teve que optar entre a opinião das tribos e a do partido, que subordinava o problema local à tática global.

De pequena estatura e modos delicados, Balweg continua parecendo mais um padre vestido de verde-oliva do que um comandante guerrilheiro. Extremamente modesto, recusa publicidade pessoal, e sempre encontra algum dirigente que responda por ele às perguntas referentes à Cordillera, deixando sem resposta as de caráter pessoal por considerá-las irrelevantes. Continua se considerando marxista apesar de ter abandonado o partido: "O marxismo é um instrumento de análise, um enfoque científico que procuramos aplicar".

O problema das minorias étnicas e sua relação com o conjunto da nação, assim como o das raízes da organização política e social, são duas preocupações constantes das teorias políticas. Balweg enfrentou ambos os problemas a partir das realidades concretas da Cordillera e encon-

trou uma resposta na instituição tradicional do *Bodong*.

Um pacto de paz

Bodong quer dizer "apertar as mãos" e designa o pacto de paz com que tradicionalmente duas ou mais tribos cordilleranas põem fim a seus conflitos e dividem terras de caça, água para irrigação. Também decidiriam em conjunto o castigo aos membros de uma delas que tenham cometido crimes contra os de outra.

"Na essência – explica Balweg – o *Bodong* é uma declaração de autogoverno. Nele se declara que numa sociedade o povo governa-se a si mesmo e quer se relacionar com outras sociedades. Mais do que um acordo entre tribos, *Bodong* é uma reunião do povo em assembléia para decidir quem são os garantes do acordo de paz. Não há *Bodong* sem garantes e estes são designados pelo povo num processo de baixo para cima".

Em 1982, cinco tribos de Kalinga selaram um *Bodong* para lutar contra o projeto de usina

hi
m
a
C
za
A
un
leg

re
bc
se
es

a
vã
of
ain
ca

co
qu
pa
bo
pr
(ir
na
m

ça
C
di
V
cc
gu
cc
m

É

cc
hi
cc
de
m
19

hidrelétrica no rio Chico, que inundaria suas melhores terras sem qualquer contribuição para a região, pois a energia destinava-se às cidades. Com a incorporação de outras tribos, a organização transformou-se em Cordillera Bodong Association (CBA) e em 1983 foi elaborada uma Constituição, com a participação de 32 delegados de 11 tribos.

Em 1984 já participavam 50 delegados e a reunião de 1986 não somente agrupou as 35 tribos da região, como ainda contou com representantes das áreas destribilizadas urbanas, com estruturas políticas "modernas".

Um novo pacto (ver quadro) amplia agora a representatividade e estabelece exigências que vão muito mais além do que Manila pensava oferecer: a Cordillera proclama-se uma nação e ainda que não postule a independência, reivindica direitos nacionais básicos.

"Terra, autodeterminação e cultura (que compreende os outros dois), são os princípios que orientam nossa luta desde a chegada dos espanhóis", explica o padre Pat, pároco de Manabo. "Primeiro nos afirmamos perante nós próprios, proclamamos nossa condição de *igorots* (indígenas). A partir dela podemos nos integrar na República Filipina. E ficamos felizes que os muçulmanos façam o mesmo".

Jovens guerrilheiros de ambos os sexos dançam ao som do *gongs*, um ritmo tradicional de Cordillera, com letras alusivas à luta contra a ditadura de Marcos e à afirmação nacional. Vestem trajes tradicionais por cima de camisetas com estampas de motocicletas japonesas e figuras de Rambo e de outros personagens da comunicação de massa. Ninguém parece estar muito preocupado com este contraste.

É o governo quem faz a paz

A aprovação do "pacto" em Cordillera constitui, segundo o padre Balweg, um fato histórico: "É a certidão de nascimento da nação cordillerana, é o culminar do processo de autodeterminação do povo de Cordillera, na forma mais democrática possível, que é respeitando

suas próprias instituições e costumes, originados coletivamente no próprio povo, na sua história e no seu trabalho".

Aceitará Manila tudo o que aqui se reivindica: autogoverno, institucionalidade tradicional, propriedade comunal e exército próprio?

– Quando começamos a luta nunca pensamos que ela fosse curta.

E as áreas não-tribais? Os povos? As pessoas com mentalidade ocidentalizada?

– *Bodong* quer dizer autogoverno. Nos lugares onde este termo não é usado também existem formas de autogoverno e vontade de democracia.

Naturalmente este processo original não está

Roberto Remo



Uma dança tradicional de Cordillera

Matéria de Capa

isento de críticas, quer por parte dos que na região continuam leais ao Novo Exército do Povo, quer por aqueles que preferem as formas "modernas", urbanas, de fazer política, geralmente conservadores. Uns e outros questionam a legitimidade do *Bodong* como governo, já que não seria mais do que um acordo circunstancial entre tribos.

"Esta é a nossa herança", responde um dos dirigentes da CBA. "E vamos governar sob ela. Nossas instituições políticas podem parecer anacrônicas, mas podemos adaptá-las à nova situação. É isto que temos querido dizer desde o tempo dos espanhóis, sem que ninguém nos tivesse escutado". Mais enérgica, uma mulher intervém na discussão: "Havia um assim chamado governo que estava matando a gente. Como pode o *Bodong* não ser governo se ele trouxe a paz? É a vontade do povo".

A Constituição

"Nós, garantes do acordo de paz, anciãos e outros dirigentes das diferentes tribos dos vários povos de Cordillera, implorando a orientação de *nian* e invocando os *aritos* como testemunhas, nos reunimos para estabelecer um grande *Bodong* de todas as tribos (...) ligam por este *paqta* (pacto) (...) e juramos garantir esta aliança histórica, nós e nossos descendentes, para os quais promulgamos, em nome dos povos desta confederação, como lei comum e fundamental, o presente *Paqta de la Cordillera Bodong*".

Esse é o preâmbulo da Constituição de Cordillera que proclama em seu primeiro artigo a nacionalidade, ao definir a Cordillera Bodong como "a comunidade nacional das diferentes tribos e povos da cultura e da civilização de Cordillera". O *Bodong* deverá fortalecer a aldeia ou *ili* "como unidade política e básica" e com ela "todos os órgãos indígenas de autogoverno a este nível, como o conselho de anciãos, a assembléia de aldeia, a reunião dos homens ou *ator*, etc.". Onde estas estruturas tradicionais tiverem desaparecido, as formas políticas moder-

nas serão incorporadas.

O artigo IV define a Cordillera como uma confederação, que admite federações por grupos étnico-linguísticos: os *kalinga*, *kankanaey* e *ibaloi* e os *ifugao* e *tinggians* majoritários, poderão optar por formar uma ou mais federações.

O artigo V estabelece que a Cordillera é parte das Filipinas, considerando-se em posição idêntica à do povo *bangsa-moro* (muçulmanos do sul do país) e propondo uma estrutura federal para a República Filipina.

O artigo VII estabelece que "não se adotarão políticas que restrinjam a cultura socialista indígena ou a autonomia dos diversos povos de Cordillera" e que o governo que emerge desta Constituição "refletirá a prática tradicional de democracia direta e liderança coletiva". O poder legislativo recai sobre um Congresso, composto pelos garantes do *Bodong*, os anciãos das aldeias e os deputados tribais; que elegerá uma junta executiva e seu presidente encabeçará o Poder Judiciário, a cargo de uma Corte Suprema de Cordillera.

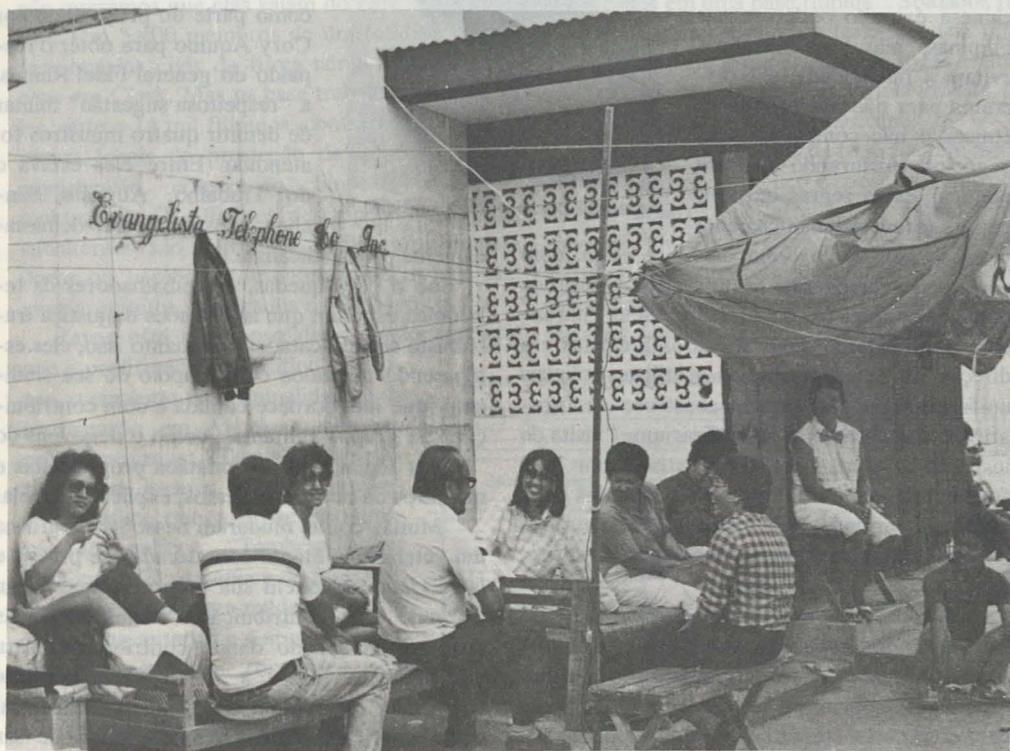
O Congresso comandará o Exército Popular de Libertação de Cordillera, através de um Conselho de Defesa Nacional presidido pelo comandante-em-chefe (o padre Conrado Balweg).

O artigo XVII é dedicado a este exército, definindo-o como uma extensão dos corpos de segurança das aldeias, integrados por *maingels* (guerreiros tribais) ou soldados "especialmente treinados para defender a pátria e o povo".

O artigo XVIII estabelece que "as eleições usarão os métodos tradicionais de tomada de decisões através de discussões, consultas e formação de consenso, em vez dos mecanismos modernos de disputas, entre adversários, que estimulam as fraudes e promovem a desunião da comunidade". Nos locais onde se adotem formas modernas de eleição, como o voto secreto e as listas de candidatos, estas "não negarão o processo de formação de consenso para chegar a decisões coletivas" R.R.B. ●

Angeles é um inferno

Uma visita às bases norte-americanas e um giro pela "zona vermelha" da cidade de Angeles, prometida como paraíso para os "marines", verdadeiro martírio para as meninas obrigadas a se prostituir



Roberto Remu

Asombra de um pára-quadras um grupo de homens e mulheres monta guarda em frente ao edifício da *Evangelista Telephone Co.*, na cidade de Angeles. É um conflito peculiar porque em vez de ocuparem as instalações, os grevistas estão montando um cerco para obrigar os poucos funcionários leais à empresa, que continuam trabalhando, a saírem pela fome e impedir seu regresso mais tarde. Amapola Lacson, líder dos 64 trabalhadores em greve, explica que, na verdade, "a greve terminou" e por isso retiraram as faixas. Mas a administra-

ção da empresa telefônica se recusa a reintegrar os sindicalistas que havia despedido, desacatando uma expressa decisão judicial a respeito.

A luta de Amapola é ilustrativa do que está acontecendo nas Filipinas desde a revolução de fevereiro, e não só pelo fato de uma mulher dirigir um sindicato que não é majoritariamente feminino (pois inclui, além das telefonistas, as equipes de manutenção das linhas). Em 1º de setembro passado o empresário de origem chinesa comprou a companhia telefônica de Angeles, cidade vizinha à base de Clark, e imedia-

Matéria de Capa

tamente despediu vários dirigentes sindicais com pretextos inconsistentes. A justiça trabalhista deu ganho de causa aos trabalhadores, mas sua decisão não foi cumprida e a greve foi deflagrada.

A comunidade empresarial chinesa é muito poderosa nas Filipinas, mas seus membros evitam a publicidade, são discretos para não avivar tensões étnicas e não complicam seus negócios misturando-os com política. Estas regras de ouro étnicas foram sistematicamente

violadas pelo novo dono da *Evangelista*, com declarações arrogantes à televisão e desafios públicos ao ministro do Trabalho. Seus guardacostas intimidaram com armas os grevistas e a direção da empresa chegou a utilizar policiais uniformizados para tentar abastecer os fura-greves, sob o pretexto de realizar uma "visita de inspeção". A manobra foi frustrada por uma funcionária, que estranhou a obesidade dos policiais. Na verdade eles estavam tão "gordos" porque escondiam comida debaixo dos uniformes.

Nas rodadas de negociação patrocinadas pelo Ministério do Trabalho, o novo dono da telefônica adia as decisões argumentando que era necessário "consultar seus superiores". O sindicato começou a suspeitar da manobra e suas investigações o levaram a concluir que o verdadeiro proprietário seria Estelito Mendoza, ex-ministro da Justiça e um dos "leais" mais ativos ao deposto presidente Ferdinando Marcos, exilado no Haváí.

Por sua proximidade à base norte-americana, Angeles é um ponto nevrálgico da rede de comunicações do arquipélago filipino. Apoderar-se das comunicações seria um objetivo estratégico para os "leais". A mudança de donos da telefônica faria parte dos preparativos da operação "Deus salve a rainha", que deveria terminar em novembro com um golpe encabe-



Amapola Lacson: líder sindical

Roberto Remo

çado pelo general Enrile. A demissão dos sindicalistas, mesmo com o risco de provocar uma greve, era imprescindível para assegurar o controle da central telefônica quando chegasse o dia chave.

O golpe foi abortado, mas como parte do preço pago por Cory Aquino para obter o respaldo do general Fidel Ramos, a "respeitosa sugestão" militar de demitir quatro ministros foi atendida. Entre eles estava o do Trabalho, Augusto Sánchez, acusado de ser demasia-

damente pró-sindicalista.

Sob o pára-quebras, os trabalhadores da telefônica esperam que as decisões da justiça trabalhista sejam acatadas. Enquanto isso, eles estão sendo mantidos com o apoio do seu sindicato, que lhes fornece comida e com contribuições de grupos militantes, como o de jovens do "Novas Idéias" ou dos cristãos progressistas e membros de outros sindicatos, explica Amapola.

"Muitas coisas mudaram nesse país", afirma um veterano militante com décadas de prisões e lutas clandestinas em sua biografia, que chega trazendo uma contribuição. "Antes eu jamais teria me imaginado dando contribuições para um sindicato filiado à TUCP (*Trade Union Council of the Philippines*), vinculado à central norte-americana AFL-CIO e acusado de ser pró-patronal pelos dirigentes da combativa central *Kilusang Mayo Uno*). Mas estas moças estão na primeira fileira da luta para impedir a volta de Marcos. Se aqui, a 300 metros da base, se impede o golpe, pouco importa que os trabalhadores se cotizem para ajudar esta ou aquela direção sindical em Manila".

Um dirigente que na América Latina seria tachado de "pelego"¹ é Cesar Reyes, presidente da Associação de Empregados Cívicos Filipinos, o sindicato da Base Aérea de Clark. No entanto, foi esse sindicato que colocou em xeque toda a política norte-americana em relação às Filipinas,

ao entrar em greve em março. O conflito foi provocado por reivindicações de cunho apenas econômico e trabalhista, mas marcou tanto as primeiras semanas do governo Aquino que o tema das bases permaneceu em primeiro plano nas discussões políticas.

Reyes tem uma posição clara a respeito: "Não somos hipócritas. Vivemos das bases e não queremos que elas saiam do país". O sindicato tem 5.400 membros de um total de 6.100 funcionários civis da força aérea norte-americana em Clark. Mas na base trabalham além deles, outros 14 mil filipinos, contratados por empresas locais de prestação de serviços, como manutenção, construção, limpeza, abastecimento, etc. Os filipinos desempenham tarefas subalternas: são motoristas, datilógrafos, limpadores ou bombeiros, embora também haja alguns arquitetos, advogados e psicólogos.

Reyes está orgulhoso disso e não acredita que a proliferação do tráfico de drogas, o aumento da criminalidade e da prostituição em Angeles sejam um problema grave: "Também há prostitutas em lugares onde não há bases". Insiste que a greve de março não foi política: "Também houve uma em 1971, na época de Marcos". E não vê "nenhuma mudança" entre o governo anterior e o atual, embora, pensando melhor, reconheça que "temos mais liberdade agora".

Há algo que indique que os norte-americanos se preparam para abandonar as Filipinas?

— Bem, eles sempre dizem que não querem ficar se não são bem-vindos. Mas o que nós estamos vendo é que eles estão construindo novas pistas e mais casas... Então, parece que vêm mais...

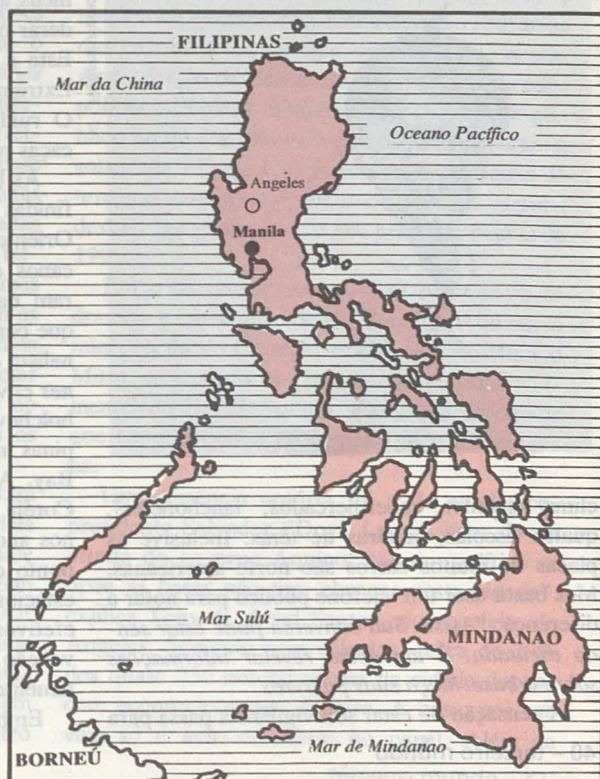
As bases norte-americanas

A base Clark ocupa cerca de 45 mil hectares, 65 mil incluindo a área

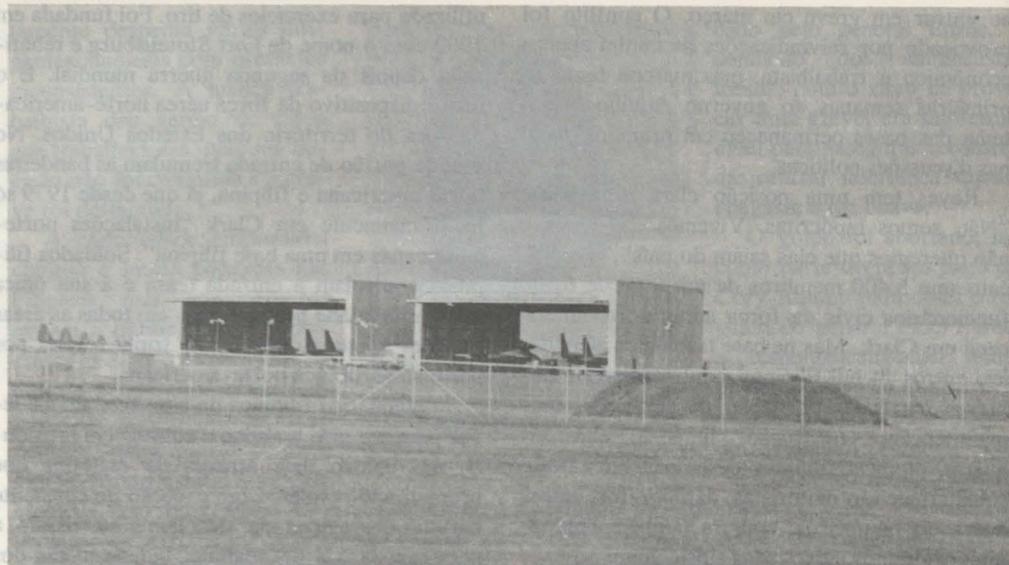
utilizada para exercícios de tiro. Foi fundada em 1902 com o nome de Fort Stotenburg e rebatizada depois da segunda guerra mundial. É o maior dispositivo da força aérea norte-americana fora do território dos Estados Unidos. No grande portão de entrada tremulam as bandeiras norte-americana e filipina, já que desde 1979 só há oficialmente em Clark "instalações norte-americanas em uma base filipina". Soldados filipinos controlam a entrada (essa é a sua única responsabilidade prática), mas em todas as áreas restritas há uma dupla e até tripla revista por parte da segurança norte-americana.

Funcionários filipinos da base aceitam me levar para um giro turístico e conseguem introduzir-me dentro dela através de métodos que prometi não revelar. Com exceção do constante barulho dos aviões que decolam e aterrissam, a paisagem lá é a de qualquer cidade média dos Estados Unidos, digamos que da Flórida, pelo

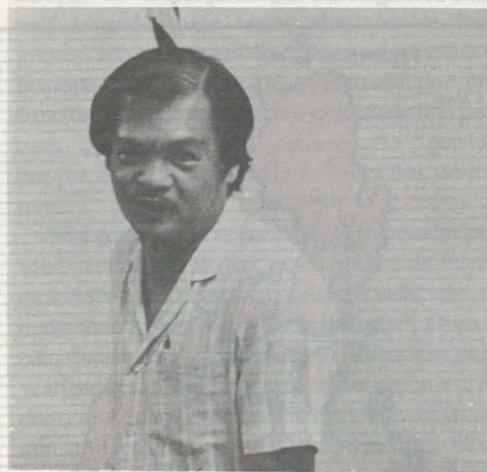
Angeles: ponto nevrálgico das comunicações



Matéria de Capa



César Reyes (abaixo), presidente do sindicato dos trabalhadores da Base Aérea de Clark (acima, hangares de aviões), diz: "Não somos hipócritas. Vivemos das bases e não queremos que elas se vão"



Roberto Remo

clima quente: supermercados, lanchonetes², quatro escolas, quadras de tênis. Inclusive as placas de muitos carros são norte-americanas. Mas basta usar um telefone público para notar a diferença: "Aviso. Sua conversa pode estar sendo escutada. É um delito revelar informações sobre a base. Meça suas palavras"

A sensação de estar sob vigilância passa para 40 - terceiro mundo

meus acompanhantes, que me pedem para moderar o uso da câmara. Não estamos brincando. Este é o coração do dispositivo militar para o Extremo Oriente da maior potência do planeta. O ruído ensurdecedor de uma esquadrilha de caças ressalta a advertência.

As bases de Clark e de Subic Bay foram definidas como "um trampolim para o Extremo Oriente" em documentos militares norte-americanos de 1945, recentemente divulgados. Saíram das Filipinas as tropas norte-americanas que contribuíram para esmagar a revolta nacionalista dos Boxers na China em 1900 e os *marines* enviados para a Sibéria durante a revolução bolchevique em 1917. A independência das Filipinas não foi sentida em Clark ou em Subic Bay. A partir dali se apoiou a intervenção na Coreia nos anos 50 e a guerra contra o Vietnã nos anos 60 e 70. Nos anos 80 são o principal ponto de apoio dos militares norte-americanos estacionados no Oceano Índico, meio milhão de efetivos organizados em uma Força de Intervenção Rápida, capaz de se deslocarem imediatamente para qualquer ponto do Oriente Médio.

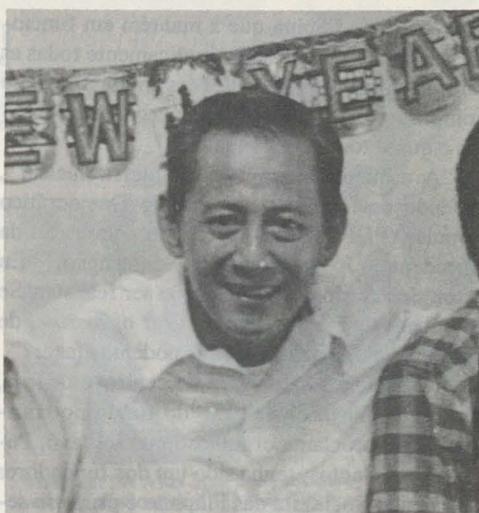
Embora a nova Constituição filipina procla-

me o país território livre de armas nucleares, o almirante (na reserva) Gene La Rocque, da marinha norte-americana, informou ao Congresso de seu país que Subic Bay é utilizada por submarinos nucleares e navios de guerra com armamento atômico, enquanto que em Clark operam aviões com bombas nucleares. O depósito subterrâneo de munições da base de Clark tem armas nucleares e equipamentos de comunicação sofisticados guardados em guaritas construídas dentro de uma montanha, supostamente imunes até a bombardeios atômicos.

O especialista em armas nucleares neozelandês Owen Wilkes defende que são as bases "avançadas" como as de Clark e Subic Bay que permitem aos Estados Unidos desferir um "primeiro golpe" nuclear contra a União Soviética. Muitos acreditam que enquanto Washington mantiver essa vantagem, continuará se negando a negociar seriamente o desarmamento com Moscou.

Daniel B. Schirmer, especialista em relações filipino-norte-americanas derrubou perante o Congresso a tese de que as bases são necessárias para contrabalançar o acesso soviético às instalações militares da baía de Cam Ranh, no Vietnã, a menos de mil quilômetros de Clark: "Esse raciocínio é curioso. As bases norte-americanas foram instaladas nas Filipinas várias décadas antes. No entanto, a presença soviética no Vietnã é o pretexto para eles ficarem lá. Seria mais realista assumir que os soviéticos têm acesso às instalações vietnamitas como resposta, ditada pela guerra fria, às bases nas Filipinas, e apoiar a solução proposta pela Coalizão Antibases do arquipélago, que pede a retirada de todas as bases estrangeiras do Pacífico ocidental".

Além de Clark e Subic Bay (onde se reparam os navios da marinha norte-americana), a cadeia de bases inclui Camp O'Donnell, uma unidade de comunicações, com gigantescas antenas; San Miguel Air Station, da marinha; Wallace Air Station e John Hay Air Station, esta última transformada em um centro de lazer. Comenta-se em Angeles que há uma base secreta em Mindanao e que em Tarlac há um grande centro



Roberto Remo

Tony Abad Santos, vice-prefeito de Angeles

de transmissão da "Voz da América".

Os acordos em vigor expiram em 1991 e nessa data os Estados Unidos deverão retirar-se das bases... a menos que seja renovado o aluguel. Em 26 de dezembro de 1984, destacados políticos filipinos assinaram um documento público no qual afirmavam que as bases ignoram a soberania filipina e expõem o país a ataques de terceiras potências e por isso de forma alguma deveria ser prorrogada a sua presença depois de 1991.

Entre os que assinaram esse documento se destaca a atual presidente Corazón Aquino, o ministro da Agricultura e Alimentação Ramón Mitra, os assessores presidenciais Aquilino Pimentel e "Butz" Aquino, e o chefe da equipe que negocia com a guerrilha, Teofisto Guingona.

Uma ausência notória foi a do atual vice-presidente Salvador "Doy" Laurel, líder da ala direita do governo Aquino. "Se um político se opõe às bases não tem chances nesta cidade", explica Tony A. Abad Santos, vice-prefeito de Angeles. Segundo seus cálculos, cerca de 70% dos quase 250 mil habitantes da cidade dependem economicamente da base. A base, por sua vez, só é auto-suficiente no papel. Além da

Matéria de Capa

mão-de-obra filipina que a mantém em funcionamento (desempenhando praticamente todas as tarefas, menos as de natureza militar), a base compra no país a metade da energia que consome e quase todos os alimentos.

"A esquerda tem medo da guerra nuclear", defende esse político do Partido Democrático Popular (PDP-Labam), presidido pelo irmão da presidente, José "Peping" Conjuangco. "Eu estou de acordo. Mas temos que ser realistas. Se os cubanos não conseguiram tirar os *marines* de Guantánamo, o que é que nós podemos fazer?"

Abad Santos se declara de centro-esquerda, diz que é um nacionalista "do fundo do coração" e se proclama orgulhoso que seu avô, Pedro Abad Santos, tenha sido um dos fundadores do Partido Socialista das Filipinas e primeiro secretário do Partido Comunista. Provavelmente receberá o apoio da esquerda para enfrentar nas próximas eleições o prefeito Francisco Nepomuceno, o "rei da cidade", com vínculos no comércio e nos centros de treinamento que cercam a base. Seu programa de governo prevê a melhoria da educação e o estabelecimento de um centro de recuperação de viciados em drogas. Ele acha que a partir de 1991 se deveria aumentar o aluguel pago pelos Estados Unidos para usar as bases (cem milhões de dólares anuais) e gostaria de atrair investimentos para a cidade "porque se de repente os norte-americanos passam a considerar que as bases já não servem, eles as fecham e vão embora, mesmo que lhes imploremos para ficarem...".

Irineo "Song" Alvaro também pensa em negócios para Angeles, mas como alternativa às bases. Começou a pensar nesse assunto desde os tempos de Marcos, quando a única possibilidade dos jovens como ele se organizarem legalmente era o Centro de Xadrez, do qual foi secretário. Os jogadores transformaram seu clube em um centro de discussão. E um dos temas favoritos era por que, sendo os filipinos tão nacionalistas e sendo Angeles uma fonte de militantes de esquerda desde o início do século (talvez pelo próprio contato cotidiano com os gringos), a retirada das bases não era uma bandeira popular.

42 - terceiro mundo

Sua conclusão foi que o povo não cospe no prato que come. "Se houvesse alternativas viáveis, o povo optaria por elas em vez de se prostituir".

Durante a campanha de desobediência civil contra a ditadura de Marcos, muitos dos jogadores de xadrez de Angeles voltaram a encontrar-se no "Novus Scopes" (Novas Perspectivas), um movimento hoje filiado à confederação socialista Bisig, que se esforçou em esboçar novas idéias para velhos problemas. Se os norte-americanos forem embora do país, argumentam eles, milhares de hectares poderiam ser cultivados, os terminais aéreos serviriam como alternativa ao congestionamento do aeroporto internacional de Manila e os bangalôs dos oficiais poderiam se transformar em alojamentos turísticos, abrigar um campus universitário ou simplesmente melhorar as precárias condições habitacionais da maioria dos habitantes de Angeles.

Na "zona vermelha"

Mabelle Varona é uma das 18 mil prostitutas que "entretêm", segundo o eufemismo da força aérea, os militares norte-americanos estacionados em Clark. Sua história é a mesma de todas: foi expulsa de sua cidadezinha do interior pela pobreza e pela guerra. Seu sonho é o mesmo: todas: casar-se com um norte-americano que a tire do inferno e a leve para o paraíso chamado América. Como dançarina do "Roxy", um centro noturno frequentado por soldados negros, ganha 20 pesos (um dólar) por noite. Se o cliente a convida para "sair", ele deve pagar na direção do estabelecimento uma "multa" de 20 pesos por tirá-la dali em horário de trabalho. Mabelle receberá apenas 30 pesos de "multa" e se não alcançar uma certa média mensal será despedida.

Mabelle está conformada: "É um lugar sério, nos dão a roupa de trabalho e não exigem que nos desnudemos em público como em outros bares". Ela já tem seu noivo, que lhe promete levá-la com ele para Indiana. Não lhe import

Filipinas

que ele seja negro, pois “eu sou meio moura e meio cristã”, mas lamenta não poder voltar a ver os dois filhos que deixou em Mindanao.

Mabelle tem 24 anos e se seu *boyfriend* deixar de cumprir a promessa, dentro de dois anos ela estará demasiadamente velha para exercer a profissão de “dançarina”. Milhares de garotas chegam a cada ano a esse “mercado”, tendo como única “vantagem comparativa” sua juventude. “às vezes fico triste com o que fazem com as *cherry-girls*” (meninas-cereja, isto é, virgens), comenta. “Elas são embriagadas, drogadas e perdem seu *cherry* em troca de nada. Se elas tivessem mais cuidado, poderiam vendê-lo por quatro mil pesos” (uns 200 dólares).

Mabelle está tentando aperfeiçoar seu inglês – uma necessidade dentro do seu trabalho e de sua esperança de emigrar algum dia – e estuda datilografia, apoiada por militantes do “Novas Idéias” e da organização feminista “Gabriela” (em homenagem à heroína nacional Gabriela Cilán), que tentam criar alternativas viáveis para a prostituição. Mas o importante para Mabelle foi conseguir informações sobre os riscos de sua profissão. Quando uma jovem prostituta de 17 anos morreu de Aids há poucos meses, Mabelle decidiu que era hora de fazer algo e começou a pedir para suas colegas assinarem uma petição à embaixada norte-americana.

“Pelo bem de nossa saúde e da dos soldados norte-americanos”, elas afirmam haver chegado à conclusão de que “a Aids veio dos militares e não das Filipinas” e portanto reclamam assistência médica para as vítimas e apoio a suas famílias, que perderão sua fonte de receitas, “sem que isso custe um centavo ao governo das Filipinas”.

Uma preocupação parecida foi transmitida diretamente ao secretário de Defesa dos Estados Unidos, Caspar Weinberger, por Earl Martin, co-secretário para a Ásia do Comitê Central Menonita, uma organização religiosa dedicada ao trabalho de caridade entre as prostitutas. Martin afirma que pelo menos 18 casos de exposição ao vírus foram detectados na *US Naval Medical Research Unit* de Ologapo, adjunta à

1987 – Fevereiro – n° 98



Roberto Remo

Mabelle: “A Aids vem dos militares norte-americanos e não dos filipinos”

base naval de Subic Bay.

As prostitutas reivindicam “que todos os norte-americanos sejam submetidos a controle antes de saírem das bases e que se fabriquem passes ou cédulas onde conste que os portadores estão livres de Aids ou de outras doenças venéreas”.

A proposta é tão lógica e sensata que surpreende que não tenha recebido uma resposta adequada. Até agora, a profilaxia das doenças venéreas é feita controlando as prostitutas em clínicas de “Higiene Social”, financiadas pela marinha e pela força aérea dos Estados Unidos com o objetivo de impedir que seus rapazes se contagem, mas sem nenhuma preocupação com a sorte das declaradas “não aptas” para o ofício. “Na base há uma galeria com fotos de todas as moças”, explica Mabelle. “Se alguma está com uma doença venérea, colocam a foto de cabeça para baixo”.

Submeter os *marines* a exames desse tipo implicaria uma preocupação pela saúde dessas moças que obviamente não existe e equivaleria a reconhecer oficialmente que não são benefícios o que as bases norte-americanas trazem ao país.

Roberto Remo Bissio ●

¹ Amarelo. Que faz o jogo dos patrões.

² Cafés.

O Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, governa

MAS VEJA O QUE ELE JÁ

O primeiro Prefeito eleito da Cidade do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, cujo mandato vai até 15 de março de 1989, está completando o primeiro ano de governo e faz questão de prestar contas à população.

Muita coisa já mudou neste primeiro ano de governo. Muitas outras coisas vão mudar nos próximos dois anos.

Este anúncio é uma síntese do trabalho realizado até agora para que você possa fazer uma avaliação:

Elogiar o que mereça ser elogiado. Criticar o que mereça ser criticado.

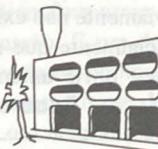
Leia com atenção.

O Prefeito Saturnino Braga quer que você participe de seu governo.

Elogiando, criticando, sugerindo.

Novas escolas, mais vagas.

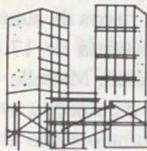
O Rio é o único município brasileiro que sustenta sozinho toda a rede de 1º grau. E esta rede ficou maior neste primeiro ano de Governo Saturnino Braga: mais 20.000 matriculas. Foram implantados 55 CIEPs, todos



mantidos pela Prefeitura e um número bem maior dessas escolas-modelo estará funcionando no próximo ano letivo. Mais 62 escolas da rede normal foram construídas, outras 79 reformadas e 6.500 professores concursados estão contratados e efetivados.

Crescimento urbano rápido e ordenado.

Criada no início do governo, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano reformulou o Departamento de Edificações visando a agilização dos processos de exame e aprovação dos projetos de construção. Os resultados começam a aparecer com a redinamização da nossa indústria de construção civil, aumentando a oferta de emprego e de moradias. Na área do Desenvolvimento Urbano, a Prefeitura iniciou uma série de obras para o embelezamento e a revitalização do Centro da Cidade, contando com o apoio de empresários e da equipe do Corredor Cultural. Até o final de 88 a Prefeitura pretende ter um Centro da Cidade novamente atraente com a restauração da Praça XV, Lapa, Largo da Carioca, Largo de São Francisco e dos bairros portuários. Foi criada a RIO-URBE, empresa de urbanização que será um instrumento para dar mais agilidade as obras da cidade. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano está



reordenando o crescimento dos bairros, respeitando as características locais, sua história, suas necessidades e os anseios das comunidades.

Já foram aprovados os projetos para o Leblon e São Cristóvão, e encontram-se em fase de elaboração os planos para o Grajaú, Andaraí e Méier.

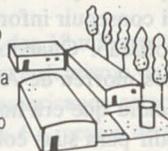
Mais empresas, mais empregos.

Logo que tomou posse, o Prefeito Saturnino Braga criou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. O resultado até agora: nasceram os Pólos de Tecnologia (Informática, Telecomunicações e Mecânica de Precisão), Confeções, Fundições, Alumínio, Biotecnologia e Vídeo.

Com mais de 400 empresas inscritas estes pólos vão gerar cerca de 30.000 novos empregos.

As 1ªs áreas dos Pólos de Tecnologia e Confeções já estão em fase de instalação, em Jacarepaguá, e as demais áreas e os outros pólos encontram-se em fase final de projeto.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico colocou em prática todo um sistema que facilita a instalação de empresas no Rio, de todos os portes, além de ter criado o Balcão de Tecnologia, que atende microempresários, prestando todo o tipo de informação e o Balcão Rio, auxiliando na abertura da firma, sem cobrar nenhuma taxa.

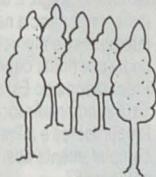


o Rio de Janeiro, na até março de 89.

EM APENAS UM ANO:

Trabalho permanente contra as enchentes.

Há décadas o Rio de Janeiro sofre com o problema das enchentes. E ninguém é capaz de resolver isso de uma hora para outra.



É preciso um trabalho de profundidade a curto, médio e longo prazos. Este trabalho extenso já começou, desde os cuidados com a preservação do meio ambiente até a limpeza constante de galerias e obras custosas na Praça da Bandeira, Canal de Benfica e Rio Sardinha. Foi iniciado um programa de plantio de quatro milhões de árvores nas encostas desmatadas, principal maneira de atacar diretamente os desmoronamentos e as enxurradas. A Prefeitura decretou o tombamento do espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas e o da Ilha de Paquetá. Além disso, reequipou com pessoal e máquinas todo o setor de conservação e está dragando os canais, limpando e desobstruindo as galerias.

Melhores hospitais, mais saúde.

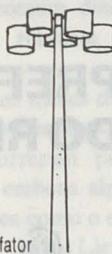
Três novos postos de saúde foram inaugurados (Palmares, Santíssimo e Vila Kennedy) e outro (Cesarinho) será entregue na primeira semana de



janeiro. Outros 17 estão sendo reformados. Todos os postos de saúde, que funcionavam apenas em dois turnos, manhã e tarde. A Maternidade Fernando de Magalhães, transformada em um modelo Instituto da Mulher, e a emergência do Hospital Carmela Dutra serão inaugurados em janeiro. Os hospitais de Pronto-Socorro, com a ajuda do Inamps, estão sendo ampliados e reequipados. Além disso, surgirão mais 19 Postos de Saúde nas áreas mais carentes em 1987. Também a Fiscalização Sanitária, atribuição da Secretaria Municipal de Saúde, está se tornando mais eficaz na defesa do consumidor carioca.

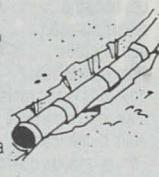
Mais iluminação, mais segurança.

Toda a iluminação pública — nas ruas, avenidas, praças, viadutos — é colocada, conservada e paga pela Prefeitura, através da Comissão Municipal de Energia. Como a iluminação é fator fundamental na segurança do cidadão, a Prefeitura tem se empenhado ao máximo em sua conservação e ampliação: só neste ano o Rio de Janeiro ganhou cerca de 10.000 novos pontos de luz.



Melhorias para bairros pobres.

A Secretaria de Desenvolvimento Social realizou obras de saneamento e melhoria de vias em 173 favelas da cidade e em 12



loteamentos da Zona Oeste. Com soluções de engenharia de custo baixo e feitas dentro do sistema de mútuo remunerado, essas obras geram também muitos empregos para a mão-de-obra local. A merenda à rede de creches e escolas comunitárias nesses bairros também foi ampliada. A Obra Social do Município, que funciona com recursos provenientes de doações produziu um grande trabalho de apoio a iniciativas comunitárias, como construções e equipamentos diversos.

Funcionalismo mais dinâmico.

Todo um trabalho vem sendo desenvolvido visando dinamizar a máquina administrativa da Prefeitura, para



que os funcionários tenham condição de atender cada vez melhor o cidadão e prestar melhores serviços. Foi criado o Conselho de Política de Pessoal, cuja atuação já possibilitou

a execução dos planos de carreira dos funcionários de nível superior e no próximo ano atingirá todos os cargos de nível médio e elementar. A Prefeitura criou, também, o Conselho de Informática, que está desenvolvendo um plano — já iniciado na Secretaria de Fazenda, e ampliado para as de Administração e Saúde — que vai dar velocidade as informações e decisões. Telefones diretos para o cidadão reclamar e sugerir, dentro do Projeto Cidadão, já estão funcionando na Secretaria de Educação, na Comlurb, Conservação e Defesa Civil.

Governo e Comunidade decidindo juntos.

A Secretaria Municipal de Governo desenvolveu todo um trabalho de reestruturação das Regiões Administrativas: hoje elas estão mais preparadas para atender o cidadão e ficarão ainda mais dinâmicas. Foram criados os Conselhos Governo-Comunidade, que já funcionam nas Regiões Administrativas: é a participação da população nas decisões de governo, através das associações de moradores e de classes. O Conselho Governo-Comunidade define as prioridades de cada região passando a influir diretamente no orçamento da Prefeitura e também na fiscalização dos serviços municipais. Os Conselhos Governo-Comunidade estão desempenhando um papel fundamental de fiscalização, complementando a responsabilidade insubstituível da Câmara dos Vereadores. É a marca de uma administração verdadeiramente democrática.



Força para o Abastecimento.

Com o Governo Saturnino Braga, nasceu também a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, que está trabalhando na revitalização da área rural da cidade e no fortalecimento do abastecimento.



Já estão em execução o zoneamento agrícola da cidade, a cessão de tratores para agricultores, a construção do Mercado da Barra, a colocação dos primeiros 50 recifes artificiais para a preservação da pesca na Baía de Sepetiba e a venda de diversos produtos frescos diretamente ao público, a preços mais baratos. No início de 87 começará a construção de mercados populares nas comunidades carentes, geridos diretamente pelas associações de moradores.

Turismo e Carnaval agora estão maiores.

Nunca em toda a sua história o Rio atravessou uma fase de tanta procura turística como a de agora. A Cidade precisa de mais hotéis porque hoje, mesmo fora da temporada, a procura é sempre maior que a oferta e os estabelecimentos que recebem turistas estão constantemente lotados. O carnaval, a maior e mais bela festa popular do



mundo, ganhará mais as ruas da Cidade; através da RIOTUR, a Prefeitura está estimulando o carnaval de rua com promoções em todos os bairros e no Centro da Cidade: Batalhas de Confeite, Banho de Mar a Fantasia e Pagode na Praia. O desfile principal na Passarela do Samba contará desta vez com a participação efetiva das Escolas de Samba na sua administração.

Rio passa a ter sua Procuradoria.

Criada na Administração anterior, a Procuradoria do Município foi implantada neste primeiro ano de Governo Saturnino Braga. É um passo da maior importância na defesa dos interesses do município, que não podia continuar dependendo da Procuradoria do Estado. Está sendo realizado o concurso para Procuradores e a Prefeitura estará completamente aparelhada neste setor em 87.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



PREFEITO SATURNINO BRAGA

GOVERNO-COMUNIDADE

Mudanças de retórica ou reais?

Virgilio Barco dá um golpe no bipartidarismo e reorganiza as instâncias oficiais de diálogo com a guerrilha, mas os crimes políticos continuam impunes



Virgilio Barco Vargas, na tomada de posse da Presidência, a 7 de agosto de 1986

O fato político mais importante de 1986 na Colômbia foi a implantação de um esquema político que pôs fim ao bipartidarismo tradicional do país, que se mantinha há mais de um quarto de século. O presidente liberal Virgilio Barco foi quem tomou a iniciativa de redefinir as relações interpartidárias, estabelecendo um nível de igualdade entre os partidos de oposição que acabou com a privilegiada posição dos conservadores. Enquanto o país se adapta com dificuldade a esse novo esquema, reivindi-

ca-se um diálogo nacional, através dos diferentes setores políticos, eclesiásticos e dos meios de comunicação, que permita implementar acordos e uma estratégia comum diante da instabilidade reinante na Colômbia.

Passados alguns meses desde a implantação dessa experiência, não ocorreram problemas maiores, embora algumas personalidades como o ex-presidente liberal Carlos Lleras Restrepo ou a hierarquia católica a tenham classificado de "inoportuna" e consideram

que não era o momento de colocá-la em prática. Na esquerda e em alguns setores independentes, porém, a iniciativa foi interpretada como um golpe de ar fresco imposto pelos setores dominantes diante dos riscos crescentes que enfrentavam com o inconformismo e as tensões que estavam aflorando.

Destaca-se também a importância da decisão tomada pelo novo governo de diminuir o poder presidencial, característico do regime colombiano, e de fortalecer o Congresso como foro de discussão dos

terceiro mundo - 47

partidos políticos. Os liberais têm uma folgada maioria no Parlamento, mas por si só ela não foi suficiente para agilizar a aprovação dos projetos enviados pelo governo. No primeiro período de sessões da gestão de Barco somente dois projetos de origem governamental – notoriamente modificados – foram aprovados: uma reforma tributária inspirada na recentemente adotada nos Estados Unidos e a lei que regulamentava a eleição popular de prefeitos.

A votação de projetos oficiais sobre agilização de trâmites para a obtenção e adjudi-

cação de terras rurais e urbanas (chamados erradamente de reforma agrária e urbana, respectivamente) e a criação de uma circunscrição eleitoral nacional para garantir a participação parlamentar das minorias foi sendo adiada e só no próximo período legislativo se decidirá seu destino.

Provocações à UP

Na Colômbia todo governo novo quer diferenciar-se radicalmente do anterior. Por isso, nesse caso, o estilo grandiloquente de Belisario Betancur foi substituído pelo estilo dis-

creto e reservado de Virgilio Barco. Mas as mudanças vão além das aparências.

Com relação ao processo de paz, o novo governo decidiu não continuar com as amplas comissões de Paz e Verificação criadas por Betancur e nomeou um delegado pessoal, de nível ministerial, o Conselheiro para a Reabilitação, a Reconciliação e a Normalização, para se incumbir dos diálogos com as Farc e de todos os assuntos relativos à ordem pública.

O primeiro contato entre o conselheiro Carlos Ossa e o estado-maior das Farc ocorreu em setembro, só um mês de-

Antecedente do bipartidarismo

Até os anos 50, com raras exceções, se revezaram no poder na Colômbia governos do partido liberal ou conservador. Com o assassinato de Jorge Eliecer Gaitán a 9 de abril de 1948 despertam-se ódios seculares e vinganças partidárias, iniciando-se o período conhecido como “A Violência” que, ao terminar, no final dos anos 60, deixava um saldo de cerca de 300 mil mortos.

Para pôr fim à sangrenta controvérsia e controlar os primeiros núcleos guerrilheiros de caráter reivindicativo e orientação popular, os chefes máximos das duas facções, Alfonso López Pumarejo e Laureano Gómez, decidem na Espanha a criação da Frente Nacional, através da qual durante 16 anos liberais e conservadores se alternariam no governo a cada quatro anos e imporiam a divisão de cargos do aparelho burocrático. O pacto entra em vigência de-

pois de derrubado o ditador Rojas Pinilla em 1957 e é aprovado através de plebiscito juntamente com uma reforma constitucional que prorrogou a paridade burocrática até 1978. Em 1968 foi introduzido o dispositivo segundo o qual dali em diante os cargos públicos seriam preenchidos aplicando o critério de “participação adequada e equitativa para o partido majoritário sem ser o do presidente da República” (parágrafo do artigo 120).

Na opinião de observadores e comentaristas políticos nacionais e estrangeiros de diversas tendências políticas, a Frente Nacional apagou as fronteiras ideológicas entre os dois partidos e criou um sistema político excludente que, juntamente com a miséria da maioria da população, foi a causa da irrupção do movimento armado. Esse pacto levou o povo à apatia e ao desinteresse que ficaram patentes nas elevadas porcentagens de abstenção eleitoral, institucionalizou o clientelismo e tirou a legitimidade da tão propagada democracia colombiana.

Nos últimos anos essa situação se tornou evidente para os partidos tradicionais que, através de alguns de seus porta-vozes, co-

pois de instalado o novo governo, no acampamento de La Uribe. Ali, Ossa apresentou um documento informando sobre os planos oficiais para a paz, que requeriam a desmobilização dos contingentes armados. Informou também que as tarefas de verificação da trégua ficariam a partir de então a cargo de juízes de instrução criminal.

Esses pontos foram questionados pelos chefes rebeldes. Eles solicitaram a criação de amplas comissões de diálogo e verificação, representantes de todos os interesses em jogo, e rejeitaram uma possível des-



Representantes do governo e das Farc em La Uribe

mobilização diante do aumento do número de assassinatos de dirigentes da União Patriótica (UP) – integrada pelas Farc e o

Partido Comunista – e das incertas reformas políticas e sociais.

Cerca de 350 membros da

meçaram a discutir a necessidade de uma reforma política que ampliasse a participação dos cidadãos e incorporasse novas forças à luta institucional.

Esse aspecto foi um fator fundamental nos acordos de paz firmados pelo governo de Belisario Betancur com as principais organizações guerrilheiras. Betancur não foi, porém, o executor da derrubada do bipartidarismo. Sua tentativa de formar uma terceira força política com a enorme faixa do eleitorado não comprometido partidariamente, que o levou ao poder, fracassou e em decorrência disso Betancur caiu no mesmo procedimento de sempre, a partilha dos cargos burocráticos. Segundo o ex-ministro das Relações Exteriores, o conservador Alfredo Vázquez Carrizosa, seu severo crítico, “Betancur começou governando com o povo e terminou governando para a oligarquia”. Contudo, em virtude dos acordos de paz, vigentes hoje unicamente com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), a presença da esquerda se ampliou com a significativa participação eleitoral da União Patriótica e a aprovação da eleição popular de prefeitos.

Durante as eleições presidenciais de 1986 as teses liberais de Virgilio Barco sobre a necessidade de impor um governo de partido se impuseram sobre as do conservador Alvaro Gómez. Este era partidário de um governo de consenso que negociasse o desmantelamento do que restava da Frente Nacional.

Com a vitória de Barco, os conservadores tornam pública a sua decisão de realizar uma “oposição reflexiva” ao novo governo, reclamando alguns cargos de fiscalização do Estado, como o Tribunal de Contas, a Procuradoria e o Banco Central. Essa pretensão foi rejeitada pelo Congresso que, com a maioria liberal, reelegeu o chefe do Tribunal de Contas, membro do partido, e designou um procurador da mesma corrente.

Ao tomar posse a 7 de agosto, Barco nomeou apenas três ministros conservadores provocando a revolta desse partido, que se negou a participar em governos estaduais, prefeituras e no corpo diplomático. A tática da oposição tem sido desde então uma acirrada obstrução no Parlamento das iniciativas do governo ou dos congressistas liberais.



Enterro do congressista da UP Leonardo Posada

UP foram assassinados desde que foram firmados os acordos de paz, em março de 1984. Em setembro passado, dias depois do novo presidente ter saudado a incorporação à luta política legal das Farc e a criação da UP, foram assassinados o seu representante na Câmara Leonardo Posada e o senador Pedro Nel Jiménez.

O governo encarou os assassinatos como uma provocação às suas iniciativas, enquanto que o Partido Comunista e as Farc responsabilizaram diretamente setores militaristas das forças armadas ligados a elementos de direita, que estariam pondo em prática um plano de aniquilamento denominado "Baile Rojo" ou "Plan Condor".

Um problema de "nervosismo"?

O deputado da UP Braulio Herrera acusou o ex-ministro da Defesa, Fernando Landazábal, de instigar os crimes e em-

bora este tenha rechaçado as acusações, foi enfático em afirmar que "uma paz anticomunista produz menos mortos do que uma paz comunista".

Como os assassinatos continuaram, em novembro a bancada da UP abandonou o Congresso. Mais uma vez, como havia acontecido com os casos de Posada e Jiménez, os dirigentes da UP dialogaram com o presidente e este reafirmou o compromisso oficial de tomar medidas para deter a ação dos grupos de extermínio. Contudo, a 14 de dezembro o representante da UP Octavio Vargas morreu baleado.

Desde então as diversas frentes das Farc denunciam operações militares contra elas, mas para o ministro da Defesa, Rafael Salmudic, essas denúncias são só "um problema de nervosismo".

No discurso de encerramento das sessões do Parlamento, Barco afirmou: "A ação arbitrária dos que recorrem à violência provocou cri-

mes que afetam o sentimento democrático tornando vítimas os representantes eleitos pelo povo como é o caso dos membros da União Patriótica, força que surge para a vida política como alternativa pacífica. Por tudo isso o governo tomou e está adotando decisões que terão que ser cada vez mais eficazes". Mas até agora é evidente que as medidas para deter os atentados dos grupos paramilitares não passam do já desacreditado anúncio de "exaustivas investigações" e que quase sempre conduzem à impunidade.

O governo liberal pode apresentar a favor da sua gestão algumas ações visando a ampliar o espaço de participação política das organizações que se mostraram dispostas a aceitar suas regras de jogo. É o caso da nomeação de 24 prefeitos comunistas por parte de Barco. Mas nas atuais condições, como se perguntava o conhecido colonista Antonio Caballero, "de que adianta isso, se eles estão sendo mortos, um por um?"

As Farc, apesar da gravidade da situação, reiteraram que não permitirão que a afastem do processo de paz. Jacobo Arenas, o segundo homem na hierarquia da organização, enfatizou que sacrificarão para isso "todo o sangue que for necessário". Isso não impediu que o representante da UP Braulio Herrera afirmasse que "não se pode aceitar indefinidamente as provocações e os assassinatos".

Guillermo Segovia

Pobreza: um desafio para o governo

Durante a campanha eleitoral Virgilio Barco insistiu que seu governo fomentaria uma "economia social" e tomaria medidas audazes para "erradicar a miséria absoluta" que o então candidato ilustrou com estatísticas dramáticas. Quando assumiu o mandato, o presidente anunciou os primeiros passos para tornar realidade esse programa, que redireciona o orçamento público para a área social, racionaliza recursos e pretende tornar eficazes os serviços públicos. Busca-se melhorar o baixo nível de vida da população, que originou mobilizações e paralisações cívicas, muitas vezes organizadas pelos próprios grupos guerrilheiros.

A "pobreza absoluta" a que o presidente Barco se referia na sua campanha eleitoral está retratada em números em vários estudos recentes.

Sabe-se, por exemplo, que 12 milhões de colombianos precisam de sistema de água encanada e 15 milhões de serviços de esgotos; 10 milhões não usufruem dos benefícios da energia elétrica e pelo menos 25% são analfabetos; apenas 24,7% da população têm acesso a serviços médicos; só 28% das crianças estão vacinadas; e só 16% dos colombianos



As estatísticas comprovam a "pobreza absoluta" do país

têm direito ao sistema de segurança social.

No campo, uma entre quatro crianças sofre de desnutrição global, uma em cada três sofre de retardamentos estruturais por desnutrição crônica, 45 mil menores de um ano morrem anualmente de desnutrição e a mortalidade infantil é de 57 para cada mil nascidos vivos.

Essa situação é acompanhada por uma crescente concentração da riqueza, tal como o confirma o Banco da Repúbli-

ca. Em recente estudo foi constatado que enquanto em 1970 os proprietários e assalariados recebiam igualmente 46,9% da renda nacional, em 1980 os trabalhadores ficaram com 34,2% enquanto que os proprietários se apossaram de 63%.

O governo afirma que está decidido a enfrentar a situação reduzindo o fosso entre a riqueza e a pobreza. Para isso criou o cargo de Conselheiro para o Desenvolvimento Social, que tem nível ministerial e está encarregado de assessorar, supervisionar e executar os projetos oficiais visando à erradicação da pobreza absoluta.

Os primeiros esboços desse programa prevêem a realização de cinco projetos básicos: urbanização de favelas, estabelecimento de novos assentamentos, saúde básica para toda a população, fornecimento de bens e alimentos básicos, melhoramento da habitação e educação básica para todos. Barco também afirmou seu empenho em aumentar a oferta de emprego e reincorporar à vida política do país as áreas afetadas por anos de violência.

Dúvidas sobre sua viabilidade

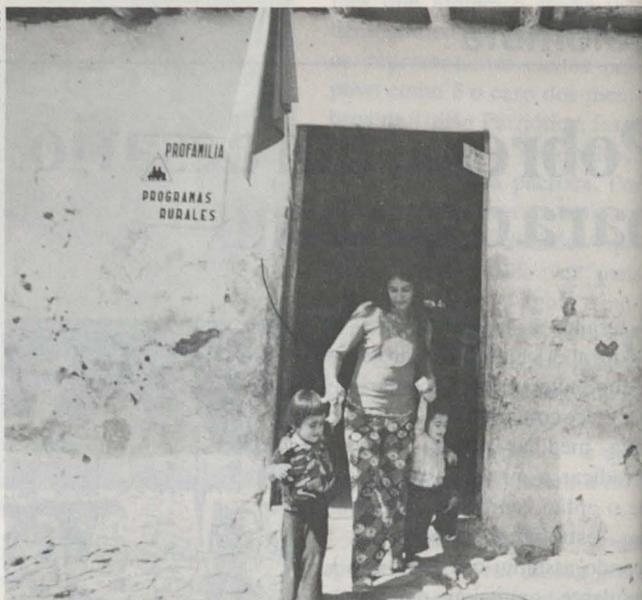
O custo desses projetos está calculado em cerca de 2 bilhões¹ de pesos (aproximadamente 4,5 bilhões de dólares), equivalentes a duas vezes o orçamento anual do país. Para financiá-los anuncia-se que se-

rão utilizados recursos provenientes da redistribuição de créditos internos e externos e dos gastos públicos; se farão novos empréstimos; serão usados excedentes das exportações de café, petróleo e carvão e será ampliado o monopólio estatal de jogos de azar, além de utilizar rendimentos produzidos pela capitalização das reservas sociais.

Esses planos obtiveram o apoio de amplos setores da população mas as possíveis fontes de financiamento mencionadas criaram sérias dúvidas sobre a sua viabilidade. Por outro lado, é notório o ceticismo dos colombianos, reforçado pelas atitudes demagógicas dos últimos governos.

Apesar do empenho oficial em dar uma nova imagem à gestão governamental, para amplas camadas da população nada mudou com a instalação

Camera Press



Um posto da organização de controle da natalidade no interior

de um governo liberal. Essa impressão se agravou quando foi anunciado o aumento no preço do combustível a 25 de dezembro passado, que deto-

nou uma escalada de preços como nunca se havia registrado nos últimos anos. Essa medida praticamente anulou os efeitos de um aumento de salários que tinha sido concedido dias antes, depois de um acordo entre operários e patrões baseado no índice do custo de vida registrado até então.

As centrais operárias denunciam que os aumentos obedecem a determinações dos credores internacionais da Colômbia e condenam a política oficial com relação à dívida externa. Os últimos aumentos geraram um maior ceticismo com relação ao projeto de Virgilio Barco de erradicar a miséria do país. É com esse tipo de medidas que se pretende diminuir o abismo entre ricos e pobres? — pergunta-se a população.

COBERTURA DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS*

Serviços	Cobertura Urbana (% População)	Cobertura Rural (% População)
Educação	78	22
Saúde	77	23
Eletricidade	90	10
Rede de Água	88	12
Esgoto	96	4

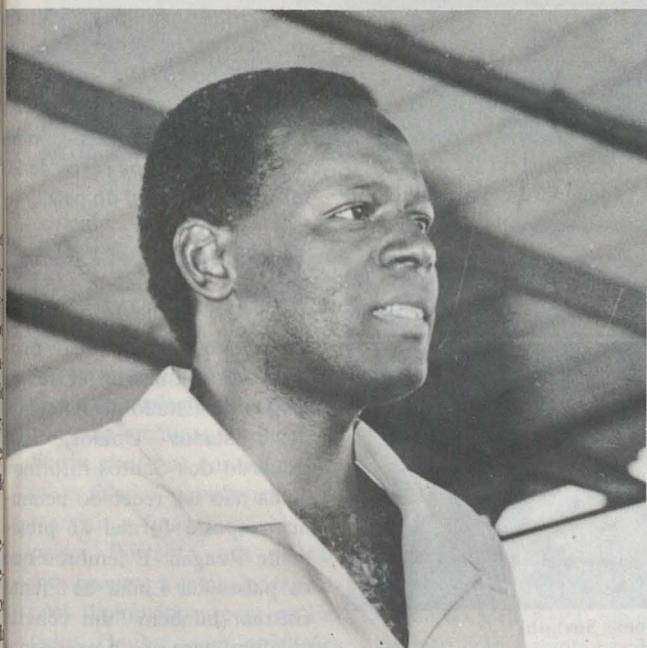
Fonte: "The Distribution of Public Services Across Income Groups", Marcelo Selowsky, World Bank. Citado por Samper Pizano Ernesto, *O Modelo de Desenvolvimento Colombiano* (Bogotá, 1981).

* População total aproximada: 28 milhões de habitantes.
População rural aproximada: 10 milhões de habitantes.

1 Um bilhão — mil milhões

“Relações diplomáticas com EUA sem condições prévias”

O presidente José Eduardo dos Santos afirma que o nível das relações comerciais e econômicas existentes entre Estados Unidos e Angola justificaria essa medida e analisa a repercussão da política da Casa Branca para a África Austral —



Presidente José Eduardo dos Santos: “Não podemos falar de expansão da guerra em todo o território”

O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, concedeu recentemente em Luanda uma entrevista coletiva à imprensa estrangeira, onde abordou vários aspectos da situação interna do país. A luta contra os bandos da Unita, as agressões sul-africanas, a presença cubana em Angola e as relações com os Estados

Unidos foram alguns dos temas colocados pelos jornalistas, cujas respostas apresentamos resumidamente.

A guerra no norte de Angola

Sobre a ampliação da atividade da Unita a províncias do norte, José Eduardo dos Santos refutou a idéia de que isso

signifique uma presença, em termos de ocupação territorial, por parte dos contra-revolucionários de Jonas Savimbi: “Em termos clássicos, não podemos falar de expansão da guerra em todo o território. Há ações que são realizadas em várias partes do país porque os grupos podem se movimentar facilitados pela vastidão do território. Nenhuma localidade está ocupada militarmente pelos bandos da Unita. Podem estar escondidos nas matas e realizarem às vezes ações de sabotagem. Há, portanto, ações isoladas em várias partes do país, mas nós temos o controle do território nacional, com atividade econômica, política, social, etc.”.

Quanto à utilização do Zaire como área de passagem da ajuda norte-americana à Unita, o presidente angolano afirmou: “Nós não podemos naturalmente acusar o governo do Zaire, sabemos quais têm sido as posições que o presidente Mobutu e o seu governo têm assumido publicamente e sabemos, também, que o território zaireense é muito vasto e a fronteira entre o Zaire e An-

terceiro mundo — 53



Maurício Matamba

“Realizam às vezes ações de sabotagem”

gola muito extensa, mais de 2.000km”.

“Entretanto, esse país é utilizado pelos bandos da Unita. Há elementos armados que atravessam e utilizam o território zairese nas zonas fronteiriças para atacar populações angolanas. É o caso de Cabinda, que não faz fronteira com a África do Sul nem com a Zâmbia”.

A presença cubana

Perguntado se caso a administração Reagan continue a prestar ajuda à Unita, Angola recorrerá a um reforço da presença cubana, o presidente Dos Santos foi taxativo: “Uma coisa não está relacionada com a outra. Nós realizamos o nosso esforço de defesa utilizando recursos econômicos nacionais. A missão das forças cubanas em Angola não é a luta contra os bandidos da Unita. Já declaramos várias vezes que a força cubana está em Angola para ajudar o governo da RPA e defender-se de ataques de envergadura das

forças racistas da África do Sul e, sobretudo, quando a invasão ultrapassa uma linha convencional no sul do país.

Indagado se uma ajuda militar adicional da União Soviética



Jonas Savimbi

seria bem-vinda, o presidente Dos Santos disse: “Não só da URSS, como qualquer ajuda em equipamento militar que fosse dada ao povo angolano para combater os bandidos da Unita seria bem-vinda, mesmo dos Estados Unidos”.

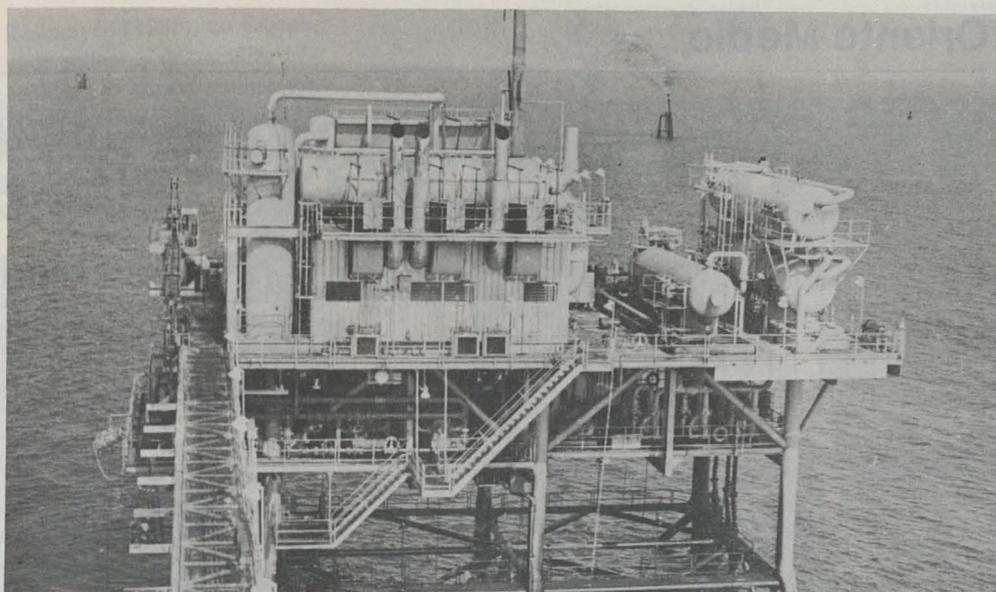
Respondendo a uma pergunta sobre em que circunstâncias as forças cubanas poderiam sair de Angola, José Eduardo dos Santos afirmou:

“Quando cessarem todas as agressões e ameaças contra Angola. Quando isso será possível? Quando a Namíbia tornar independente e quando a África Austral for uma zona de paz, de estabilidade, isto quando o regime da África Sul deixar de desestabilizar política, militar e economicamente, os países da África Austral”. O chefe de Estado de Angola lembrou ainda uma declaração conjunta angolano-cubana onde se assinaram que ambos os governos seriam dispostos “a reduzir a presença das forças cubanas em Angola, retirando no prazo de três anos cerca de mil efetivos do sul do país”.

As relações com os Estados Unidos

Quanto ao encontro proposto por Luanda entre os chefes de Estado de Angola e dos Estados Unidos, José Eduardo dos Santos informou ainda não ter recebido nenhuma resposta formal do presidente Reagan. E lembrou que os países da Linha de Frente fizeram também “um convite coletivo, para que o presidente Reagan viesse encontrar com os seis chefes de Estado de governo, na África Austral ou nos Estados Unidos. O presidente Reagan — acrescentou o chefe de Estado angolano — decidiu enviar o secretário de Estado para a África Austral e, naturalmente, a discussão vai ser a um nível mais baixo do que nós pretendíamos”.

Sobre o eventual recon



Maurício Makemba

“Se a Cabinda Gulf-Chevron sair aparecerão outros parceiros econômicos para trabalhar com Angola”

cimento do seu país pelos Estados Unidos, o presidente Dos Santos afirmou: “Pensamos que o nível das relações econômicas e comerciais existentes entre os dois Estados justifica o estabelecimento de relações diplomáticas, o que facilitaria muito os contatos entre as entidades econômicas, comerciais e financeiras dos dois países. Portanto, nós estaríamos prontos a estabelecer relações diplomáticas com os Estados Unidos, sem condições prévias”.

Questionado sobre a hipótese da administração norte-americana obrigar a *Cabinda Gulf* a deixar de operar em Angola, o presidente declarou: “Se isso acontecer, pensamos que a *Cabinda Gulf* vai perder muito dinheiro e, sendo ela uma empresa norte-americana, isso significa que os Estados Unidos vão perder dinheiro. Quanto a nós, petróleo é pe-

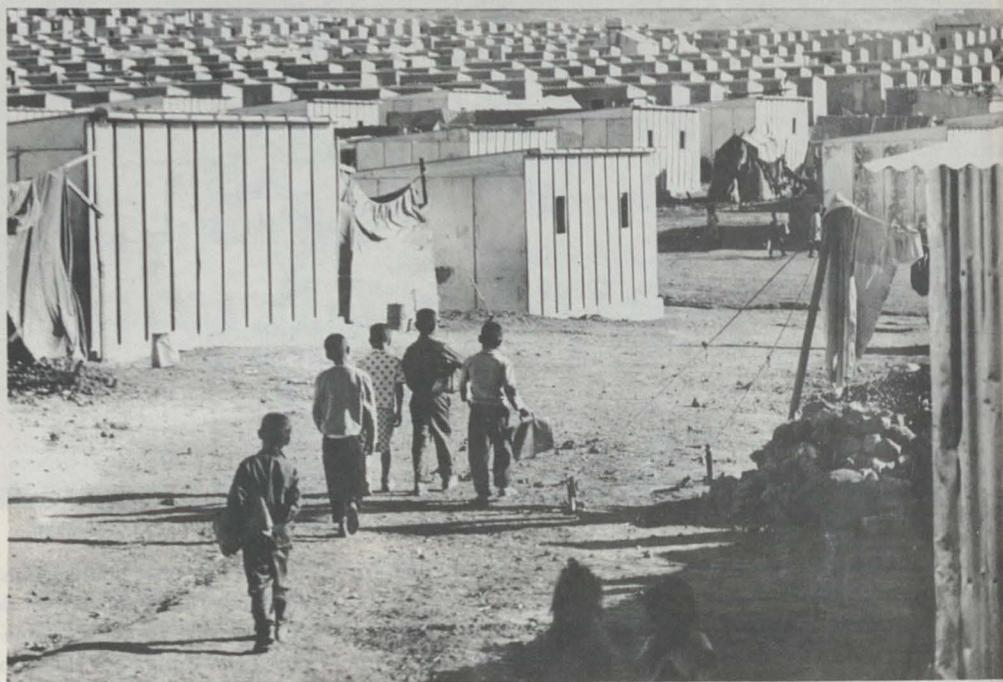
tróleo, é ouro negro. Se a *Cabinda Gulf-Chevron* sair, aparecerão outros parceiros econômicos para trabalhar com Angola”

Unidade nacional

Respondendo a uma pergunta sobre uma possível falta de representatividade dos ubundos, do sul do país, no Bureau Político e no Comité Central do MPLA-PT, em comparação com a reintegração de elementos da FNLA na vida nacional, o presidente angolano disse: “Não se pode dizer que não há representatividade de elementos do sul na direção do nosso partido. O nosso Comité Central tem muitos elementos provenientes do sul de Angola, da tribo de Savimbi. A nossa Assembléia do Povo, que é o órgão máximo do poder do Estado, tem representantes de todas as províncias de Angola.

O nosso Bureau Político tinha elementos influentes do sul de Angola, que foram assassinados pela Unita, no Huambo, em 1975. Consideramos a nossa nação unida e o nosso Estado integrado por elementos de todas as tribos”.

“No norte do país, realizamos o nosso programa para a FNLA, integrando mais de mil homens armados e alguns oficiais superiores nas Fapla. Em relação ao sul, vamos realizar o mesmo programa e temos a certeza de que obteremos êxitos nos próximos anos. Agora, a tal política de reconciliação nacional que é concebida lá fora visa a salvaguardar interesses estranhos a Angola, que não são os do nosso povo, por isso a rejeitamos. Estou me referindo à tese defendida pela administração norte-americana e pela África do Sul sobre a chamada reconciliação, que é diferente da nossa visão”. ●



Os “Sowetos” de Israel

Os campos de refugiados palestinos, solução “transitória” de 1948 para a população deslocada, retratam cruamente o abandono e a falta de perspectivas de um povo sem pátria

Ao longo da estrada entre a Cisjordânia e Gaza desfilam imaculados assentamentos judeus, que em número e aspecto contrastam brutalmente com os *guetos* palestinos, os acampamentos de refugiados. Superpovoados, miseráveis e com um aspecto que demonstra sua condição de lugar de sobrevivência, esses acampamentos, como os da Cisjordânia, onde 10 deles estendem-se ao longo da estrada em direção

a Amã, são para os visitantes um comentário sem palavras sobre dois mundos justapostos. Os edifícios novos e reluzentes, entre avenidas pavimentadas, onde circulam automóveis último modelo, dão abruptamente lugar a fileiras de precários barracos erigidos no barro, com tetos de lata sustentados por pedras.

Em 1948, a comunidade internacional criou os primeiros acampamentos “transitó-

rios” para famílias palestinas deslocadas pelo novo Estado de Israel. Atualmente, quase 40 anos depois, os acampamentos ainda estão ali e seus refugiados “transitórios” passaram à categoria de “permanentes”, integrando-se como um fato “normal” na paisagem política do Oriente Médio.

Alguns destes acampamentos adquiriram uma trágica fama: Sabra e Chatila (1982-83), Burj el Barajneh e

Rashidiyen (1986), no Líbano, onde milhares de famílias palestinas, incluindo mulheres e crianças, foram massacradas e submetidas a dias de incessantes bombardeios. Outros – como Baqaa e Marka, na Jordânia, Jabalia e Dir al Balah, na faixa de Gaza – nem sequer podem ser encontrados nos mapas, exceto nos da Agência de Socorro das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina e Oriente Médio (UNRWA).

Embora criada em 1949 como agência de assistência imediata, a UNRWA tem dado assistência humanitária aos refugiados palestinos nos últimos 38 anos. Cerca de 750 mil palestinos transferidos das suas aldeias em 1948 foram “temporariamente” acomodados em tendas da UNRWA.

Em 1967, em consequência da Guerra dos Seis Dias (junho), mais de 500 mil palestinos de Israel cruzaram o rio em direção à Jordânia e acabaram nos registros oficiais como pessoas “deslocadas”. Para metade deles tratou-se da sua segunda fuga dos israelenses. Atualmente, não menos de dois milhões de palestinos estão registrados como refugiados e dois terços ainda continuam confinados em 61 acampamentos, sórdidos e superpovoados. Três gerações – as duas primeiras nasceram, cresceram, foram à escola, casaram-se e tiveram filhos nos acampamentos – compartilham a mesma sorte, o mesmo espaço confinado pelas autoridades do país anfitrião, desde o início dos anos 50. Continuam esperando que as Nações Uni-

1987 – Fevereiro – nº 98



Sabra e Chatila: uma trágica fama de massacres e bombardeios

das cumpram a sua promessa e que possam algum dia retornar aos seus locais de origem.

Como nos cinturões de miséria de todo o mundo, os acampamentos foram construídos de forma rápida e fora das grandes cidades e capitais, ou no interior de algumas delas. Em Israel, os acampamentos estão cercados de altas muralhas e de postos de controle militar ou de assentamentos judeus. Outros, na Jordânia, estão rodeados por guarnições militares.

“Segundo as normas convencionais, os acampamentos são lugares pobres e deprimidos e, alguns, como o formigueiro humano que é Rafah, em Gaza, dificilmente podem ser considerados próprios para

a vida humana”, escreveu Milton Viorst em seu trabalho “UNRWA e a paz no Oriente Médio”.

No acampamento Jabal el Hussein, perto de Amã, Fátima, seu marido inválido e dois dos seus filhos casados e netos – 14 pessoas no total – apertam-se em duas exíguas casas. Todos eles são “refugiados de segunda viagem”. Com a guerra Egito-Israel de 1956, esta família foi transferida do seu primeiro acampamento de refugiados, em Gaza, onde havia sido instalada depois do seu primeiro exílio de Lodd, sua cidade natal. A família de Fátima vive do salário irregular do único filho com trabalho, um motorista de táxi. “Mas sobrevivemos apesar das duras

terceiro mundo – 57

condições”, afirma Fátima, erguendo a cabeça sobre um prato de cebolas que prepara para o almoço.

Para os mais pobres desta massa de pobres – viúvas, divorciadas, anciãos, mutilados – a vida é pior do que os acampamentos que habitam.

na Jordânia, por exemplo, exista um médico para cada mil habitantes do país. Nos acampamentos não há hospitais e os poucos existentes dirigidos por palestinos nos territórios ocupados são pobremente equipados. As escolas não são suficientes, as clínicas e os centros

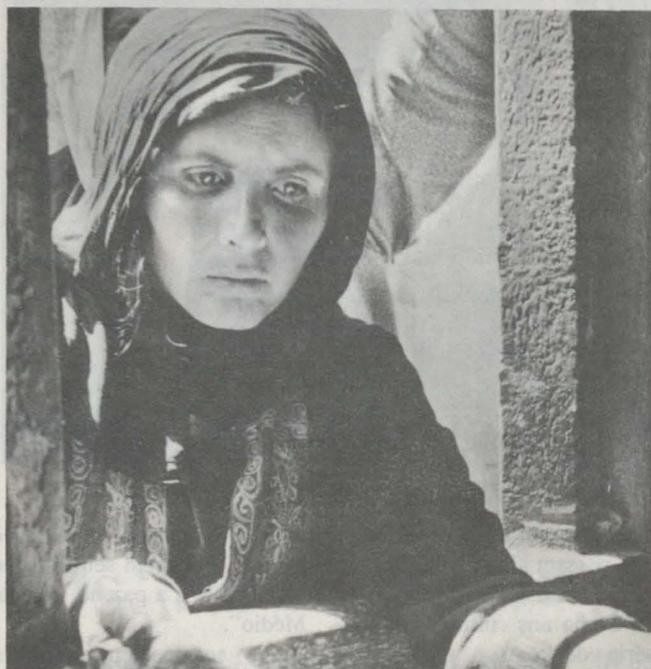
mil em Israel, como cidadãos desse país, e um milhão e meio resiste à ocupação do Estado judeu na Cisjordânia, Gaza e Jerusalém oriental. São refugiados dentro de seu próprio país.

A “proletarização” forçada

“Antes de 1948 tínhamos uma granja na Palestina e os homens da minha família cultivavam frutas e vegetais; quando era necessário as mulheres davam uma ajuda. Era uma vida boa”, recorda Badaquia, viúva de 50 anos, enquanto que com outras palestinas espera ao amanhecer um incerto ônibus à beira da principal estrada entre Gaza e Israel. “Agora, todos os dias, tenho de percorrer 100km para procurar trabalho. Se tenho sorte, ganho entre 15 a 20 shekels israelenses (10 a 15 dólares) por oito horas de trabalho, colhendo frutas e vegetais, se não, terei de alimentar a minha família com este shekel”, diz, mostrando uma moeda solitária no fundo do seu bolso.

Nos últimos 34 anos, os palestinos têm vivido da ajuda distribuída pela UNRWA e organizações de assistência aos refugiados do Oriente Médio.

Mas a UNRWA, debatendo-se com uma crise financeira permanente, deixou de distribuir rações de alimentos em 1982, continuando apenas a fazê-lo, em caráter excepcional, para as pessoas em situação de extrema necessidade, como as viúvas, anciãos e mutilados. Os refugiados, na sua maioria dispersos pelo Oriente



ONU

Esgotamento e frustração, um sentimento generalizado

Apesar dos esforços da UNRWA para proporcionar serviços sanitários e de saúde, as condições sociais e psicológicas dos acampamentos são muito inferiores às normas internacionais estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), segundo Abou Zeid, um médico palestino da Cisjordânia. Devido à sua permanente crise financeira, a UNRWA está em condições de proporcionar apenas 263 médicos para 60 a 80 mil pessoas em cada acampamento, embora

de saúde encontram-se em condições deploráveis, e nem todos os acampamentos contam com redes de esgoto subterrâneas e latrinas internas.

“O esgotamento e o sentimento de frustração são um dado constante e generalizado entre as pessoas”, diz Nidhal, um refugiado em Baqaa, o pior de todos os acampamentos jordanianos. Atualmente, 750 mil palestinos vivem em acampamentos de refugiados. Três milhões vivem a diáspora, dispersos por todo o mundo, 800

Médio, foram os primeiros a serem afetados pela crise econômica dos países árabes.

Desde a sua ocupação por Israel, em 1967, a Cisjordânia e a faixa de Gaza ultrapassaram o "ponto sem volta" da sua situação de dependência da economia israelense, a qual, por sua vez, está ameaçada por gigantescas taxas de inflação (400% em 1984). Este fato traduziu-se num custo de vida anormalmente alto e na pauperização gradual da população de refugiados. O desemprego estendeu-se a todas as categorias de refugiados, particularmente entre aqueles com cursos superiores. A grande maioria destes camponeses sem terra e desenraizados – que antes de 1948 constituíam dois terços da população – transformou-se em trabalhadores ocasionais em Israel.

Yusif Sayingh, conhecido analista econômico da região, assinalou esse fenômeno em "A economia palestina sob a ocupação: dependência e pauperização", publicado no "Diário de Estudos Palestinos". Um importante segmento da população de refugiados – afirma Sayingh – foi "proletarizado" à força através de "políticas deliberadas" de expropriação e confisco de terra, de apropriação e controle dos recursos hídricos, aplicadas por Israel.

Mais de 95 mil palestinos – 25% da força de trabalho que habita os territórios ocupados – desloca-se diariamente para Israel para realizar tarefas não qualificadas e mal pagas, que poucos judeus estão dispostos

a fazer. Muito cedo, todas as manhãs, homens, mulheres e também crianças – na sua maioria dos acampamentos de refugiados – cruzam a "linha verde" que separa o Estado de Israel dos territórios ocupados a bordo de ônibus, caminhões, táxis e outros meios de transporte. Quase metade desta massa é composta por trabalhadores ilegais, que realizam os trabalhos mais duros, sem a mínima proteção física ou social, e a quem ainda é negado o direito de livre associação.

A maioria dos quase 50 mil palestinos que vivem graças ao "mercado negro" de trabalho, é obrigada a passar clandestinamente a noite em Israel, principalmente na área de Tel Aviv, em condições subumanas, segundo o último relatório

publicado pelo "Projeto de banco de dados para a Cisjordânia", um grupo independente de Jerusalém dirigido por Meron Benvenisti.

"Os trabalhadores são encontrados frequentemente dormindo sobre as mesas dos restaurantes onde trabalham, ou amontoados em cantinas e sótãos insalubres", diz o estudo. "É a escravidão", afirma Rabbii, de 45 anos, cozinheiro em um restaurante de Tel Aviv e oriundo de Al-Majdal, localidade rebatizada como Ashod pelos israelenses. "Os palestinos estão sendo estrangulados por Israel", diz.

A faixa de Gaza: uma ilha?

Geograficamente, a faixa de Gaza não é uma ilha, mas



A ajuda das Nações Unidas: crise financeira permanente

Cisjordânia e Gaza: esmagadora maioria da OLP

□ Em finais de 1986 foi realizada nos territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza a maior sondagem de opinião pública jamais feita nessa região, que abrangeu mil entrevistados¹. O trabalho esteve a cargo da rede de comunicações da Austrália, do jornal norte-americano *Newsday* e do diário *Jerusalem News*. A equipe de especialistas foi dirigida pelo dr. Mohammed Shadid, um cientista político da Universidade de An Najar, de Nablus, Cisjordânia.

Entre os reveladores resultados obtidos, a sondagem mostrou que 77,9% dos entrevistados acreditam que somente a proclamação de um Estado palestino independente pode assegurar uma solução definitiva para o problema do Oriente Médio. Mais de 50% dos entrevistados afirmaram que, pelo menos uma vez, membros da sua família mais próxima já sofreram maus tratos ou ameaças das tropas israelenses de ocupação.

Outro elemento significativo revelado pela pesquisa é a fidelidade dos palestinos dos territórios ocupados à liderança de Yasser Arafat e o reconhecimento da OLP como sua única e legítima representante: 78,8% em relação a Arafat e 93,5% à Organização de Libertação da Palestina. (A personalidade que aparece em segundo lugar na pesquisa, George Habash, dirigente máximo da Frente Popular para a Libertação da Palestina - FPLP, que tem mantido uma posição de "crítica construtiva" no seio da OLP, obteve uma posição muito inferior a Arafat na preferência dos seus compatriotas da Cisjordânia e Gaza: contou com o apoio de apenas 5,6% dos entrevistados.)

Por outro lado, interrogados sobre a causa do recurso à luta armada por parte dos palestinos, 83% responderam que ela era "parte da luta pelo direito à autodeterminação" e 78,4% afirmaram que "é uma violência justificada".

Além disso, 85,5% são da opinião de que os Estados Unidos não desempenham atualmente nenhum papel no processo de pacificação do Oriente Médio, ainda que 60,8% acreditem que Washington poderá ter, se quiser, uma participação positiva. Mesmo assim, 59,6% acreditam que tam-



bém a União Soviética poderá ter um papel positivo no processo de pacificação da região.

Em relação à dissidência que aflorou no seio da OLP durante a invasão israelense ao Líbano, que levou alguns dirigentes a radicarem-se em Damasco e a romper com a OLP e Arafat, a opção dos palestinos da Cisjordânia e Gaza é igualmente clara. Para 71,2% dos entrevistados, a "atual direção da OLP" é a que melhor representa os seus interesses, enquanto que apenas 4,8% se mostrou mais identificado com "a direção dos grupos palestinos residentes em Damasco".

¹ Dos mil entrevistados, 39,8% residem em áreas urbanas, 38,2% em aldeias e 22% em campos de refugiados. 56,8% são do sexo masculino e 43,2% do sexo feminino; 61,5% trabalham na Cisjordânia, 31,5% em Gaza e 5% em Israel. 29,2% têm curso secundário, 13,9% são analfabetos, 13,1% têm curso primário e 18,4% curso superior.

política e economicamente este corredor que se estende ao longo do litoral mediterrâneo encontra-se virtualmente “ilhado” do resto do mundo. Aos olhos dos meio milhão de palestinos que a habitam, confinados em um território com 50km de comprimento por 10km de largura, totalmente incrustado em Israel e literalmente cercado pelo Mediterrâneo e dois desertos – Negev e Sinai – Gaza não é outra coisa senão uma ilha.

Para o visitante que chega por mar ou por terra, a primeira impressão que tem de Gaza é o seu abandono. O tempo parece ter parado ali desde 1948, quando a faixa foi pela primeira vez amputada do resto da Palestina, após a partilha determinada pelas Nações Unidas e a subsequente criação do Estado de Israel.

O enclave, que durante 19 anos sobreviveu sob o domínio egípcio, viu-se cada vez mais estrangulado desde a sua ocupação por Israel em 1967. Restaurantes e hotéis estão desertos, a atividade comercial praticamente paralisada, os encanamentos de água potável estão rompidos e as praias fechadas da manhã à noite.

Os ocupantes israelenses alcançaram o seu objetivo: os agricultores estão abandonando suas terras, os pescadores já não saem para o mar, os estudantes largam as escolas e os habitantes de Gaza hesitam na hora de optar por imigrar, sem pátria e sem passaporte, para destino desconhecido.

Apesar dessa situação, a faixa de Gaza tem merecido

pouca atenção da opinião pública internacional e dos meios de informação, mais preocupados com a sangrenta guerra civil no Líbano do que com a miséria e a sorte anônima dos habitantes da faixa. “Gaza é um país perdido. Tem sido esquecido pelo menos desde os últimos 19 anos”, disse Hisham Shawa, funcionário palestino encarregado de Gaza no Ministério jordaniano dos Territórios Ocupados, em Amã.

O Egito, que dominou Gaza no período de 1948-67, não se interessou por seus habitantes. Depois de firmar os acordos de Camp David, o governo do Cairo renunciou efetivamente a todas as suas reivindicações sobre a faixa.

Israel, atual ocupante, faz o possível para desincentivar os palestinos interessados em re-

tornar a Gaza. Os habitantes de Gaza não têm nacionalidade nem passaporte, alguns obtiveram um visto de saída conferido pelas autoridades do Egito, que no entanto não é válido para todos os países, às vezes nem para o próprio Egito. Uns poucos “afortunados” possuem um visto israelense, sem valor em nenhum país árabe, muçulmano e nos países que não reconhecem o Estado de Israel. No entanto esse documento ainda tem uma finalidade: recordar aos palestinos a sua triste realidade. Na parte superior do documento, depois do nome, e no espaço correspondente à cidadania lê-se “indefinida”.

Mais de 40% do 1,5 milhão de palestinos sob ocupação israelense vivem em Gaza, dois terços dos quais são refugiados



Hisham Shawa: “Gaza é um país perdido, esquecido”

de aproximadamente 50 a 60 localidades e aldeias vizinhas anteriormente palestinas. Atualmente, essa massa humana aglomera-se em oito dos mais miseráveis acampamentos de refugiados. "Com 1.500 habitantes por hectare, Gaza é uma das áreas com maior densidade populacional do mundo, ocupando o segundo lugar depois de Hong Kong", assinala Fayez Abu Rahama, conhecido advogado de Gaza.



"Na faixa de Gaza não há nenhum tipo de desenvolvimento"

O "Havaf" de Israel

Para os habitantes de Gaza poucas coisas são mais insultantes do que os 20 novos e modernos assentamentos israelenses, que se espalham ao longo das suas praias. Esses luxuosos balneários, construídos por trabalhadores palestinos em terras que eram do seu povo, são utilizados impune-mente pelos serviços de imi-

gração para atrair novos colonos para aquilo que chamam de "Havaf de Israel".

Apesar desta publicidade, todos os visitantes de Gaza, incluindo alguns israelenses, ficam impressionados com este "Soweto de Israel", ou "gueto de Gaza". "Tudo se deteriorou a um nível abaixo de qualquer norma humanitária aceitável", explica Shawa, um exilado oriundo de Gaza. "Não há evolução, não existe nenhum

prego.

Como parte da política de ocupação, a economia da faixa de Gaza é cada vez mais dependente da vacilante economia israelense. Calcula-se que mais de dois terços das 70 mil pessoas que compõem a força de trabalho de Gaza se deslocam todas as manhãs para Israel em busca de trabalhos miseráveis e mal pagos, basicamente na construção civil, serviços e coleta de frutas e vegetais.

À exceção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), até o momento nenhuma das numerosas agências para o desenvolvimento da ONU se atreveu o suficiente para lançar nos territórios ocupados programas de desenvolvimento agrícola e industrial. A única presença internacional significativa é a da UNRWA, que se ocupa mais da ajuda do que do desenvolvimento.

Para a totalidade dos habitantes de Gaza há muito que o objetivo de Israel deixou de ser um segredo: obrigar as pessoas a abandonar suas terras através do estrangulamento econômico e psicológico. "Querem as terras, não as pessoas", explica a refugiada palestina Barbari, responsável da União das Mulheres de Gaza. "É essa a diferença das colonizações anteriores", acrescentou. ●

Essma Ben Hamida*

* Jornalista árabe que recentemente obteve autorização, em caráter extraordinário, para visitar os campos de refugiados palestinos na Cisjordânia e Gaza.

À procura do equilíbrio

A mudança da política da Arábia Saudita permite que os países exportadores de petróleo cheguem novamente a um consenso para estabilizar os preços, mas somente o futuro dirá se a credibilidade da organização será recuperada

O petróleo é provavelmente a matéria-prima mais sujeita a oscilações bruscas e a mudanças imprevisíveis, às vezes espetaculares. Apesar disso, os principais operadores no mercado do crítico combustível chegaram a acordo sobre as bases para o período que poderia caracterizar-se por uma relativa estabilidade dos preços e do abastecimento do produto, juntamente com um desenvolvimento harmônico das principais fontes de energia no

futuro próximo.

Este panorama positivo surge, em princípio, das decisões adotadas pela 80ª Conferência dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), realizada em Genebra, a 20 de dezembro de 1986, e pela reação simétrica do mercado nas semanas seguintes.

Para a Opep, tratou-se de uma nova política que colocou um ponto final na estéril guerra de preços iniciada um ano antes e assinalou o re-

gresso a um sistema de preços oficiais fixos. A chave destas decisões consiste em que a organização dos 13 países exportadores fixou um objetivo razoável e realista, com preços médios de 18 dólares por barril de óleo cru¹. De fato, poucos dias após a conferência, as cotações no mercado livre já se aproximavam dos 18 dólares.

Trata-se de uma cotação que é equidistante em relação aos baixos níveis causados pela guerra de preços, que atirou as cotações para valores abaixo dos 10 dólares, assim como das grandes altas das fases críticas, quando os preços dispararam até ao recorde de 40 dólares por barril.

Do mesmo jeito que os preços astronômicos implicaram graves problemas para os consumidores, o petróleo muito barato lançou as economias de muitos produtores para a beira da ruína. A longo prazo, estas oscilações cobriram de incertezas o panorama energético, deslocando expectativas e vultosos investimentos.

A alta do petróleo incentivou as potências capitalistas a realizarem políticas de contenção de energia e, sobretudo, a desenvolverem fontes alternativas ao petróleo. Se a alta dos preços tivesse prevalecido durante um longo período, os problemas da Opep teriam se tornado insolúveis.

As grandes altas registraram-se em 1973 e em 1978/79.



A matéria-prima mais sujeita a bruscas oscilações de preços

A reação das potências consumidoras estimulou políticas tendentes a minorizar suas dependências do petróleo, que deram resultados nos anos seguintes. Mas, ao mesmo tempo, produziu modificações profundas no âmbito da produção de hidrocarbonetos.

Primeiro converteu em rentáveis as explorações de petróleo, que antes das altas de preços não eram economicamente interessantes devido aos altos custos de extração. Essa política fez aparecer novos competidores no mercado petrolífero, até então dominado esmagadoramente pela Opep. Estes produtores não estavam comprometidos com a política de preços fixos da Opep, que regeu o mercado até dezembro de 1985, de forma que podiam fazer descontos e captar partes crescentes da demanda que antes se dirigia para os membros da organização.

Um mercado saturado

Este processo se verificou de maneira rápida e implacável. Em 1979, a produção conjunta da Opep chegou ao seu ponto máximo, com quase 31 milhões de barris diários. Seis anos mais tarde, a demanda tinha diminuído para cerca da metade e o mercado encontrava-se saturado, empurrando os preços para baixo.

Este fato obrigou a Opep a reduzir constantemente a oferta a fim de deter o barateamento do seu produto. A 80ª Conferência estabeleceu uma produção conjunta de 15,8 milhões de barris diários,

que a maioria dos observadores considera que pode levar a oferta e a demanda a um ponto de equilíbrio.

É claro que para isso todos os membros da organização deveriam respeitar rigorosamente as cotas designadas para cada um deles, demonstrando uma disciplina que nem sempre foi observada no passado.

Outra interrogação surge das reservas acumuladas pelas companhias petrolíferas durante a guerra dos preços, que lhes permitiu adquirir grandes quantidades de óleo cru a preços bastante convenientes. A liquidação destas reservas aos preços atuais aumentaria a oferta, dificultando a tática de estabilização da Opep.

O petróleo a baixo preço foi uma realidade antes de 1973 e durante 1986. Nessa situação, o óleo cru é imbatível frente aos seus rivais energéticos e desestimula os investimentos em fontes alternativas. Simultaneamente, torna antieconômicas as explorações petrolíferas caras, que tinham se tornado rentáveis devido às altas de preços.

Assim, durante o ano passado, muitas jazidas foram fechadas porque os custos de extração eram superiores ao preço do petróleo no mercado internacional. Isso verificou-se particularmente nos Estados Unidos, onde teve origem a indústria petrolífera há mais de um século. Existem nesse país numerosas jazidas cujas reservas primárias se esgotaram, o que obriga à necessidade de introduzir complexas e caras técnicas de recuperação para

extração das reservas secundárias.

Consequentemente, as importações norte-americanas de óleo cru, que no início de 1986 se situavam em 4,5 milhões de barris diários, saltavam para 6,2 milhões dez meses mais tarde.

A queda dos preços em 1986 constituiu um benefício a curto prazo para as economias dos países importadores, mas fez temer que, mantendo-se por quatro ou cinco anos uma cotação inferior em cerca de dez dólares por barril, se configurasse um quadro semelhante ao de 1973.

À luz destes antecedentes, pode-se afirmar que o preço fixado pela Opep está num ponto intermediário entre um nível alto, que fomentaria a corrida dos seus concorrentes, e um nível baixo que aumentaria a dependência aos hidrocarbonetos.

Os preços dos concorrentes

Calcula-se em geral que os investimentos em energia nuclear são rentáveis com o óleo cru situado entre 18 e 20 dólares o barril, de forma que o preço de referência da Opep não constitui, neste âmbito, uma ameaça. Mas, nesse delicado assunto, as decisões podem estar influenciadas pela política e é visível um aumento da oposição aos reatores nucleares.

Quanto ao carvão, ele é considerado rentável a partir de 15 dólares por barril de óleo cru, portanto é possível prever que os investimentos nesta es-

fera continuem. Isto é de suma importância, já que o principal recurso energético não-renovável do mundo é o carvão, cujas reservas comprovadas são muito superiores às do petróleo.

Ao contrário, é pouco provável que se volte a investir em explorações e em novas jazidas de alto custo, depois de um ano em que os investimentos caíram drasticamente. Este fato seria favorável à Opep, já que os maiores custos se registram nas potências do norte, enquanto que a extração nos seus países-membros e em outros exportadores do Terceiro Mundo continua sendo a mais baixa.

No Mar do Norte, por exemplo, os investimentos das transnacionais tiveram uma diminuição de 40% no último ano.

É precisamente no Mar do Norte, compartilhado pelo Reino Unido e Noruega, que as extrações chegaram ao seu ponto máximo e, não se efetuando novas explorações, a produção começará a cair num futuro próximo.

No início da década passada, quando se começou a explorar o petróleo do Mar do Norte, o desenvolvimento de um campo petrolífero custava à razão de cinco dólares por barril. Atualmente, esse custo multiplicou-se por quatro, devido à "lei mineira dos rendimentos decrescentes". Os poços mais acessíveis são os primeiros a serem explorados, ficando para depois os mais difíceis, isto é, os que exigem custos mais altos.

1987 - Fevereiro - nº 98



Reuter

Reunião da Opep em Genebra: os ministros do Petróleo Hisham Nazer, da Arábia Saudita (esq.), e Subreto, da Indonésia

O panorama que se respira é, portanto, de coexistência no âmbito das fontes de energia. Por isso é possível que esta nova política da Opep não seja frontalmente combatida pelas potências ocidentais, que hostilizaram a organização desde que em 1973 assumiu o controle do mercado e decidiu aumentar os preços.

Um panorama ainda incerto

Mas não bastará a fixação de um preço oficial para deslocar os investimentos numa outra direção, ainda que a curto prazo se consolide o estabelecido pela Opep. O fator decisivo será a expectativa sobre os preços a longo prazo e, neste sentido, ainda não está claro qual será a política da organização. Se esta chegar a definir uma política de cotações intermediárias a longo e a médio prazos, e o fizer de forma convincente, poderia então falar-se de uma nova etapa no mercado petrolífero, sem as

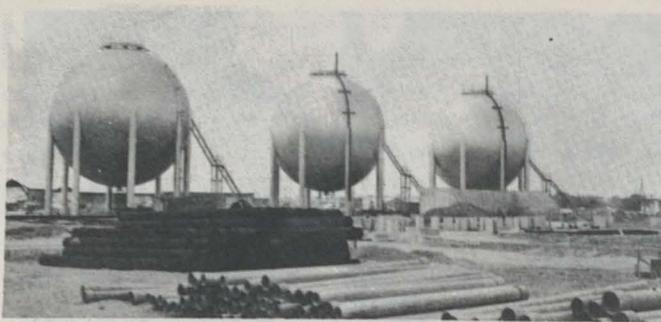
atuais oscilações e incertezas e; portanto, de real estabilidade. As incógnitas a este respeito deverão desaparecer ou permanecer de acordo com o resultado das reuniões que a Opep realize ao longo de 1987.

Entretanto, é um fato, que com a nova escala de cotações e a redução da produção conjunta, a organização abandona um ano de contrastes.

Segundo dados da Opep, os 13 países perderam 50 bilhões² de dólares em 1986. O cálculo, em termos reais, leva em conta a diminuição dos preços nominais do óleo cru mais a desvalorização do dólar, e mostra que as receitas caíram 65% em 1986, em relação ao ano anterior. Em termos globais, as receitas da Opep em 1986 se reduziram a um quarto se comparadas com as de 1981.

Esta realidade demonstrou as desvantagens da guerra de preços declarada pela Opep em dezembro de 1985. A responsabilidade dessa decisão recaiu sobre a Arábia Saudita, cuja

terceiro mundo - 65



A Opep unida ainda tem uma força determinante

política petrolífera era então dirigida pelo ministro Ahmed Zaki Yamani.

A Arábia Saudita é o maior exportador mundial e, ainda que a sua cota acordada dentro da Opep seja de 4,3 milhões de barris diários, o país pode produzir mais de dez milhões.

Yamani conseguiu impor a guerra de preços como forma de forçar os exportadores estrangeiros à organização a aceitar a idéia de que lhes era conveniente reduzir a oferta e acabar com uma concorrência julgada desleal pela organização, já que se beneficiavam com os preços impostos pela Opep devido à redução da sua própria oferta, enquanto eles aumentavam as suas vendas.

A nova tática consistiu em abandonar os preços oficiais e as cotas limitativas, privilegiando a recuperação de uma presença quantitativamente maior no mercado. O resultado foi demolidor: em poucas semanas, o preço, que estava em média em 28 dólares por barril, caiu para valores abaixo de dez dólares.

A grande capacidade produtiva da Arábia Saudita permitiu-lhe impor a sua manobra através do mero expediente de

abandonar a sua cota anterior e lançar no mercado toda a produção que pudesse vender a preços decrescentes, o que indicava um mercado saturado. Mas as enormes perdas provocaram a oposição dos demais países exportadores, pondo em xeque a unidade da Opep.

A 29 de outubro do ano passado, o monarca saudita demitiu Yamani e designou para o seu lugar Hisham Nazer, o que implicou uma reviravolta que pôs fim à guerra dos preços.

Esta mudança foi decisiva para chegar às decisões de 28 de dezembro. O acordo foi alcançado com o maior consenso registrado nos últimos anos.

A organização sempre esteve dividida entre "duros" e "moderados", sendo estes últimos liderados pelos sauditas. Ambas as posições são determinadas por razões políticas, mas também pesam os interesses nacionais estruturais de cada país-membro.

Um país como a Arábia Saudita, com enormes reservas e escassa população, tem como expectativa manter-se como grande exportador durante mais de meio século. Pode, portanto, preferir um preço

moderado que desestimule o desenvolvimento de competidores energéticos, procurando ser um contra-peso aos restantes membros da Opep que pressionam por preços tão altos quanto pode impor a força da organização no mercado.

A maioria dos membros da Opep tem uma densidade populacional muito maior e reservas petrolíferas muito inferiores à Arábia Saudita. Não podem, portanto, pensar em compensar os baixos preços do petróleo com maiores exportações, porque isso os levaria, em breve, à ruína.

Portanto, os diferentes interesses dentro da Opep correspondem a situações de fundo que não se alteraram. No entanto, é possível harmonizá-las para procurar um ponto intermediário entre exportadores de um mesmo produto.

Parece ser esta a via escolhida, nesta fase, pelos membros da organização. Se as próximas reuniões confirmarem esta linha, toda a política da Opep ganhará credibilidade e poderá aspirar a recuperar a sua influência no mercado.

O panorama, hoje, não é o mesmo de 1973, quando os países da Opep controlavam mais de dois terços das exportações mundiais de óleo cru. Mas a Opep tem nas suas mãos cerca da metade das exportações e dois terços das reservas mundiais de petróleo. É ainda um potencial determinante, desde que utilizado de forma coesa.

●
Pablo Piacentini

1 Crude

2 Um bilhão - mil milhões

No centro da controvérsia

Os imigrantes de origem latino-americana provocam uma discussão na sociedade norte-americana sobre o seu papel na produção e sua influência na vida social e cultural

Durante a atual crise econômica dos Estados Unidos, revelou-se uma importante contradição com relação aos imigrantes latino-americanos que trabalham nesse país. Por um lado, o sistema experimenta a necessidade econômica e política de aproveitar a força de trabalho dos imigrantes; por outro — e esse é o ponto nevrálgico da contradição — existe o desafio racial, cultural, político e geopolítico que uma imigração maciça proveniente dos países latinos do continente americano pressupõe. À luz dessa contradição, pode-se compreender que Washington tenha necessitado de 15 anos de árduos debates antes de aprovar a Lei Simpson Rodino, cuja meta explícita é “recuperar o controle da fronteira” com México.

Por causa da crise econômica, da queda da taxa de lucro e do aumento da concorrência internacional, a economia atravessa um processo de reestruturação que inclui: a) a redução dos custos de produção, sem

esquecer as pressões sobre salários e lucros; e b) a simplificação e internacionalização do processo produtivo. Esse processo requer quantidades cada vez maiores de trabalhadores não-qualificados. Do ponto de vista dos capitalistas, a força de trabalho dos trabalhadores latino-americanos, particularmente dos mexicanos, reúne muitas características desejáveis.

Os trabalhadores latino-americanos podem ser utilizados em empregos não-qualificados, de baixos salários, alta rotatividade e extensos horários. Esses trabalhadores carecem de direitos legais e sindicais, razão pela qual se vêem obrigados a aceitar horários noturnos, a trabalhar fora de hora e nos feriados. É assim que a participação dos trabalhadores imigrantes, longe de diminuir, tem aumentado sem parar.

A reestruturação da força de trabalho significa um incremento tanto no número de empregos técnicos, especializados e bem remunerados, como no dos empregos não-qualificados. Sem dúvida essa dupla tendência se desenvolve às custas dos trabalhadores semi-qualificados. Um relatório referente às mudanças que estão se processando na composição

National Geographic



Os latino-americanos carecem de direitos legais e sindicais

da força de trabalho, publicado pelo *San Francisco Chronicle*, revela que "muitos economistas, sociólogos, homens de negócio e líderes operários têm uma tendência para uma sociedade dividida entre os que têm e os que não têm, qualificados e não-qualificados, cultos e ignorantes".

Consequências da introdução da "high tech"

A simplificação do processo de trabalho através da introdução de equipamentos cada vez mais sofisticados, de alta tecnologia, tende a desvalorizar as aptidões individuais do trabalhador, para quem a perda gradual de controle do processo produtivo teve um preço em termos de salários menores e piores condições de trabalho.

Para reduzir salários, o capital conta com três alternativas: a) o enfraquecimento ou a destruição dos sindicatos; b) transferir-se, dentro ou fora

das fronteiras, para regiões onde a mão-de-obra é abundante e não dispõe de direitos sindicais; e c) contratar trabalhadores ilegais que, devido à sua situação, se vêem obrigados a aceitar sem discutir qualquer condição de trabalho e os salários que lhes ofereçam.

Enquanto isso, verifica-se que o número de empregos não-qualificados, de baixos salários, é mais elevado que o de trabalhos que exigem habilitações específicas. Ao mesmo tempo, o setor técnico, educativo e profissional da sociedade está em ascensão, junto com suas expectativas de maiores salários e prestígio social. Os fatores sociais que determinam que empregos são aceitáveis e para quem, e o crescente nível técnico da população norte-americana associado à pressão por melhores salários, ajudam a explicar, ao menos parcialmente, porque, apesar da elevada taxa de desemprego, a quantidade de trabalhadores

imigrantes não-documentados continua subindo. Um proprietário de restaurante se queixava de seus empregados afirmando: "Um em cada três empregados da casa é incapaz de fazer o seu trabalho no tempo devido; é difícil colocá-los para trabalhar. Conseguir que cheguem na hora, usem um uniforme e atendam os fregueses com um sorriso é quase impossível, porque o trabalho é considerado de baixa categoria".

"No sudoeste do país, a idéia de prescindir dos trabalhadores ilegais é tão alarmante quanto a de viver sem a luz do sol", é o comentário do *Wall Street Journal* sobre a presença dos imigrantes ilegais. Mas é mais importante a opinião do Conselho de Assessoramento Econômico da presidência, que recentemente assinalava que "a imigração para os Estados Unidos aumenta o emprego total e a produção neste país, como também a renda per capita da população nativa. Além disso, os imigrantes proporcionam um lucro fiscal líquido, usando relativamente poucos serviços e pagando mais impostos". Isso significa que os mexicanos chegam aos Estados Unidos, não porque sejam "pobres e famintos", como a imprensa tenta demonstrar, mas porque constituem um importante elo na cadeia produtiva do país.

As observações do *Wall Street Journal* e dos conselheiros econômicos da presidência são significativas se se considerar que se trata da primeira vez que no mundo fi-



Marion Trikosko

Os norte-americanos desprezam trabalhos "menores"

nanceiro ou entre economistas conservadores se admite que os imigrantes sem documentos representam um "benefício líquido para a nação". As camadas médias e o governo difundiram tradicionalmente a idéia de que os trabalhadores sem documentos são um "peso para a nação", o que é a opinião predominante entre a maioria dos cidadãos norte-americanos. Na luta pelos direitos dos trabalhadores não-documentados, é importante que esse mito comece a ser reexaminado.

Vários grupos empresariais tais como a Mesa Redonda da Califórnia, a Câmara de Comércio dos Estados Unidos, a Sociedade de Granjeiros, Hotéis, Restaurantes e Fábricas do Sudoeste, a Fundação Heritage e economistas conservadores, inclusive o notório Milton Friedman, admitem a noção de "lucro líquido para a nação" e temem a aprovação de leis que sancionem os que dão emprego aos "imigrantes ilegais".

As diversas posições

É importante assinalar que as diversas posições com relação à reforma da lei de imigração são tomadas de maneira diferente do que em outros temas políticos. Por isso, não devem surpreender as estranhas alianças em torno do tema. Alguns setores conservadores estão do mas políticos. Por isso, não devem surpreender as estranhas alianças em torno do tema. Alguns setores conservadores estão do mesmo



Os imigrantes representam um lucro para a economia dos EUA

lado dos imigrantes latino-americanos e das organizações de esquerda. Numa conferência sobre imigração organizada pela Universidade da Califórnia, Mike García, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços, comentou a respeito: "Nunca tinha imaginado que algum dia me veria do mesmo lado da Fundação Heritage". O representante da fundação replicaria, depois, que era a primeira vez que estava de acordo com a União Americana para as Liberdades Civis.

Outro aspecto desta contadição reside no fato de que a presença dos imigrantes mexicanos e centro-americanos ajuda a resolver, de alguma forma, os problemas econômicos e políticos do país.

Tradicionalmente, o governo norte-americano, a burocracia sindical, os políticos conservadores e racistas e as organizações como a "Maioria Moral", U.S. English, a Federação pela Reforma da Imigração Americana, "Crescimento

Demográfico Zero" e a Organização para o Equilíbrio entre População e Meio Ambiente, têm acusado os imigrantes mexicanos de provocar desemprego e ajudar a queda do nível dos serviços médicos para os cidadãos norte-americanos.

Mas os problemas econômicos, sociais e políticos dos Estados Unidos se agravaram a tal ponto que o número de organizações que atribuem quase todos os males à imigração aumentaram. Em 13 de abril de 1986, a Organização pelo Equilíbrio entre População e Meio Ambiente publicou o seguinte anúncio no *San Francisco Chronicle* e outros jornais locais: "Para você, qual é a causa dos engarrafamentos de trânsito? Da contaminação ambiental? Do aumento da criminalidade? Dos aumentos de impostos? É...o crescimento demográfico que, em grande medida provém da imigração, principalmente da ilegal".

Na última campanha eleitoral, os candidatos conservadores, na sua maioria da Cali-



Os latino-americanos começam a ter papel importante na política norte-americana

fórnica, ligaram os “estrangeiros ilegais” ao narcotráfico e ao terrorismo. Em um anúncio publicitário de televisão, um aspirante a candidato republicano ao Senado, Mike Antonovich, aparecia no alto de um penhasco olhando para centenas de estrangeiros amontoados do outro lado da fronteira. O candidato dizia então que a imigração ilegal “custa milhões de dólares por ano aos contribuintes, proporciona um canal para o narcotráfico e facilita a entrada no país de terroristas”.

Campanhas desse tipo surtiram efeito devido à histeria coletiva contra os trabalhadores imigrantes, que se reflete nas pressões da opinião pública a favor de uma legislação mais restritiva. As pesquisas do Gallup indicam que três quartos da população apóiam a lei Simpson-Rodino.

O desafio da imigração

A força de trabalho dos
70 - terceiro mundo

imigrantes latino-americanos representa um desafio, tanto a curto como a longo prazo, para as instituições política e ideologicamente racistas e para os cidadãos norte-americanos que ainda estão impregnados de intensos sentimentos racistas. O crescimento quantitativo das minorias (mulatos, negros e asiáticos) desafia esse sistema institucionalmente racista. Por outro lado, o fato de que as minorias cresçam a taxas mais altas do que a maioria, as coloca em melhor posição para combater o racismo.

Na sua famosa proposta de reforma das leis de imigração, R.D.Mazzalli expressa os temores que esse desafio suscita: “Quando as diferenças linguísticas e culturais passam de um certo nível, a unidade e a estabilidade política da nação se vêem seriamente ameaçadas. Essa unidade provém de uma linguagem comum e de uma cultura básica formada por valores compartilhados, convicções e costumes, que fazem

de nós, americanos, diferentes”.

A imigração constitui também um desafio para o conservadorismo nos Estados Unidos. Carecendo de qualquer proteção legal, os novos imigrantes latino-americanos podem ser facilmente manipulados e usados com propósitos reacionários. Contudo, depois que legalizam a sua situação, tendem a somar-se às forças liberais e progressistas.

Existem condições concretas para a formação de uma poderosa aliança política e organizativa das minorias raciais na qual os latinos, em virtude de seu crescente peso quantitativo, cultural e político, podem desempenhar um papel importante. De fato, essa aliança já existe de forma embrionária na “Coalizão Arco-Íris”² e nos blocos parlamentares de latinos e negros ou em algumas eleições locais, como as de Chicago. Isso não significa que não haja conflitos entre as minorias; pelo contrá-

rio, eles têm constituído a regra, mas agora se está evoluindo no sentido oposto.

Os latino-americanos representam também um desafio do ponto de vista geopolítico com relação às políticas internas e internacionais. No plano interno, os latino-americanos estão concentrados nas regiões mais povoadas: a zona meridional, Chicago, Nova Iorque e também em uma área política, estratégica e historicamente conservadora, como o sudoeste. O crescimento dos latino-americanos representa uma ameaça e um desafio às forças conservadoras. Nas últimas eleições, 75% dos latino-americanos votaram nos democratas.

Um obstáculo político

Em termos de geopolítica internacional, os latino-americanos se concentram na zona fronteira entre os Estados Unidos e o México. À medida que aumentam os conflitos entre os Estados Unidos e a América Latina, os latino-americanos constituem um obstáculo de importância política crescente para uma eventual intervenção norte-americana na América Latina. O "Movimento Santuário"***3 é ilustrativo a esse respeito.

Na mesma medida em que o México e a América Central são considerados parte do "sistema de segurança" dos Estados Unidos, a questão da imigração proveniente desses países se converte em um tema político delicado. À luz desse fato, cabe levar a sério as de-

clarações da Agência Central de Inteligência (CIA), do Serviço de Imigração e Naturalização (INS) e das organizações de direita quando assinalam que os "imigrantes clandestinos" constituem "uma ameaça à segurança nacional maior do que a União Soviética". O próprio presidente Reagan adverte: "Perdemos o controle de nossas fronteiras; nenhuma nação pode fazer isso e sobreviver".

cistas conservadoras. Mas, por outro lado, a economia norte-americana depende dos imigrantes mexicanos como as plantas dependem de água.

Dessa perspectiva, a lei Simpson-Rodino, longe de resolver os problemas da imigração, pode, pelo contrário, complicá-los ainda mais.

Para que essa lei pudesse oferecer uma solução viável para o problema imigratório, deveria ter levado em conta as



Um funcionário do governo procura imigrantes clandestinos: -- "Perdemos o controle das nossas fronteiras", disse Reagan

Contudo, o governo e os empresários estão em um dilema com relação aos imigrantes latino-americanos. O governo aprovou a lei Simpson-Rodino em resposta às pressões políticas da opinião pública, da burocracia sindical e das organizações tanto liberais como ra-

transformações sociais e políticas acima mencionadas. No entanto, como vimos antes, a lei está em contradição com essas mudanças. A lei não reflete senão a intenção de forçar uma mudança na desagradável realidade de milhões de desempregados, mas onde são



raros os trabalhadores dispostos a desempenhar tarefas servis.

Sanções: um controle efetivo

A única forma de controlar efetivamente a imigração seria aplicar sanções ao empregador. A Casa Branca e o Congresso sabem disso muito bem, mas impor sanções aos empresários também apresenta os seus problemas. Se fosse aplicada a lei, as sanções constituiriam "um imposto ao trabalho e a produção de bens e serviços se veria reduzida", segundo a opinião dos próprios assessores econômicos da administração. Porém, pode-se esperar um

conflito entre os empresários e o governo enquanto prossegue a busca de novas formas de diminuir os custos de produção. Provavelmente essas formas incluirão um aumento do número de negócios desenvolvidos em outros países, onde a mão-de-obra é mais barata, pesquisas tecnológicas que permitam economizar força de trabalho e o combate às organizações de trabalhadores e aos direitos trabalhistas em geral. Dessa forma poderá resolver-se a questão dos "estrangeiros clandestinos" mas não os problemas cuja causa pretende-se atribuir a eles.

Se a lei não se aplica aos empregadores, mas apenas aos

trabalhadores sem documentos, como tem sido a regra até agora, pode-se esperar por um agravamento da situação. Uma lei que não é lei, é um convite à ilegalidade. Os trabalhadores não-documentados, devido à sua maior vulnerabilidade, serão vítimas de um apetite ainda mais voraz dos patrões. Os imigrantes deverão pagar um preço ainda mais alto pelo privilégio de trabalhar nesse paraíso terrestre, mas o problema ficará sem solução, gerando maiores tensões sociais.

É provável que durante alguns anos o governo se decida pela primeira opção, mas com os problemas que inevitavelmente serão suscitados, opte pelo segundo caminho. Apesar das malogradas reformas nas leis de imigração, os fantasmas dos "estrangeiros", como almas penadas, continuarão cruzando o céu do Capitólio. ●

Héctor Ramos

1 Os mexicanos que cruzam a fronteira não são os que se encontram na situação mais desesperadora. Para arriscar-se a chegar aos Estados Unidos, o imigrante precisa de pelo menos mil dólares, uma quantia difícil de economizar já que o salário mínimo no México é de cem dólares.

2 A "Coalición Arco-Iris" é um grupo do Partido Democrata formado por minorias, liberais brancos, trabalhadores progressistas e ativistas. Uma de suas atividades mais importantes é a luta pelos direitos civis e políticos das minorias. Seu líder é o reverendo Jesse Jackson, que obteve 20% dos votos nas últimas eleições do Partido Democrata.

3 O "Movimento Santuário" foi organizado inicialmente por trabalhadores dos templos das principais seitas e religiões. Seu objetivo era oferecer ajuda aos refugiados provenientes da América Central, que fugiam de seus países devido à guerra civil. A administração Reagan não os reconhece como autênticos refugiados e prefere qualificá-los como "imigrantes econômicos". O movimento está em conflito com o governo norte-americano. Atualmente, os refugiados centro-americanos contam com o apoio expresso e público de mais de 300 igrejas, 23 cidades, os estados de Novo México e Wisconsin e 13 universidades.

As cores da África

Paulo Jazz, pintor angolano da jovem geração que surgiu após a independência, busca inspiração nas raízes ancestrais para exprimir a alma do seu povo



“Caçadores”, um quadro onde Paulo Jazz protesta contra o abate indiscriminado da fauna, no caso os elefantes

Com uma existência legal relativamente recente, a União Nacional dos Artistas Plásticos angolanos (Unap), já promoveu mais de 30 exposições coletivas e 20 individuais.

Paulo Jazz (29 anos) é um pintor autodidata, membro da Unap, com participação em numerosas exposições, e cujas obras, em sua maioria, estão distribuídas em coleções particulares, na África,

Europa e América Latina. Em Lisboa, por ocasião de mais uma exposição, ele conversou com cadernos do terceiro mundo.

Qual é a atividade da Unap?

— Enquanto organismo é ela que gere toda a atividade de artes plásticas em Angola. No geral, tem correspondido às necessidades e anseios do nosso movimento. No entanto,

existem diversos fatores, como o econômico, que originam falhas. A nossa situação política, muito marcada pela guerra, tem impedido que se dê uma maior atenção a vários setores da vida nacional.

Contudo, têm-se formado alguns quadros. Não contamos com professores, pois ainda não possuímos uma escola de Belas Artes, mas temos uma escola de iniciação, o “Barração”, que se ligou à Unap e onde são dados conhecimentos artísticos gerais aos futuros pintores, gravadores, escultores, tecelões e ceramistas. Para aqueles que estão interessados em continuar o trabalho artístico seriamente, a Unap conseguiu algumas bolsas de estudo, contando para isso com o apoio de vários organismos internacionais. A Unap promove ainda exposições no país e no estrangeiro, coletivas e individuais.

O pintor angolano António Ole recebeu recentemente o primeiro prêmio da Bienal de Havana. Que importância atribui a este fato?

— É uma conquista muito importante e revela a atenção que a pintura angolana vem despertando a nível internacional. Demonstra ainda a nossa capacidade de criação nesta área.

Os materiais utilizados em suas obras são quase todos importados. A Unap apóia os artistas na aquisição dos mate-

terceiro mundo — 73



A sala de música do Museu do Dongo

Cultura: a imagem de um povo

A arte angolana anterior à independência tem características particulares?

durante seis meses ou um ano.

– Angola sempre teve suas artes plásticas. Elas são anteriores, inclusive, ao colonialismo. Foi na sua cultura e costumes que Angola se definiu como nação. A cultura é a imagem de um povo. Por motivos alheios à nossa vontade e que têm a ver com o colonialismo, a nossa cultura em geral, e mais concretamente no campo das artes plásticas, foi marginalizada, esquecida.

Há quanto tempo você pinta?

– Desde o curso primário, apesar de, após a independência, ter ficado muito tempo parado. Retomei a pintura em 1982 porque aos poucos fui me aperce-

bendo de que é algo maravilhoso e belo. Por esta via posso exprimir aquilo que sinto, sendo simultaneamente um tônico que me realiza. O pintor tem que falar com as tintas, maltratar a tela, falar com as linhas, comer tinta. Só assim será um verdadeiro artista.

riais?

– A Unap contribui com 30% e cada artista terá que repor depois os restantes 70%, se quiser fazer exposições. A ele caberá a compra dos materiais. Como isso não é fácil, dependerá da força que o motiva.

É possível viver da arte, em Angola?

– Sim, é.

“O pintor tem que falar com as tintas”

Você é autodidata?

– Sim, apesar de frequentar atualmente o curso ministrado em Angola pela Escola Superior de Belas Artes da Suécia. Durante quatro anos eles nos dão um estágio intensivo, ao fim do qual será oferecida a alguns a possibilidade de frequentar um curso na Suécia,

74 – terceiro mundo

MPLA



O ritmo africano na dança folclórica “tourada”

80 - Fevereiro - 1987

çaria. A cultura resistiu, mas a nossa arte é ainda virgem e há muito trabalho para ser feito.

Houve mudanças com a independência?

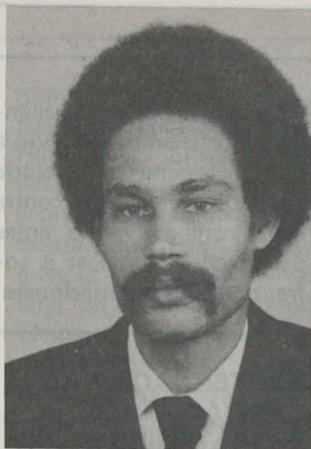
— Após a independência a produção artística surge com mais força. Com a criação da Unap as artes plásticas têm tido, de ano para ano, mais apoio. Muitos jovens têm-se filiado a ela com muita imaginação e criatividade, tornando sólido e forte o nosso desenvolvimento cultural. Nota-se ainda, em alguns pintores, a influência da escola portuguesa, porque não é de um momento para o outro que um artista vai encontrar a sua raiz. Mas observa-se uma grande transformação.

Existe uma diferença clara na pintura do período colonial e pós-independência.

Verifica-se uma maior libertação dos artistas que vão cada vez mais fundo na nossa realidade. Mas para isso ser conhecido, é necessário fazer muitas exposições e mostrarmos a nossa identidade e autenticidade.

O calor africano nas telas dos pintores

A pintura angolana utiliza



Paulo Jazz
essencialmente cores quentes. O que reflete esse fato?

— Utilizamos essencialmente o vermelho, o ocre e o negro. Isso tem a ver com a terra, o sol e as queimadas. As di-

cos angolanos. Isto porque a estilização é muito rica e nos proporciona efeitos impressionantes.

Que perspectivas têm atualmente em Angola os artistas plásticos?

— Muitas. Necessitam de apoio para poderem se desenvolver porque é ali que devem trabalhar, que se sentem realizados e têm que haver condições sociais para realizarem o seu trabalho. Para isso é necessário mais apoio, mais atenção, mais carinho por parte da sociedade.

E no seu caso particular?

— Tenho programado uma viagem ao Brasil para contatos

Christine Pinheira



Máscara tchokwé, da província de Lunda Norte

versas culturas do nosso país — sendo as mais influentes a tchokwé e a yaka, mas principalmente a primeira — têm sido grande fonte de inspiração da maioria dos artistas plásti-

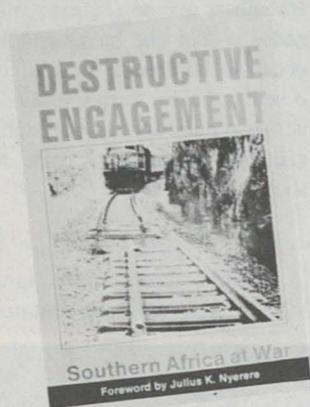
no sentido de vir a fazer nesse país uma exposição individual. As exposições são a revelação da dedicação e amor de um artista. ●

Guiomar Belo Marques

Livros do 3.º Mundo

DESTRUCTIVE ENGAGEMENT: SOUTHERN AFRICA AT WAR

Phyllis Johnson e David Martin
Zimbabwe Publishing House,
Harare, Zimbabwe, 1986



Trata-se da mais atualizada e mais completa obra surgida nos últimos anos sobre a ofensiva desestabilizadora do regime do *apartheid* sul-africano contra países vizinhos. Phyllis Johnson e David Martin são os responsáveis pelo Southern Africa Research and Documentation Center (SADRC) com sede em Harare. É uma organização independente que tem como patrono o ex-presidente da Tanzânia Julius Nyerere e que se dedica a estudar as causas e efeitos das agressões militares, econômicas e políticas movidas pela África do Sul contra Moçambique, Angola, Zimbábue, Zâmbia, Le-

soto, Botsuana e Suazilândia. A tese central do livro é que o regime de Pretória decretou sanções contra seus vizinhos, muito antes do *apartheid* começar a sofrer punições internacionais.

A INTERNACIONAL CAPITALISTA, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO INTERNACIONAL (1918-1986)

René Armand Dreyfuss
Editora Espaço e Tempo, Rio
de Janeiro, Brasil, 1986

O professor uruguaio radicado no Brasil, René Dreyfuss, faz no título de seu livro um jogo de palavras



onde pretende mostrar que as elites capitalistas são mais transnacionalizadas e integradas do que as controversas internacionais socialistas do passado. Baseado

em farta documentação histórica, Dreyfuss comprova que as classes dominantes das potências ocidentais se organizaram e estruturaram por cima das fronteiras desde o começo deste século para depois agirem organizado em países do Terceiro Mundo. O autor publica uma série de documentos mostrando como agem as transnacionais na América Latina, com ênfase especial na interligação de aspectos econômicos com os políticos, principalmente quando se trata de desestabilizar regimes nacionalistas como foi o caso de Salvador Allende no Chile e na crise que antecedeu o golpe militar no Brasil em 1964.

CUARENTA AÑOS DE PERONISMO

Aurelio Narvaja, Angel Perelman e Jorge Abelardo Ramos
Ediciones del Mar Dulce, Buenos Aires, Argentina, 1985

O livro é uma coleção de artigos de alguns dos principais líderes do movimento chefiado pelo falecido general Juan Domingo Perón. O advogado Aurelio Narvaja tinha escrito o texto original, de 1945, analisando o surgimento de atividades peronistas na Argentina. A nova edição permite ao leitor avaliar as bases econômicas e sociais de um movimento



que galvanizou a vida política da Argentina durante mais de três décadas e ainda hoje se faz sentir no país. Angel Perelman, que era líder trabalhista quando Perón assumiu o poder, analisa o apoio oferecido pelos sindicatos argentinos ao regime instalado no país em 1944. O professor Jorge Abelardo Ramos examina os atuais aspectos do peronismo.

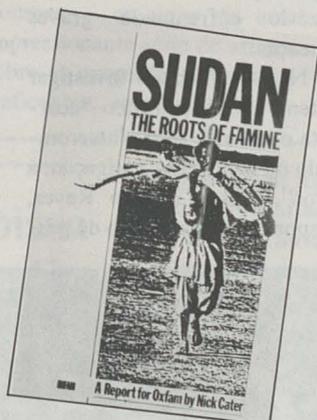
SUDAN: THE ROOTS OF FAMINE

Nick Cater

Oxfam, Oxford, Reino Unido, 1986

Preparado pela Oxfam, este relatório explica por que um país pobre como o Sudão passou fome em 1984, continuou a passar fome em 1985 e precisará de muita ajuda para não passar

fome no futuro próximo. A pesquisa coordenada por Nick Cater fornece dados básicos sobre os fatores econômicos, políticos e ambientais que fazem com que milhões de sudaneses vivam hoje no limiar da sobrevivência. Segundo o autor, a despeito da ajuda internacional, as doações a curto prazo não podem resolver problemas de longo prazo, uma vez que apenas adiam o inevitável retorno da fome.



O relatório observa que somente a compreensão das causas da atual crise do Sudão pode evitar a repetição da fome devastadora dos últimos três anos.

WORLD HUNGER: TWELVE MYTHS

Frances Moore Lappé e Joseph Collins

Grove Press, New York, EUA, 1986

Apesar da ajuda norte-americana sob a forma de alimentos no valor de mais de 30 bilhões de dólares¹ nos últimos 25 anos, a fome vem aumentando no mundo inteiro, ao invés de diminuir. Mais de 500 milhões de pessoas vivem atualmente em estado de subnutrição crônica. Em *World Hunger: Twelve Myths*, Frances Moore e Joseph Collins, dois dos maiores especialistas mundiais em problemas de alimentação e agricultura, vão além dos programas de ajuda como *Live Aid* e *USA for Africa* para estudar a questão da fome no mundo – destruindo mitos, examinando causas e, o que é mais importante, propondo soluções mais eficazes que uma superficial ajuda externa. Lappé e Collins fazem um exame frontal das medidas políticas que continuam a impedir que os famintos produzam seus próprios alimentos, e demonstram que a fome não é inevitável.

¹ 30 mil milhões de dólares.

Narcotráfico, tema de risco

Na América Latina, os jornalistas que se aventuram a investigar as atividades dos grandes traficantes são presos, ameaçados e muitas vezes assassinados

O assassinato de Guillermo Cano, diretor do diário *El Espectador*, de Bogotá, ocorrido em dezembro, mostrou de forma dramática os riscos que corre o jornalismo profissional na América Latina quando a sua tarefa informativa se volta para o fenômeno do narcotráfico.

Uma sondagem realizada nos países latino-americanos onde o tráfico de drogas tem

maior importância, mostra que a maioria dos jornalistas optou por não se ocupar profissionalmente deste tema, enquanto alguns poucos se arriscam a fazê-lo enfrentando graves ameaças.

Na Colômbia, investigar o tema do narcotráfico "acarreta o risco de se ser interrompido no meio da investigação, a tiros", disse Gerardo Reyes, responsável pelo grupo de pes-

quisa do diário *El Tempo*, o jornal de maior circulação no país.

Da mesma opinião é outro jornalista colombiano — que pediu para não ser identificado — que também trabalha o mesmo tema, mas se limita a enviar suas informações a alguns jornais dos Estados Unidos, cujos artigos são publicados como se tivessem sido escritos nesse país.

Num jornal da Colômbia, onde são publicados regularmente artigos sobre o narcotráfico, vieram a público as manobras da família Rodríguez, uma das mais poderosas de Medellín, para evitar a extração de um dos seus membros para os Estados Unidos. Neste órgão de imprensa, apenas o diretor conhece o telefo-



Michel Gregor

Cocaina escondida por traficantes bolivianos. Investigar o narcotráfico é uma tarefa de alto risco

ne e o local de residência do autor dos artigos, o qual é qualificado como alguém "muito corajoso".

No Peru, um dos jornalistas que mais informa sobre o narcotráfico, Gustavo Gorriti, do semanário *Caretas*, declarou ainda não ter sido alvo de nenhum atentado, mas já ter recebido várias ameaças pelo telefone. A mesma revista informou que o advogado de defesa de uma importante personalidade do narcotráfico, atualmente detido em Lima, fez circular o rumor de que tinham chegado ao país dois mercenários colombianos, com ordens de "adotar medidas duras frente à imprensa", provavelmente com o objetivo de intimidação.

Michel Gregor



Tráfico de cocaína entre a Bolívia e o Brasil

Na Costa Rica, Edgar Fonseca – co-autor de uma impressionante série de artigos sobre as operações dos narcotraficantes, recentemente pu-

blicados no diário *La Nación* – declarou ter "recebido ameaças de morte anônimas por telefone, que me obrigaram a tomar medidas de segurança".

Imprensa colombiana contra o narcotráfico

Os meios de comunicação da Colômbia decidiram "montar guarda permanente" para "exigir" do governo, partidos políticos e da sociedade, que se unam em torno de ações efetivas "para ganhar a guerra" contra os narcotraficantes.

Num comunicado divulgado a 15 de janeiro, os meios de comunicação afirmaram que o atentado contra o ex-ministro da Justiça e atual embaixador na Hungria, Enrique Panejo – baleado à queima-roupa quando saía da sua residência em Budapeste –, e o recente assassinato do diretor do jornal *El Espectador*, Guillermo Cano, "obriga-nos a formar uma frente unida" contra o narcotráfico. A imprensa colombiana considera que o país e o seu governo

"enfrentam uma guerra aberta", declarada pelas máfias do narcotráfico.

No comunicado, os meios de comunicação destacam o trabalho "corajoso" da imprensa frente ao narcotráfico e recordam que isso já lhes custou "uma grande quantidade de sangue". A imprensa colombiana afirma que nem as ações do governo, nem dos diversos segmentos da sociedade "correspondem ao perigo em que se encontra o país de cair sob o domínio total do narcotráfico". Perante "esta declaração de guerra à Colômbia", acrescenta o comunicado, "concordamos em montar guarda permanente" para exigir que se realizem ações efetivas para "ganhar a guerra contra os criminosos do narcotráfico".

O comunicado da imprensa colombiana, que teve destaque de primeira página nos jornais do país e foi lido em todas as emissoras de rádio e televisão, não aparece com qualquer assinatura por razões de segurança.

Guillermo Cano: nova vítima dos traficantes colombianos

□ O assassinato de Guillermo Cano parece não ser apenas mais uma tentativa da máfia do narcotráfico para calar a imprensa, mas a sua resposta ao governo por ter resolvido com inesperada rapidez um vício formal que havia servido à Corte Suprema para anular o tratado de extradição com os Estados Unidos, assinado em 1979 pelo embaixador colombiano Virgilio Barco e o secretário de Estado Cyrus



Reuter

Manifestação de jornalistas em protesto pelo assassinato de Cano

Vance.

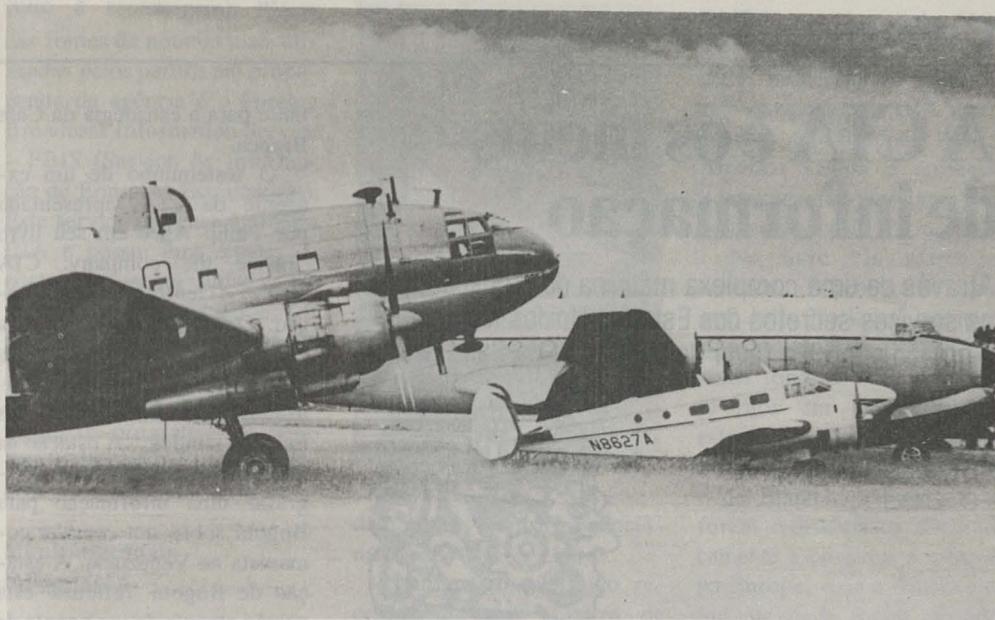
O tratado, que engloba quase todos os delitos especificados no Código Penal colombiano, foi duramente criticado por eminentes juristas e até mesmo pelo ex-procurador Carlos Jiménez Gómez que o considera uma violação à Constituição e à soberania nacional. A sua aplicação foi decidida pelo governo de Belisario Betancur logo depois que os narcotraficantes assassinaram o ministro da Justiça, Rodrigo Lara Bonilla, a 30 de abril de 1984. Desde então,

nove pessoas acusadas de narcotráfico foram extraditadas para serem julgadas por tribunais norte-americanos, e outros 40 pedidos de extradição já foram solicitados.

Durante os dois últimos anos, a máfia da droga declarou guerra de morte a juízes, magistrados, jornalistas e agentes de segurança que não aceitaram suas pressões nem subornos. Em 1986 foram interceptados e mortos a tiros, por assassinos que dispararam de motocicletas em movimento, os já popularmente conhecidos *sicarios de la moto*, os magistrados Hernando Baquero Borda e Gustavo Zuluaga Serna; a fiscal Alba Lucía Ardila e seu marido e cunhado; o capitão Luis Alfredo Macana e o coronel Jaime Ramirez Gómez, ex-chefe de narcóticos da Polícia Nacional; e os jornalistas Roberto Camacho Prada, Raúl Echevarría Barrientos, subdiretor do jornal *Occidente*, e Guillermo Cano Isaza.

Ainda que o governo tivesse adotado imediatamente algumas medidas para esclarecer o assassinato, controlar a ação dos assassinos e aumentar a luta contra o narcotráfico, existe uma desconfiança generalizada sobre a eficácia dessas medidas, pois as pessoas

se perguntam por que se permite a legalização incontrolável de dólares e por que a reforma tributária recentemente aprovada dá uma anistia para capitais não-declarados. Muitos fazem a mesma reflexão que fazia Guillermo Cano: "Todo mundo sabe quem são e por onde andam os fugitivos da justiça, que são vistos publicamente; só não vêem vistos, ou fazem de conta que não os vêem, os que estão encarregados de colocá-los, ainda que transitoriamente, entre as grades de uma prisão..."



Gellie / Masca / Sipa Press

Aviões utilizados a partir da Colômbia para introdução da droga nos Estados Unidos

Das ameaças aos fatos

No Peru, as ameaças passaram aos fatos, pelo menos no caso Orlando Carrera, jornalista do diário *La República*, um dos de maior tiragem no país. Carrera, que tinha acabado de escrever sobre o narcotráfico na selva central, foi assassinado em 1982, em plena luz do dia, na praça central de Uchiza, por homens de Catalino Escalante, um dos mais ativos e sanguinários fornecedores de pasta de coca para os laboratórios colombianos que refinam a cocaína.

No meio jornalístico de Lima, garante-se que, quando Guillermo Thorndike – diretor do mesmo diário, *La República* – deixou o país para se instalar nos Estados Unidos, foi acompanhado até o aeroporto por um tabelião que tinha como missão certificar-se de que não



Gellie / Masca / Sipa Press

Operação policial

transportava cocaína. Thorndike temia que policiais envolvidos com o narcotráfico “plantassem” droga na sua bagagem, como vingança pelos artigos sobre o tema publicados no diário.

Na Bolívia, Gerardo Irusta declarou que “nenhum jornalista está interessado em escrever sobre o narcotráfico devido aos riscos dessa tarefa”. Irusta é uma exceção que confirma a regra: em outubro publicou um livro sobre o assunto, depois de uma pesquisa que contou com o apoio de seis oficiais da polícia.

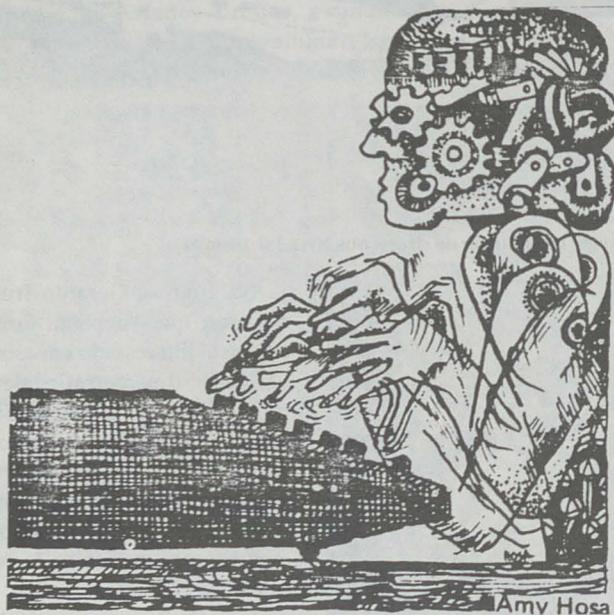
Irusta afirma que o jornalismo que aborda a questão do narcotráfico enfrenta dois tipos de risco: o proveniente de pequenos grupos, que ameaçam por telefone ou por escrito, e o das grandes máfias, “que simplesmente agem”.

Essas “ações” estão substituindo aquelas que em décadas anteriores assassinaram, em países como Argentina e Guatemala, os jornalistas que se atreveram a informar sobre a repressão anti-subversiva. ●

Luis Pásara

A CIA e os meios de informação

Através de uma complexa máquina de propaganda, os serviços secretos dos Estados Unidos manipulam a opinião pública a favor das posições da Casa Branca



Muitos elementos de análise levam à conclusão de que a política externa dos Estados Unidos é traçada fundamentalmente a partir das informações prestadas regularmente pelo diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) — considerada por muitos analistas como um Estado dentro do Estado — ao Conselho de Segurança Nacional. Contando com enormes recursos técnicos e humanos, a inteligência norte-americana, através de seus

agentes nas grandes agências de notícias, revistas, jornais, rádios e redes de televisão (nacionais e estrangeiros) manipula a informação e inunda diariamente os meios de comunicação de todo o mundo com noticiários preparados para fazer a opinião pública, interna e externa, aceitar as posições do Departamento de Estado. Por isso, a presença da CIA nos grandes meios de informação e difusão mundiais é tão grande quanto esta atividade é impor-

tante para a estratégia da Casa Branca.

O testemunho de um ex-agente da CIA, apresentado por Philip Agee em seu livro "Inside the company: CIA Diary" (Dentro da organização: Diário da CIA), dá uma idéia dos sofisticados métodos de transmissão de notícias utilizados pela inteligência dos Estados Unidos: "A estação da CIA em Caracas pode telegrafar uma informação para Bogotá sobre um *complot* comunista na Venezuela. A estação de Bogotá 'refletirá' esta versão através de um agente de propaganda local, que a atribuirá a um funcionário governamental venezuelano não-identificado. O material publicado pela imprensa colombiana será retransmitido para as estações da CIA em Quito, Lima, La Paz, Santiago do Chile e, quem sabe, Brasil. Alguns dias mais tarde os editoriais (sobre a versão fabricada) começarão a aparecer nos jornais desses países e a pressão aumentará sobre o governo venezuelano no sentido deste empreender ações contra os comunistas".

Depois desta intrincada teia de transmissões e retransmissões fica praticamente impossível descobrir que a notícia teve origem numa estação da CIA.

Ainda sobre os meios à disposição do órgão de espionagem norte-americano, Victor Marchetti e John D. Marks revelam no livro "La CIA y el culto al espionaje" (A CIA e o

culto à espionagem): "Uma das fontes de notícias mais utilizadas pelos peritos em propaganda da agência é o Foreign Broadcast Information Service - FBIS (Serviço de Informação de Emissões Estrangeiras). Este serviço pertence à própria CIA e possui uma dezena de postos de escuta situados em lugares tão diversos como, por exemplo, Hong Kong, Panamá, Nigéria, Chipre e São Francisco dedicados a captar diariamente os programas de rádio que se emitem em todo o mundo".

Manipulação da informação

São inúmeros os casos de manipulação de notícias como suporte da política externa de Washington.

Na Ásia, um dos exemplos mais claros foi a guerra dos Estados Unidos contra o Vietnã, na época apresentada pelas grandes agências de notícias como um conflito entre duas nacionalidades diferentes: os vietnamitas do norte e os do sul, os últimos dos quais estariam sendo agredidos pelas "forças comunistas". A história já se encarregou de desmascarar essa mentira.

No caso de Angola a técnica de desinformação foi largamente empregada pela CIA para, primeiro, tentar impedir que o MPLA chegasse ao poder e, depois, para desacreditar o movimento de libertação perante a opinião pública internacional, criando um clima favorável à ação combinada das forças da África do Sul e



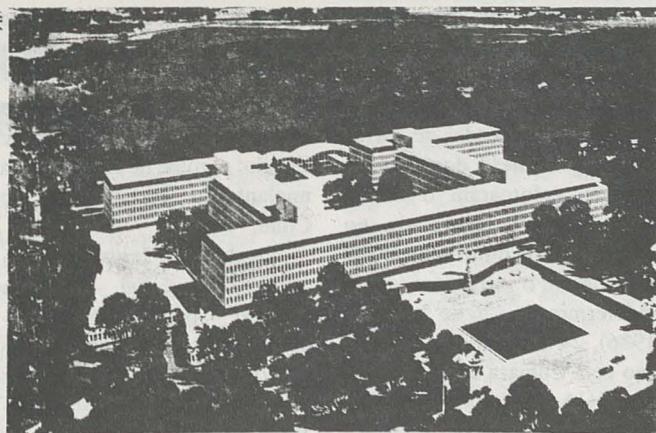
O ex-agente Philip Agee

dos grupos contra-revolucionários da FNLA e Unita.

Num artigo publicado recentemente pelo Centro de Estudios de los Medios de Difusión Masiva (CEMEDIM), de Cuba ("La CIA en los medios de difusión de América Latina", de Jose A. Benítez), o autor cita um livro de um ex-funcionário da CIA onde este revela que um de seus agentes, operando sob o nome de Bubba Sanders, foi enviado a Kinshasa para organizar uma campanha contra o movimento

liderado por Agostinho Neto. "Os artigos caluniosos publicados na capital do Zaire foram enviados pela CIA a seus centros na Europa, Ásia e América Latina e entregues a seus agentes-jornalistas para publicação local".

No livro "In search of enemies" (À procura de inimigos) John Stockwell, agente da CIA até abril de 1977, afirma ainda sobre o tema angolano: "Peritos em propaganda na estação de Kinshasa introduziram artigos nos jornais locais e de Elimo e Salongo. Estes foram reproduzidos telegraficamente e enviados a estações na Europa, Ásia e América do Sul, de onde foram passados secretamente a jornalistas recrutados (pela CIA) que representavam as principais agências de notícias; muitos deles foram reproduzidos na imprensa mundial. A estação de Lusaka, por sua vez, introduziu uma série de notícias em jornais da Zâmbia que depois foram transmitidas aos principais órgãos de informação europeus".

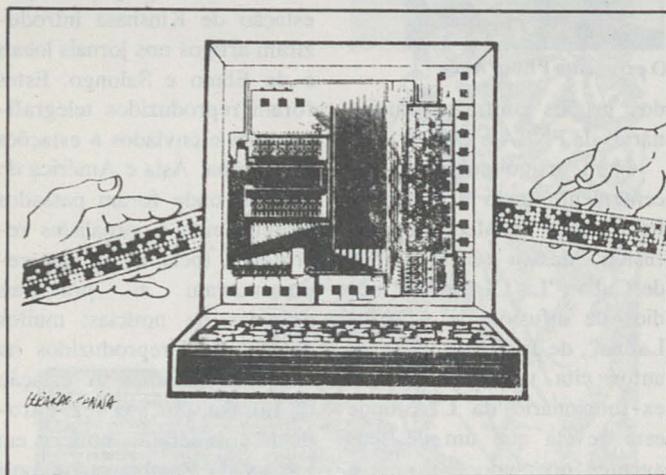


Sede central da CIA em Virginia: um Estado dentro do Estado

O alvo latino-americano

A América Latina sempre foi um terreno fértil das campanhas de desinformação da inteligência norte-americana como suporte do que as autoridades de Washington classificam de "defesa dos legítimos interesses dos Estados Unidos na área". A utilização da imprensa conservadora local constitui uma das formas mais

No Chile de Allende uma parte importante das ações da CIA desenvolveu-se junto aos meios de informação, principalmente do jornal *El Mercurio*, pertencente ao grupo Edwards, com interesses também no jornal *La Segunda*, publicado na capital chilena. O próprio Agustin Edwards deslocou-se a Washington após a vitória do presidente Allende para avisar a Nixon dos "peri-



comuns dessa estratégia.

Na Nicarágua, por exemplo, a CIA usou o diário *La Prensa*, porta-voz oficioso dos "contras", para atacar internamente a revolução sandinista, até que as autoridades de Manágua, ameaçadas de sofrer um ataque direto dos Estados Unidos, reforçaram o estado de emergência decretado no país em 15 de outubro de 1985 e fecharam o jornal por tempo indeterminado (26 de junho de 1986), 24 horas após a aprovação pela Câmara de Deputados dos EUA da ajuda de 110 milhões de dólares aos "contras" proposta pelo governo Reagan.

84 - terceiro mundo

gos" da Unidade Popular para os interesses norte-americanos. A campanha de calúnias conduzida na imprensa teve psicologicamente uma importância fundamental no desencadeamento da segunda etapa do plano do Departamento de Estado: o golpe de Pinochet e a implantação da ditadura no Chile.

Também na Jamaica a CIA utilizou um jornal - o *Daily Gleaner* -, pertencente ao grupo Gleaner (detentor de dois diários, um semanário e dois suplementos) para desestabilizar o governo nacionalista de Michael Manley (1972-80) e

levar ao poder o direitista Edward Seaga. Durante a campanha eleitoral, o *Daily Gleaner* e o *The Star*, obedecendo às orientações da CIA, publicavam notícias acusando o partido de Manley de estar ligado aos comunistas: "Os comunistas já se apoderaram do PNP (Partido Nacional Popular). Agora trabalham para se apoderar da Jamaica", diziam.

Com base na rádio *Voz da América* (pertencente ao governo dos Estados Unidos), com emissões regulares dirigidas para os mais diversos países do mundo em suas respectivas línguas nacionais, a grande imprensa ocidental difunde diariamente um noticiário que inclui numerosas informações "plantadas" pela CIA. Dentro desta gigantesca engrenagem, o serviço de inteligência dos Estados Unidos controla ainda organizações de jornalistas. A Federação Latino-americana de Jornalistas (Felap), por exemplo, denunciou várias vezes os vínculos entre a CIA e a Federação Interamericana de Organizações de Jornalistas Profissionais (Fiopp), a Federação Latino-americana de Trabalhadores da Imprensa (Felatrap), a Freedom House e a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).

Toda esta complexa e dispendiosa máquina de propaganda tem um único e grande objetivo: fazer o público acreditar que a verdade vendida pela Casa Branca está acima de qualquer suspeita, mesmo quando ela não passa de uma grande e disfarçada mentira. ●

Raul Gonçalves

84 - terceiro mundo

198

Notas de Comunicação

Paraguai: Interferência em rádio da oposição

Assumindo uma pouco habitual defesa da liberdade de expressão, o Departamento de Estado norte-americano pediu recentemente ao governo paraguaio o fim das interferências que vem sofrendo a rádio *Nanduti*, uma emissora que difunde as opiniões dos opositores à ditadura do general Alfredo Stroessner.

Desde dezembro do ano passado, um sinal pirata torna inaudíveis durante a maior parte do tempo as emissões da rádio *Nanduti*, com a conseqüente perda de audiência e de publicidade.

"O governo do Paraguai não investigou nem castigou os responsáveis por esta negação da liberdade de expressão", afirmou Philys Oakley, porta-voz do Departamento de Estado. A funcionária norte-americana disse ainda que "esta falta de ação põe em xeque o respeito do governo paraguaio aos direitos humanos básicos aceitos internacionalmente, incluindo o direito à propriedade privada e à liberdade de expressão".

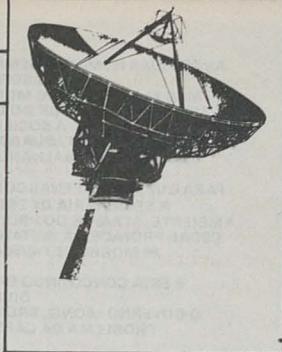
Em 1984, o governo de Assunção fechou o importante diário *ABC Color* e realizou várias tentativas de

intimidação contra a rádio *Nanduti*. Em abril e maio, tanto os estúdios como o posto transmissor da rádio foram atacados por bandidos, acompanhados de uma banda de música que tocava peças de exaltação ao regime de Stroessner e ao partido do governo.

Segundo Oakley, o embaixador dos Estados Unidos no Paraguai, Clyde Taylor, apresentou um protesto do seu governo contra os ataques à rádio *Nanduti*. Rompendo com a prática dos seus predecessores, Taylor reuniu-se com dirigentes da coalizão de oposição - formada por quatro partidos - denominada Acordo Nacional. Durante 1986, Washington adotou uma posição mais crítica com relação à situação dos direitos humanos no governo de Stroessner.

Chile: Jornal fechado processa governo

O presidente da direção do jornal de oposição *Fortín Mapocho*, o ex-senador democrata-cristão Jorge Lavandero, anunciou a decisão de apresentar uma ação judicial contra o governo, requerendo uma indenização por perdas e danos.



O jornal foi fechado em setembro do ano passado sem que as autoridades do regime militar explicassem os motivos da medida.

O diretor da publicação, Felipe Pozo, assinalou a ilegalidade da medida e disse que "O jornal foi fechado antes da implantação do estado de sítio e um decreto referente à decisão foi publicado no diário oficial só dois dias depois". "Em primeiro lugar - alegou Pozo -, o fechamento constitui uma violação da própria Constituição de 1980, ditada pelo governo atual, e, em segundo lugar, a medida atenta contra o direito de propriedade, seu uso, gozo e disposição".

Por seu lado, Lavandero declarou que "esta será a primeira ação judicial num caso deste tipo apresentada durante o regime militar" que se encontra no poder desde 1973. "Esperamos abrir um precedente para que o governo saiba que quando fecha um meio de informação deve indenizá-lo adequadamente", acrescentou o ex-senador.

AS PESSOAS HUMILDES SEMPRE TRANSFORMARAM
SEUS SOFRIMENTOS EM SAMBA.
MAS ELAS MERECEM MUITO MAIS DO QUE ISSO.
MERECEM A ALEGRIA DO CONFORTO E DA SAÚDE
QUE A SOCIEDADE FICOU DEVENDO.
A IMAGEM DA LATA D'ÁGUA NA CABEÇA AINDA EXISTE.
ESTAMOS TRABALHANDO PARA QUE ELA SEJA
COISA DO PASSADO.
PARA QUE FIQUE APENAS COMO UM SAMBA BONITO.
A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E MEIO
AMBIENTE, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE FAVELAS DA
CEDAE-PROFACE, JÁ INSTALOU REDES DE ÁGUA EM
66 MORROS E FAVELAS E REDES DE ESGOTO
SANITÁRIO EM 23.
E ESTÁ CONCLUINDO O MESMO TRABALHO EM
DIVERSAS COMUNIDADES.
O GOVERNO LEONEL BRIZOLA ESTÁ TIRANDO UM
PROBLEMA DA CABEÇA DAS PESSOAS QUE
CARREGAM ÁGUA.
E UM PESO DA CONSCIÊNCIA DOS QUE A ISTO
ASSISTEM.



CEDAE

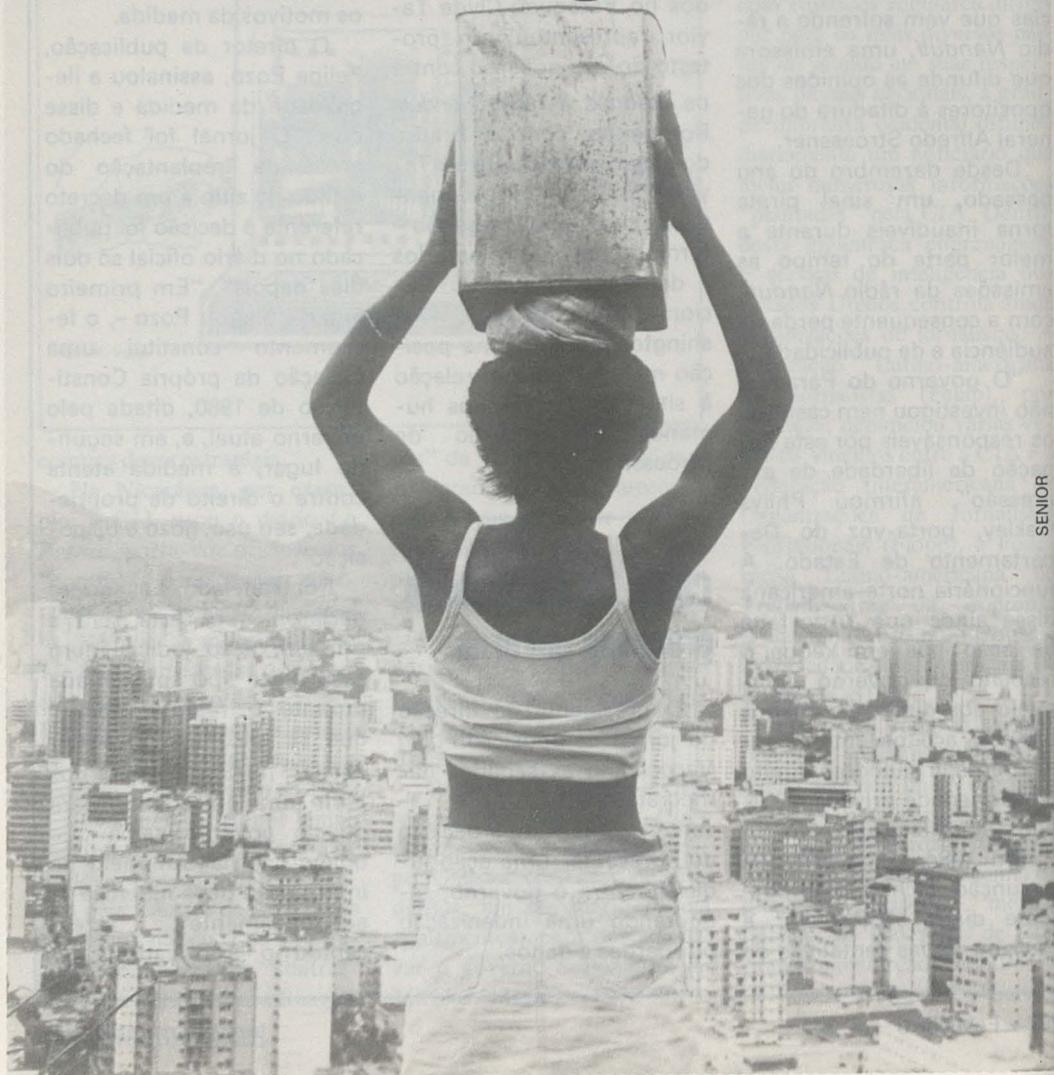
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

SOMA

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE

GOVERNO LEONEL BRIZOLA

Estamos tirando um peso da cabeça de muita gente.

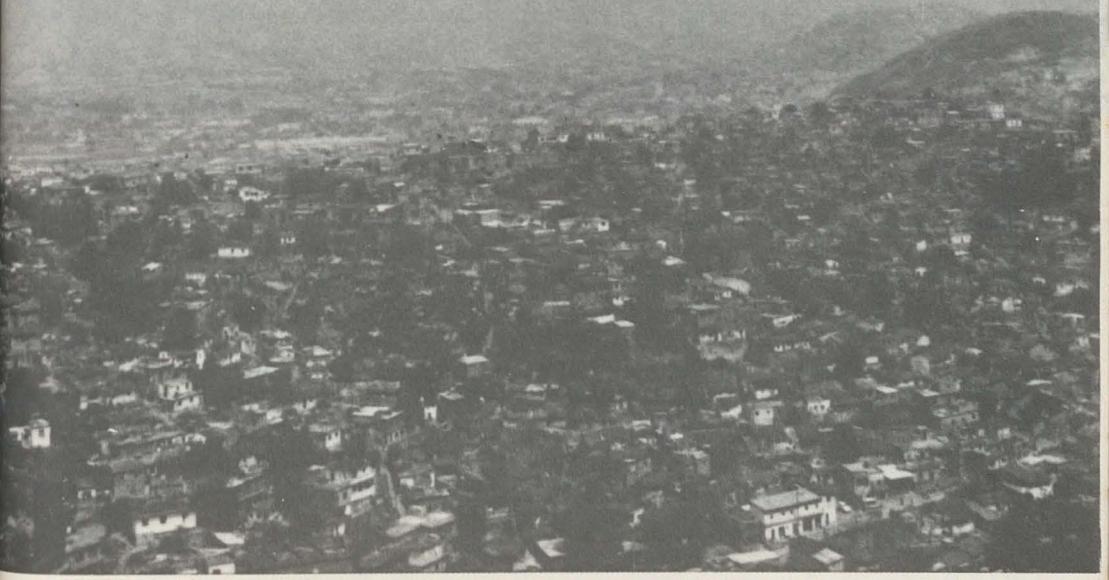


Especial/Pesca



Governo Brizola:

**água e esgotamento sanitário
para dezenas de favelas.**



Redes cheias e estômagos vazios

Os países do Terceiro Mundo produzem a maior parte do pescado mundial, mas o produto continua indo para a mesa dos consumidores do Norte



Dez dos 15 maiores produtores mundiais de pescado estão situados no Terceiro Mundo, cuja participação no mercado continua aumentando. Em 1952, o Terceiro Mundo era responsável por apenas 27% da produção pesqueira mundial; hoje produz 50%.

Boa notícia? Talvez, mas não para as classes pobres da região, que continuam comendo muito pouco peixe. O consumo de pescado *per capita* na América Latina, por exemplo, deveria teoricamente ser de 28 quilos por ano, a julgar pelos números da produção. Na realidade não

passa de oito quilos por ano.

A diferença de 20 quilos é exportada diretamente ou transformada em produtos de exportação – farinha e óleo de peixe. Dos 84 milhões de toneladas anuais de pescado, 20 milhões são transformados em farinha de peixe para ração animal; segundo a revista *International Agricultural Development*, os restantes 10 milhões de toneladas são desperdiçados. Mais inquietante ainda é a recente tendência da produção total de pescado, que vem crescendo a menos de 1% ao ano, registrando-se declínios em várias regiões.

Mulheres brasileiras preparando lagostas para exportação

Ironicamente, o pescado é responsável por uma proporção maior do consumo de proteína animal no Terceiro Mundo do que em outras regiões – embora os habitantes dos países mais pobres comam menos peixe *per capita* que os pobres dos países indus-



R.N. Econômico

trializados. Em certas regiões, a proteína de peixe representa 40 do total de proteínas animais ingeridas. Dos 40% países mais dependentes dos produtos do mar como fonte de proteínas, 39 pertencem ao Terceiro Mundo.

Um dos motivos do aumento da participação dos países do Terceiro Mundo no mercado de pescado foi a imposição do limite de águas territoriais de 200 milhas, reconhecido oficialmente em 1982 pela Convenção do Direito do Mar das Nações Unidas. Desde meados da década de 70, muitos países já haviam imposto unilateralmente o novo limite, o que levou a acentuados aumentos a partir de 1979. Entre 1981 e 1982, por exemplo, a participação dos países do hemisfério sul nas exportações mundiais passou de 40% para 44% em termos financeiros. “A pesca vem sendo praticada cada vez mais por frotas pesqueiras nacionais em águas territoriais”, diz um relatório da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Oede). Essa mudança levou a um aumento das receitas de exportação, mas, embora os cofres de alguns governos do Terceiro Mundo estejam hoje um pouco mais cheios, o mesmo não se pode dizer dos estômagos das classes pobres e subnutridas da região.

Entre os principais exportadores de pescado do mundo estão a Coreia, o México e o Chile. A imprensa do Senegal, grande exportador situado

na costa da África Ocidental, classifica o pescado como “o petróleo azul” do país, “o setor número um da economia, responsável por 20% das receitas de exportação”. Esse pescado é quase sempre destinado a países industrializados do Norte. Somente um país do Terceiro Mundo, a Nigéria, importa grandes quantidades de peixe, embora alguns países como o Senegal e o Egito tenham assinado acordos de intercâmbio Sul-Sul.

Produtos de luxo para o Norte

Em sua maioria, os países pobres exportam produtos de luxo, como atum e camarão, com alto valor agregado. Uma vez que outros tipos de peixe são quase sempre consumidos internamente, não deveria haver grande conflito entre os mercados internacionais e locais. Mas isto não é assim, especialmente no caso do camarão. Dado o caráter destrutivo das modernas técnicas, a pesca do camarão tem sido desastrosa para o pescado local. Cada quilo de camarão extraído do mar acarreta a perda de cinco quilos de peixes que são destruídos.

O boletim noticioso francês “Correio de Solagrall” descreveu em um de seus artigos como a França depende do Terceiro Mundo para grande parte do pescado que consome. Apesar de ser a terceira maior potência marítima mundial para

seu tamanho, a França é a terceira maior importadora de produtos do mar. Em 1983, registrou nessa área um déficit de 5,5 milhões de francos. Senegal e Marrocos são dois dos principais fornecedores do mercado francês.

No topo da lista das importações francesas estão o camarão, o salmão e o atum. Em 1983, mais de 40% do camarão importado pela França veio de regiões tropicais. Grandes quantidades de atum foram compradas na Costa do Marfim, na Venezuela, no México e na África do Sul, bem como no Senegal. Por outro lado, o atum apanhado por navios franceses vem quase exclusivamente de águas africanas ou do Oceano Índico. As importações francesas de farinha de peixe variam entre 50 mil e 60 mil toneladas por ano, 20% das quais são adquiridas de países do Terceiro Mundo.

Além disto, a farinha de peixe exportada por estes últimos é feita de peixes geralmente comestíveis. O Chile, por exemplo, processa 93% do total do pescado nacional, transformando-os em farinha. Em todo o mundo, os refugos e restos representam apenas uma pequena fração dos 20 milhões de toneladas convertidos anualmente em farinha. O resto é feito de peixe que poderia ser consumido por seres humanos.

A farinha de peixe é quase sempre usada como ração de gado, e só indiretamente faz parte da cadeia alimentar de seres humanos. Contudo, os fabricantes de alimentos para animais de estimação começam a consumir uma proporção cada vez maior de pescado. Na Austrália, por exemplo, um produtor de comida para animais, a *Uncle Ben's*, aumentou "consideravelmente" o uso de peixe em seus produtos, segundo a revista australiana *Fisheries*. Em 1983, a *Uncle Ben's* processou 4.300 toneladas de peixe na fabricação de comida para animais. Em 1986 a expectativa era processar 13 mil toneladas, quase todas de pescado local. E a *Uncle Ben's* emprega somente peixe de qualidade, como se orgulham de dizer os executivos da companhia. "Os gatos são extraordinariamente exigentes no tocante à comida", diz um funcionário da firma.

Uma fonte essencial de proteínas

O peixe e outros produtos do mar fornecem 24% da proteína animal e 6% do total de proteínas consumidas em todo o mundo. De modo geral, o peixe desempenha importante papel no Terceiro Mundo, especialmente na África e na Ásia – embora o consumo varie muito entre regiões e países. O recorde mundial de consumo de peixe pertence aos habitantes da ilha de Vanuatu, no Pacífico, que comem 76,5 quilos por ano – quase 1,5 quilo por pessoa por semana. No Caribe, o consumo varia de 41 quilos em Granada até 10 quilos em Trinidad. Na África Oriental, os habitantes da Tanzânia consomem 15,5 quilos por ano, ao passo que no Quênia o consumo é de apenas 2,7 quilos. Os etíopes não consomem mais do que 0,8 quilos, e os povos de países que não possuem costa marítima, como a Suazilândia, comem tão pouco peixe que o consumo é estatisticamente considerado nulo.

Levando-se em conta a expectativa de crescimento econômico, as necessidades mundiais de pescado atingirão 100 milhões de toneladas anuais no ano 2000, segundo estimativas da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), das Nações Unidas. Isto representaria um aumento de produção de quase 100% em relação a 1982, quando o consumo humano foi de 53 milhões de toneladas. Calcula a FAO que a produção mundial de pescado pode aumentar para 130 milhões dentro de 20 anos mediante investimentos anuais de 1,5 bilhão¹ de dólares.

Contudo, as últimas tendências parecem contradizer o otimismo dessas estimativas. Atualmente, a indústria pesqueira encontra-se em fase de estagnação, especialmente na Ásia e na África. A produção do Senegal, um dos maiores consumidores e exportadores de peixe do mundo, caiu de 340 mil toneladas em 1975 para 210 mil toneladas em 1981-82 – apesar de suas exportações terem aumentado durante o período. Na Ásia, muitos dos principais países produtores de pescado vêm perdendo terreno. A produção também caiu na Índia; na China, vem também declinando, apesar de uma pequena re-

cuperação em 1982; e tem caído consideravelmente na Tailândia.

Uma das prováveis causas desse declínio da produção é a superexploração de certas espécies de peixe. Por exemplo, o nível ótimo de pesca para determinado tipo de atum é de cerca de 110 mil toneladas por ano, mas a pesca excessiva produziu 143 mil toneladas em 1981 e 120 mil toneladas no ano seguinte. Mais da metade dos peixes apanhados tinham um tamanho abaixo da média, de modo que a indústria recorreu a métodos mais sofisticados – inclusive a pesca ilícita em águas alheias. Em 1983, por exemplo, vários navios franceses foram capturados quando pescavam ilegalmente nas águas da Guiné.

Pesca industrial e artesanal

Segundo o Banco Mundial, as grandes traineiras industriais, nacionais ou estrangeiras, vêm prejudicando a produção dos pequenos pescadores locais, que fornecem 90% do pescado consumido pelos povos do Terceiro Mundo. Certas organizações de pequenos pescadores queixam-se de que as frotas industriais vêm pescando em excesso, com suas grandes redes de arrastão, em águas próximas à costa, fazendo com que sobre menos peixe para os pescadores locais. Dizem os pescadores artesanais que as traineiras têm danificado os locais de desova e alimentação, ameaçando assim o próprio sustento dos pequenos pescadores.

Se for viável administrar rigorosamente as reservas mundiais, não será impossível atingir a meta de 100 milhões de toneladas que, segundo a FAO, serão necessárias no ano 2000. Contudo, o pesquisador Joseph Klatzmann afirma que, dada a expansão populacional, esse aumento permitirá apenas que o consumo continue nos níveis atuais. Diz Klatzmann em um relatório datado de 1983: “Não se pode esperar, portanto, que a pesca resolva, ou contribua para resolver, o problema da obtenção de proteína animal para consumo humano”.

No entanto, é possível aumentar o consumo humano. Um dos passos nessa direção seria re-



As grandes traineiras industriais prejudicam os pequenos pescadores locais

duzir o efeito devastador da pesca industrial. Nesse sentido, uma medida específica seria limitar a produção de farinha de peixe a sobras e àquelas espécies não adequadas ao consumo humano. Outra seria administrar racionalmente a pesca do camarão. Estas duas medidas resultariam num aumento de produção estimado em 25 milhões de toneladas/ano, segundo um artigo de Alain Le Sann no “Correio do Senegal”.

Os pequenos pescadores merecem atenção especial, uma vez que fornecem a maior parte do pescado consumido no Terceiro Mundo. Isto foi reconhecido pela FAO em 1984, quando a organização mudou sua ênfase da promoção da pesca industrial para a ajuda à pesca artesanal. Especificamente, a FAO afirma que os pequenos pescadores necessitam de crédito e assistência técnica. Além disto, calcula que certas medidas simples, destinadas a melhorar as técnicas de conservação (tais como instalações frigoríficas), levariam a uma economia de quatro milhões de peixes – que atualmente se perdem em todo o mundo devido à sua deterioração. ●

Bill Hinchberger

¹ 1 bilhão – mil milhões

Em busca de uma vida decente

Existe atualmente, na maioria dos países do Terceiro Mundo, uma crescente conscientização quanto ao importante papel que os pescadores devem desempenhar no planejamento e na implementação de políticas e programas de pesca. Nesse contexto, o termo pescadores inclui homens, mulheres e crianças que se dedicam à pesca em pequena escala, bem como a tripulação de barcos pesqueiros, os trabalhadores na área de processamento e os vendedores de pescado. São pessoas que desejam intervir na operação das indústrias de pesca em virtude de se sentirem preocupadas e frustradas com a deterioração de suas próprias condições sócio-econômicas.

Os pescadores artesanais, que operam em pequena escala, entre 15 e 20 milhões de pessoas, constituem hoje nos países em desenvolvimento o segmento mais numeroso da classe de pescadores. Dispersos ao longo de áreas costeiras e ribeirinhas, procuram ganhar o seu sustento produzindo um quarto de todo o pescado mundial.

São eles que fornecem o peixe consumido pelos habitantes rurais locais, mas o pescado que produzem pode também ser encontrado nas mesas de ricos de Nova Iorque ou de restaurantes elegantes de Tóquio. Apesar de sua importância como produtores de alimentos, os pescadores de todo o mundo são forçados a viver em condições geralmente inferiores às dos outros cidadãos de seus respectivos países.

A pobreza desses pescadores se deve inicialmente aos escassos meios de que dispõem — es-

pecialmente à falta de aparelhagem suficiente, que resulta em baixa produtividade. Em média, um pequeno pescador produz somente de 2 a 3 toneladas de pescado por ano.

Além disso, sua quase total falta de controle sobre o destino a ser dado ao produto do seu trabalho resulta em preços injustos e baixa renda, o que os leva a endividarem-se e a dependerem totalmente dos intermediários comerciais e financeiros. Até pouco tempo atrás, o único lado positivo do círculo vicioso da pobreza dos pescadores era que o “livre acesso” a um mar “ilimitado” sempre representava a promessa de uma pescaria abundante, o que ajudava a mantê-los esperançosos.

Com o advento das “décadas do desenvolvimento”, muitos governos de países subdesenvolvidos optaram pela modernização como solução para as sórdidas condições de vida dos pequenos pescadores. A tecnologia tradicional, o conhecimento do mar e da pesca adquirido ao longo de muitas gerações, bem como a ética da preservação de espécies marinhas, foram considerados obstáculos ao desenvolvimento e, portanto, totalmente ignorados.

Abandonar as pequenas operações de pesca em favor da pesca em grande escala foi visto como o curso lógico do crescimento econômico. Supunha-se que os artefatos tecnológicos do Ocidente trariam a solução de todos os problemas. Acreditava-se que aumentar a produção e a produtividade era a única pré-condição para aliviar a pobreza dos pescadores.

Os resultados

Volumes substanciais de capital foram mobilizados e investidos em programas de modernização. Os resultados obtidos podem ser medidos por uma avaliação do impacto desses programas sobre as condições de vida dos pequenos pescadores no mundo em desenvolvimento.

A tecnologia avançada criou um “dualismo tecnológico” na economia pesqueira. Só uma pequena minoria — não necessariamente de pescadores — tinha acesso à aparelhagem de pesca



A pesca em pequena escala em Gana usa uma mão-de-obra numerosa

que exigia maior investimento de capital. Com isso, surgiu uma nova classe de proprietários de indústrias de pesca que não eram pescadores.

A nova tecnologia de produção foi introduzida sem que existisse capital de giro adequado e sem qualquer tentativa de mudar a estrutura de comercialização controlada pelos intermediários. Isso, juntamente com os novos custos crescentes da produção (especialmente no que se referia a combustíveis e manutenção) fez aumentar a dependência em relação aos financiadores e intermediários: conseguiu-se atingir um alto nível de produtividade, mas a custos de produção muito mais elevados e a níveis de endividamento que geralmente levavam a uma perda gradual do controle sobre os meios de produção.

O crescimento dos custos operacionais e de capital, juntamente com o aumento da procura de peixe, especialmente para exportação, fez com que se desse mais ênfase aos lucros a curto prazo: a pressão era no sentido de "explorar" os pequenos pescadores e a disponibilidade de pescado a longo prazo, à custa de piores condições de nutrição dos consumidores locais. Esta era a situação reinante na maioria dos países em desenvolvimento até a década de 70.

O dilema

Na década de 80, quase todos os países do 1987 - Fevereiro - nº 98

Terceiro Mundo enfrentavam um dilema. Por um lado, especialmente como medida de precaução, viram-se forçados a declarar seus direitos exclusivos sobre vastas faixas marítimas como forma de garantir o futuro da pesca nacional e das operações em águas profundas. Por outro lado, uma vez que o desenvolvimento das indústrias de pesca não havia produzido os resultados esperados, tiveram que redobrar a ênfase sobre as pequenas operações de pesca, quase sempre limitadas às águas mais próximas da costa.

A Primeira Conferência Mundial da Pesca (WFC), promovida pela Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em Roma, em julho de 1984, tinha por finalidade fazer um balanço dos problemas encontrados no desenvolvimento da indústria da pesca e do dilema enfrentado pelos países do Terceiro Mundo. A conferência conseguiu realizar a difícil tarefa de reconciliar os interesses e reivindicações conflitantes dando igual importância à necessidade de continuar a investir, aumentar o comércio internacional de peixe, melhorar a administração dos recursos e considerar a importância do pescado como alimento para as classes pobres.

Na mesma ocasião, os trabalhadores da indústria da pesca, reunidos em Roma para a Primeira Conferência Internacional de Pescadores e Trabalhadores Afins (ICFWS), não adotaram o mesmo enfoque consensual. A ênfase da con-

Especial / Pesca

ferência recaiu sobre a necessidade dos trabalhadores – e especialmente dos pequenos pescadores – de passarem da periferia para o centro do desenvolvimento da indústria da pesca.

A ICFWS foi bem clara ao proclamar a conveniência da existência do setor da pequena pesca, salientando que ele faz uso intensivo de mão-de-obra, requer pouco capital e poupa combustível, permitindo a opção de usos múltiplos de energia. Além disso, gera assentamentos descentralizados e não promove grandes disparidades de renda. As operações de pequeno porte são desejáveis por serem ecologicamente adequadas aos ecossistemas aquáticos tropicais, caracterizados por numerosas espécies em pequenas quantidades, geralmente dispersas nas águas próximas à costa. Os pequenos pescadores são criativos e aceitam qualquer medida que aumente sua eficiência.

Além disso, o setor encontra-se bem adaptado a pequenos canais de comercialização e distribuição, os quais são altamente eficientes e, em muitos países, administrados por mulheres. Assim, a conveniência do setor da pequena pesca para os países em desenvolvimento se deve não só a motivos sociais e de bem-estar, mas também a razões econômicas, técnicas, ecológicas e organizativas.

A ICFWS exortou ainda os governos do Terceiro Mundo a darem maior atenção às reivindicações dos pequenos pescadores, as quais incluem a necessidade de reservar e proteger, para a pesca em pequena escala, todas as águas acessíveis à mesma; banir qualquer tecnologia que perturbe o equilíbrio do ecossistema através da pesca excessiva e da poluição; promover a participação de organizações ou comunidades de pescadores na formulação e implantação de medidas administrativas e reguladoras; e, finalmente, respeitar e garantir o direito fundamental de associação dos trabalhadores da pesca.

Ação

Deliberações e conferências não chegam a ser substitutos de ação. Na melhor das hipóte-

ses, são pontos de partida e fontes de inspiração. Ainda é cedo demais para dizer se a condição dos pequenos pescadores melhorou ou promete melhorar desde a realização do WFC.

No entanto, certas iniciativas tomadas após a ICFWS por organizações de pequenos pescadores representadas em Roma indicam que tem havido maior envolvimento e ação na direção certa.

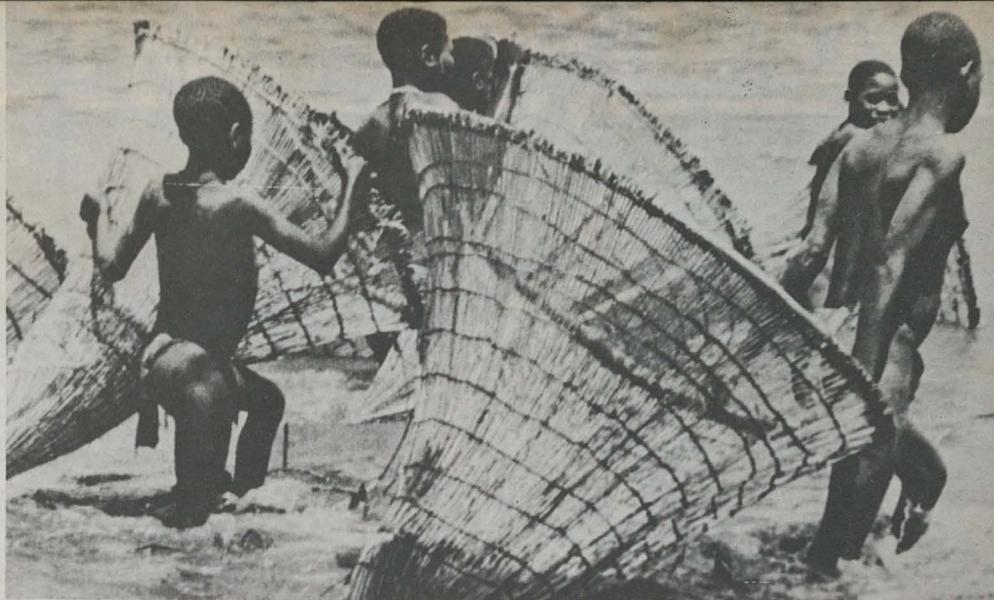
No norte das Filipinas, a Calariz, uma organização de pequenos pescadores, vem exigindo a reforma das águas e o fim da tendência de privatizar baías com a instalação de viveiros que reduzem a área destinada à pesca comunitária. Juntamente com seus patrocinadores, a Calariz investigou em detalhe a concessão de licenças para viveiros, a poluição das baías e a operação não-autorizada de equipes de traineiras.

De posse dos resultados da investigação, a Calariz recorreu a várias formas de protesto não-violento contra a injustiça que é privá-los de sua forma tradicional de subsistência. Com a redemocratização do país, há grande esperança de que a situação dos pequenos pescadores venha a melhorar.

Os pequenos pescadores de Kuala Juru, na Malásia, adotaram um programa de intercâmbio mediante o qual seus colegas da Tailândia e das Filipinas aprendem durante duas semanas a arte do cultivo de mexilhões. Essa transferência de tecnologia de pescador para pescador é um pequeno mas importante passo no sentido de se adotar uma tecnologia apropriada.

O aprendizado não foi prejudicado por diferenças linguísticas, culturais ou religiosas – pelo contrário, essas diferenças contribuíram para ressaltar a necessidade de maior solidariedade Sul-Sul na solução dos problemas comuns a pequenos pescadores.

A Federação Sul-Indiana de Sociedades de Pescadores (SIFFS), organização que congrega diversas entidades de pescadores, vem ajudando seus associados na comercialização coletiva do pescado. A intervenção é feita de modo que o grosso do pescado chegue às mãos dos consumidores urbanos e rurais locais.



Jovens pescadores angolanos usando técnicas tradicionais

Uma vez que a revolução do motor de popa só agora começa a chegar aos pescadores do sul da Índia, a SIFFS adotou um programa de treinamento de pescadores destinado a desmitificar esse novo artefato, ensinando-os a melhor maneira de utilizá-lo para diminuir o consumo de combustível e os custos de manutenção. Os novos barcos de madeira compensada construídos pela SIFFS (nos quais os motores são utilizados) são projetados de modo a permitir o uso eficiente de velas. Procura-se, assim, estimular os pescadores a adotarem a utilização de energias alternativas a fim de reduzir os custos operacionais e manter seus conhecimentos tradicionais da arte de velejar.

Pescadores africanos de 13 países reuniram-se recentemente em Cabo Verde para discutir o impacto da operação de navios de pesca estrangeiros em suas águas territoriais sobre a capacidade de produção e a renda dos pequenos pescadores. Outro tópico discutido foram as formas de organização econômica adequadas a estes últimos.

A troca de idéias ajudou os pescadores a compararem suas observações quanto aos prós e contras das várias experiências atualmente em curso em seus países, as quais incluem: controle estatal total, cooperativas paraestatais e livre iniciativa completa.

A Anpac é a associação dos pescadores artesanais da Colômbia. Graças aos seus longos

anos de variada experiência, à dedicação de seus associados e a uma revista intitulada *Cayuco*, a Anpac pôde tomar a iniciativa de apoiar e fortalecer as organizações de pescadores em outros países latino-americanos.

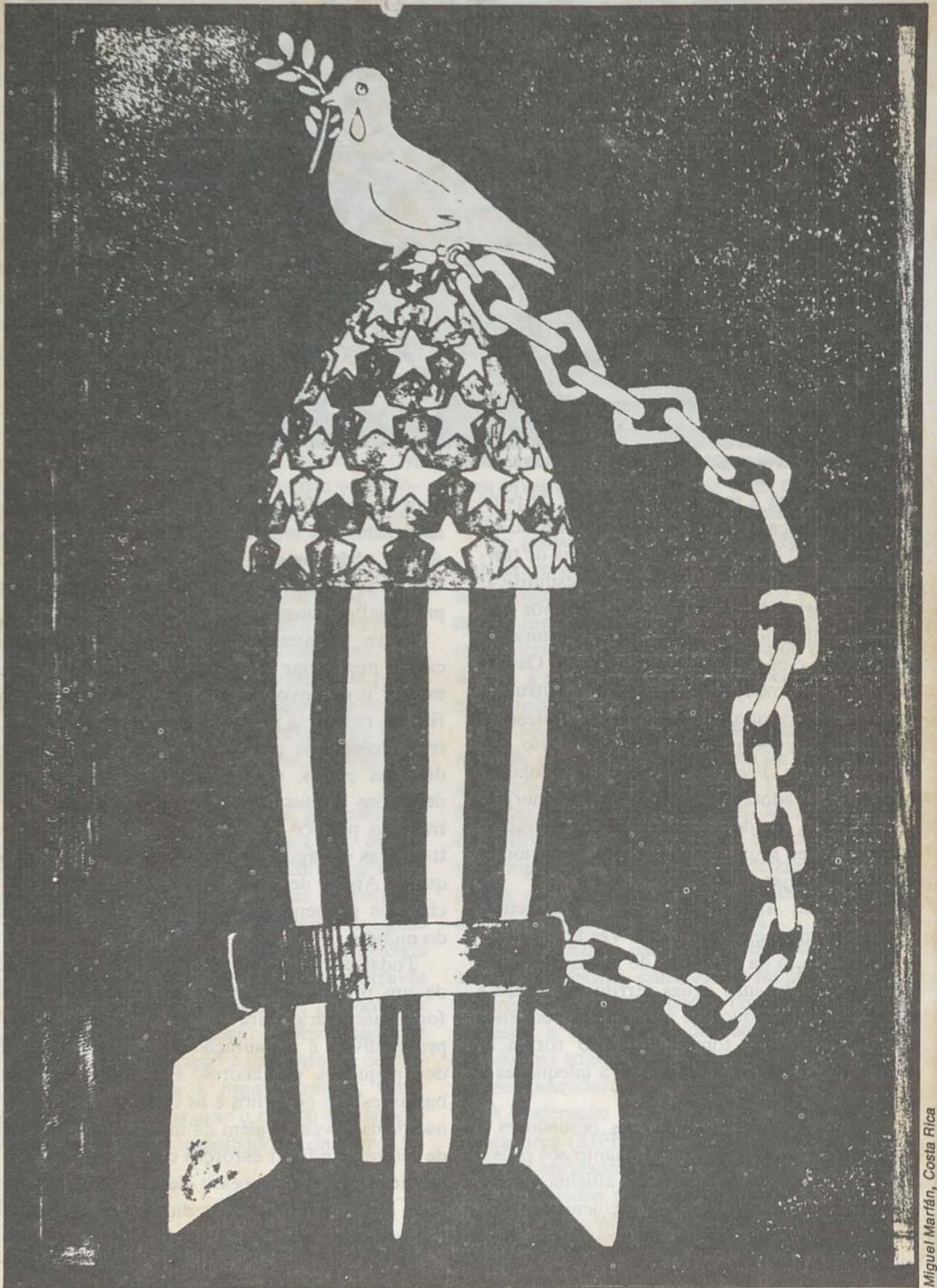
Entre as questões consideradas prioritárias estão: pressionar o governo para que planeje melhor o desenvolvimento industrial costeiro, a fim de reduzir a poluição das águas litorâneas; transferência de tecnologia entre pescadores de diversos países, com a ajuda de organizações dedicadas à causa dos pequenos pescadores; e trabalho político no sentido de banir o uso de traineiras em águas próximas ao litoral – para o qual a Anpac depende em muito das experiências dos pequenos pescadores de outras partes do mundo.

Todas estas providências são apenas o germe de um programa de ação mais intenso e mais forte, necessário para forçar as mudanças imprescindíveis à restauração do verdadeiro papel dos pequenos pescadores. Por si só, não são bastantes. Os governos e as organizações internacionais devem ir além da manifestação verbal de interesse e fazer esforços concretos no sentido de criar um processo de desenvolvimento mais justo, participativo e duradouro na indústria pesqueira mundial.

●
John Kurien*

* Membro do Centro para Estudos de Desenvolvimento da Índia e ex-secretário geral da ICFWS.

Humor



Miguel Marfán, Costa Rica
Fonte: "El humor como arma de la lucha ideológica"

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL
Av. Pedroso
de Moraes, 433 —
10º andar
C.P. n.º 2635
São Paulo — SP
Tel.: 815-0688
Telex (011) 21405

PORTUGAL
Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº/Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA
Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.
Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. n.º 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGOAVE AN
Télexes n.º 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

A LIBERTAÇÃO
E A PROSPERIDADE
DAS NAÇÕES EMERGENTES
SERÃO O FRUTO DE NOSSA UNIÃO

O LAR DAS
CORRES



Desenho de Alex Simon Lago - 11 anos

Colônia de Férias | CEP - 85 - Apoio: Banerj

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

APOIANDO A UNIÃO
FRATERNAL DOS POVOS